

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

Georgheton Melo Nogueira Filho

**MARX E A CONTRADIÇÃO CAPITALISTA:**  
**atualidade de uma problemática clássica**

Belo Horizonte  
2025  
Georgheton Melo Nogueira Filho

**MARX E A CONTRADIÇÃO CAPITALISTA:  
atualidade de uma problemática clássica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Juarez Rocha Guimarães.

Belo Horizonte  
2025

320 Nogueira Filho, Georgheton Melo.  
N778m Marx e a contradição capitalista [recurso eletrônico] :  
2025 atualidade de uma problemática clássica / Georgheton Melo  
Nogueira Filho. - 2025.  
1 recurso online (229 f. : il.): pdf.  
Orientador: Juarez Rocha Guimarães.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.

1 Ciência política – Teses. 2. Marx, Karl, 1818-1883.  
3. Say, Jean-Baptiste, 1767-1832. 4. Crise econômica –  
Teses. 5. Capitalismo – Teses. I. Guimarães, Juarez R.  
(Juarez Rocha. II. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

## ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

## ATA 03ª/2025 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO GEORGHETON MELO NOGUEIRA FILHO

Realizou-se, no dia 07 de março de 2025, às 14:30 horas, por videoconferência, a defesa da dissertação, intitulada "Marx e a contradição capitalista: atualidade de uma problemática clássica", elaborada e apresentada por GEORGHETON MELO NOGUEIRA FILHO - número de registro 2023663436, graduado no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Juarez Rocha Guimarães - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Hugo Eduardo Araujo da Gama Cerqueira (FACE-ECN/UFMG), Prof. Vladimir Ferrari Puzone (UnB), Prof. Gleyton Carlos da Silva Trindade (UNIFAL). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 07 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Eduardo Araujo da Gama Cerqueira, Professor do Magistério Superior**, em 08/03/2025, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleyton Carlos da Silva Trindade, Usuário Externo**, em 10/03/2025, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Rocha Guimaraes, Professor do Magistério Superior**, em 14/03/2025, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vladimir Ferrari Puzone, Usuário Externo**, em 18/03/2025, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4017566** e o código CRC **F4A3D0B1**.

*A meu avô,  
Zeca Nogueira*

## **Agradecimentos**

Ao professor Juarez Guimarães, agradeço a orientação e o convívio sempre muito rico em diálogo. Na concordância e na discordância, és meu mestre. À Lígia Ranara, minha companheira hegeliana, agradeço por tudo. À minha família, agradeço o apoio e a compreensão pela distância, agravada pelo meu desgosto por conversas telefônicas. Às amigas e aos amigos, meus sinceros agradecimentos pela... amizade.

Neste mundo, companheiros de bordo, o *Pecado* que pagar sua passagem pode viajar tranquilamente, e sem passaporte; ao passo que a *Virtude*, se for pobre, é detida em todas as fronteiras.

*Herman Melville*

## RESUMO

Mobilizando a crítica de Karl Marx à economia política, esta dissertação objetiva evidenciar o caráter contraditório da sociedade capitalista. Para tanto, realça-se a crítica marxiana ao economista francês Jean-Baptiste Say. Centralmente, a partir dessa crítica, chama a atenção para a relação incoerente entre os momentos econômicos constitutivos da economia capitalista, onde a circulação assume uma posição generalizada entre a produção e o consumo. Nesse ínterim, contextualiza a assim chamada *lei de Say* na história-econômica de princípios do século XIX. Entre outras coisas, conclui-se que: (a) com a publicação do *Tratado de economia política* [1803], de Jean-Baptiste Say, a origem da economia vulgar tem relação não apenas com o desenvolvimento da luta de classes, mas também com o acirramento das contradições capitalistas, expressas nas crises econômicas imediatamente posteriores à revolução industrial inglesa e à sua difusão pelos demais países europeus; (b) a assim chamada *lei de Say* introduz uma nova forma de anacronismo histórico na economia política, que representa a relação entre produção e consumo vigente em sociedades pré-capitalistas na economia capitalista, com o objetivo de negar o seu caráter contraditório.

Palavras-chave: Karl Marx; Jean-Baptiste Say; crise econômica; contradição capitalista.

## ABSTRACT

This dissertation aims to highlight the contradictory nature of capitalist society. To this end, it begins with Karl Marx's critique of political economy, emphasizing his critique of Jean-Baptiste Say. Centrally, it draws attention to the incoherent relationship between the constitutive economic moments of the capitalist economy, where circulation assumes a generalized position between production and consumption. In this context, it contextualizes the so-called *Say's Law* within the economic history of the early 19th century. Among other things, it concludes that: (a) with the publication of Jean-Baptiste Say's *Treatise on Political Economy* [1803], the origin of vulgar economics is related not only to the development of class struggle, but also to the intensification of capitalist contradictions, expressed in the economic crises immediately following the English industrial revolution and its spread to other European countries; (b) Say's so-called law introduces a new form of historical anachronism into political economy, which represents the relationship between production and consumption that existed in pre-capitalist societies within the capitalist economy, with the aim of denying its contradictory nature.

Keywords: Karl Marx; Jean-Baptiste Say; economic crisis; capitalist contradiction.

## SUMÁRIO

<b>1 Introdução</b> .....	10
<b>2 Karl Marx contra Jean-Baptiste Say</b> .....	23
2.1 Say, economista vulgar.....	23
2.2 Lei de Say, negação da contradição capitalista.....	34
2.3 Duplo caráter anacrônico da economia política.....	41
2.3.1 Anacronismo clássico.....	42
2.3.2 Anacronismo às avessas.....	47
<b>3 Capitalismo e crise</b> .....	52
3.1 Crise e capital.....	52
3.1.1 <i>Aparência</i> .....	52
3.1.2 <i>Essência</i> .....	55
3.1.3 <i>Gênese histórica</i> .....	60
3.2 O que é a contradição capitalista, afinal?.....	61
3.2.1 Existe uma tendência ao acirramento da contradição capitalista?.....	62
3.3 <i>Virtù e fortuna</i> da política capitalista.....	72
<b>4 Conclusão</b> .....	80
<b>Referências bibliográficas</b> .....	83

## 1. Introdução

“Entender o capitalismo atual deve ser o verdadeiro ponto de chegada de qualquer investigação sobre a obra de Marx”<sup>1</sup>. De acordo com esse parâmetro, há relevância contemporânea em investigar o problema, recorrente na crítica da economia política, da *contradição capitalista*? Trata-se de uma pergunta sem resposta imediata. Fazê-la implica em lidar com o empecilho temporal de que conceitos e categorias produzidas a partir das condições vigentes no século XIX tenham ou não validade no mundo atual. E requer a constante investigação da realidade para uma resposta mais exata, o que é evidente.

À questão do empecilho temporal, a explicação mais comum oferecida pelos marxistas é a de que o capitalismo se encontrava suficientemente desenvolvido no século XIX – mais especificamente na segunda metade do século XIX –, a ponto de ser apreensível em seus aspectos constitutivos essenciais, incluídas aí suas tendências de desenvolvimento. Heinrich, por exemplo, observa que “o objeto da investigação [da crítica da economia política] são as determinações essenciais do capitalismo, [...] aquilo que deve permanecer igual em todas as transformações históricas para que possamos falar de capitalismo como algo geral” (2024, p. 43). De acordo com isso, essas mesmas “determinações essenciais” não são estranhas ao capitalismo atual justamente por serem “determinações essenciais”, ou seja, aspectos sem os quais o capitalismo deixaria de ser o que é.<sup>2</sup>

Trata-se de uma explicação com validade lógica e de vital importância para a tradição marxista, pois ela é o pressuposto de toda e qualquer pesquisa contemporânea que tome por base a crítica de Marx à economia política. No entanto, não é suficiente a mera validade lógica do argumento. Logo, a pergunta persiste: há relevância contemporânea em investigar a *contradição capitalista*? Para respondê-la, deve-se sobrepôr a ela uma outra pergunta: o que revelaria atualmente a permanência da *contradição capitalista*?

Uma miríade de fenômenos a *sugerem*. Crises econômicas e desemprego estrutural são alguns exemplos disso. No entanto, reconhecer a existência deles não implica em reconhecê-los como *contradições* inerentes ao capitalismo. Muito pelo contrário, o que resulta deles é um *‘menu for theoretical choices’*.

---

<sup>1</sup> Grespan, 2019, p. 17.

<sup>2</sup> Heinrich acrescenta a observação de que a crítica da economia política “fornece [...] as categorias fundamentais para a investigação tanto de uma fase específica quanto da história do capitalismo” (2024, p. 43). À primeira vista, essa parece ser uma afirmação um tanto quanto forçada, destinada por princípio a afirmar a atualidade de Marx por meio de estratégias argumentativas – um anti-marxista poderia facilmente argumentar neste sentido. No entanto, quando vamos à análise dos fatos, percebemos que as categorias analisadas e expostas por Marx estão presentes em qualquer formação nacional ou forma do capitalismo: trabalho assalariado, acumulação de capital e circulação generalizada de mercadorias intermediadas pelo dinheiro existem tanto na Alemanha quanto no Brasil, tanto no *welfare state* quanto no neoliberalismo.

Pode-se encontrar muitos exemplos dessas ‘*theoretical choices*’. Em relação ao desemprego, por exemplo, os economistas clássicos e neoclássicos sustentaram que o equilíbrio de pleno emprego era a tendência natural da economia de mercado e que o desemprego seria um fenômeno meramente temporário e friccional ou voluntário<sup>3</sup>. Keynes, por sua vez, rechaçou tal conjectura, designando-a como um “caso especial” distinto do “caso geral”, dado que “as características desse caso especial [equilíbrio de pleno emprego] não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos” (1983, p. 15). Então, diante da crise de 1929-1933, que, em seu pior período (1932-1933), produziu um desemprego na escala de 22 ou 23% da força de trabalho britânica, 27% da estadunidense e 44% da alemã (cf. Hobsbawm, 1995, p. 97), Keynes não pôde senão ridicularizar a conjectura (neo)clássica:

Os teóricos da escola clássica são comparáveis aos geômetras euclidianos em um mundo não euclidiano, os quais, descobrindo que, na realidade, as linhas aparentemente paralelas se encontram com muita frequência, as criticam por não se conservarem retas, como único recurso contra as desastrosas interseções que se produzem. Sendo esta a realidade, não há [...] nenhuma outra solução a não ser rejeitar o axioma das paralelas e elaborar uma geometria não euclidiana. A ciência econômica reclama hoje uma medida desse gênero (1983, p. 24).

Não poderia ser diferente em relação ao fenômeno das crises econômicas. Por um lado, embebidos na lei de Say, economistas clássicos e neoclássicos deram como certa a impossibilidade de crises generalizadas e de superprodução, dado que postulavam uma identidade entre produção e consumo, limitando-se a reconhecer a possibilidade de crises localizadas e frequentemente originadas por ingerências governamentais. Por outro, mais uma vez sob o impacto da grande crise de 1929-1933, Keynes reconheceu nas crises um fenômeno de larga magnitude *próprio* ao capitalismo e resultante de uma insuficiência na demanda efetiva em relação ao total do que foi produzido e que se está tentando realizar no mercado.

Esse embate – keynesianismo *versus* clássicos e neoclássicos – é um bom testemunho da tônica daquele ‘*menu*’: um mesmo fenômeno, explicações antagônicas. É como se o capital, em seu processo de valorização e acumulação, determinasse: ‘aí está o fenômeno, interpretem-o’. E, dado que o próprio capital produz representações de si na consciência dos agentes sociais (Grespan, 2019; Marx, 2017b), tendenciando as interpretações contra a sua

---

<sup>3</sup> Nunes explica o conceito de desemprego voluntário da seguinte maneira: “[...] se a procura de mão de obra ao salário nominal corrente se encontrava satisfeita sem que estivessem empregadas todas as pessoas interessadas em trabalhar a esse salário, isso significa que a vontade (expressa ou tácita) dos trabalhadores era no sentido de não aceitarem trabalhar a um salário mais baixo. Se assim não fosse, isto é, se os trabalhadores no seu conjunto consentissem na redução dos salários nominais, seria maior a oferta de postos de trabalho e o desemprego desapareceria, a um nível de salário mais baixo. O desemprego resultaria, pois, daquela atitude dos trabalhadores, e era, assim, classificado de *desemprego voluntário* [...]” (1991, p. 75-76).

intelecção efetiva, tem-se como minoritárias as posições teóricas e políticas capazes ou propensas a reconhecer esses fenômenos como *manifestações* da contradição capitalista.

Com o perdão da tautologia, não obstante o *status* fenomênico dos fenômenos, é a partir dele que as suas causas e dinâmicas internas começam a ser identificadas, cientificamente investigadas rumo ao âmbito essencial e, por fim, efetivamente explicadas. Fenômenos como crises econômicas, desemprego estrutural etc. não vêm estampados com o selo da “contradição capitalista” – o que implica dizer que eles não conduzem a investigação teórica necessariamente ao reconhecimento da contradição. No entanto, caso de fato exista como determinação constitutiva desses fenômenos, ela pode ser identificada e analisada respeitando neles a própria imanência.

Como visto, entre outras coisas, as crises econômicas e o desemprego estrutural propiciam uma diversidade de opções explicativas mais ou menos lógicas<sup>4</sup>. Por sua vez, essas explicações se relacionam umbilicalmente com os interesses sociais existentes e em conflito, assim como às soluções políticas por elas propostas (Mészáros, 2004). Por exemplo, de acordo com os neoliberais – herdeiros da tradição neoclássica referida acima –, a solução para aqueles problemas *começa* por uma reestruturação legislativa e política em que o Estado se apresenta como uma estrutura *ótima* para o mercado, onde os agentes econômicos (empresários, trabalhadores e consumidores) poderiam então guiar suas expectativas e decisões a partir de informações vindas de um sistema de preços produzido espontaneamente pela concorrência *de facto* livre (Friedman, 1984; 2015; Hayek, 2010; 2022).

Não obstante, depois de quatro a cinco décadas de imposição do receituário neoliberal em muitos países ao redor do mundo, a renitência crônica do desemprego e a ocorrência de crises econômicas reduziram, mesmo que minimamente, a legitimidade das explicações liberais neoclássicas – embora continue profunda a sua inserção na opinião pública e no imaginário dos indivíduos<sup>5</sup>. Por conseguinte, essa redução de legitimidade abriu uma pequena margem para que outras tradições políticas possam disputar atualmente o posto de explicação teórica e solução política dominante. Isso ocorreu especialmente a partir da crise econômica de 2008. Keynes e a política-econômica keynesiana, por exemplo, que, diante da crise de

---

<sup>4</sup> *Explicações lógicas* em um sentido argumentativo, não em um sentido objetivo da lógica do processo econômico real. Portanto, não se deve entender aqui uma posição pós-moderna que anuncia como possibilidade a equivalência imediata e impensada de todo e qualquer discurso ao real. Entre a lógica argumentativa e a lógica real, o critério de equivalência deve ser posto pela realidade mesma – o que não significa que os discursos, mesmo quando baseados em uma apreensão insuficiente ou equivocada do real, não tenham a capacidade de influir sobre a realidade, desde que alçadas à posição de ideologias (Mészáros, 2004).

<sup>5</sup> “Neste início da terceira década do século XXI, [...] juízos, argumentos e proposições [hayekianas-neoliberais] tornaram-se quase dogmas no interior da tradição liberal e desfrutaram, a partir de uma convergência midiática empresarial que penetra em todos os poros da sociedade, a condição de um senso comum de época” (Guimarães, 2022).

1973-1975 e do fenômeno da estagflação, haviam sido postos pelos neoliberais no “banco dos réus” (Nunes, 1991; 2011), vêm recuperando na última década e meia certa legitimidade ao menos entre os economistas profissionais (Mann, 2017)<sup>6</sup>.

Marx e a crítica da economia política também retornaram do esquecimento em que foram mantidos por duas décadas, contadas a partir do colapso euro-soviético em 1989-1991<sup>7</sup>. Diante da crise de 2008, que, momentaneamente, deixou perplexos os economistas de mercado em relação ao que deviam pensar, *The Economist*, uma revista inequivocamente mercadológica, lançou a seguinte pergunta: ‘*What would Marx say?*’. Enquanto *The Guardian* anunciava: ‘*Karl Marx is back*’. Foram tentativas de entender o que havia acontecido, dado que o problema da crise capitalista é central na obra do autor de *O capital* (Antunes e Benoit, 2016; Grespan, 2009; 2012; Wolff, 2012).

Diante de explicações fáceis, portanto, como a de que a crise é o resultado de uma escassez ética no mercado (Stiglitz, 2010<sup>8</sup>), ou explicações que, por princípio, visam a legitimação irrestrita da ordem social capitalista, como a de que a economia moderna tende ao equilíbrio e, conseqüentemente, os desequilíbrios têm causas exógenas que podem ser varridas do horizonte político por meio da adoção de um receituário monetarista e de controle de gastos. Diante dessas explicações, Marx irrompeu como um teórico apto a esclarecer o que havia estremecido a economia capitalista mundial<sup>9</sup> e o que está se passando – o gerúndio é proposital – com o mundo capitalista desde o pós-guerra, com especial ênfase na crise da década de 1970 e nas décadas subseqüentes de “ofensiva neoliberal” (Netto, 2012) e intensa financeirização (Marques e Nakatani, 2020; Mello, 2021; Nunes, 2011), culminando nos

---

<sup>6</sup> De acordo com Mann: “Quando os mercados financeiros mundiais caíram de um penhasco em 2007 e 2008, algumas pessoas consideraram que a turbulência poderia arrastar toda a ordem econômica global para o precipício. Após um breve confronto com Karl Marx, os especialistas em economia e políticas públicas rapidamente se voltaram para as ideias de John Maynard Keynes. Embora sua obra mais famosa, *The General Theory of Employment, Interest, and Money* (1936), pareça ter permanecido quase tão pouco lida quanto no inebriante auge antikeynesiano que precedeu o colapso, houve uma verdadeira explosão de livros, artigos e mídia digital sobre suas ideias e o “keynesianismo” em geral” (2017, p. 25 – tradução livre).

<sup>7</sup> Hobsbawm, em uma entrevista concedida em 2008, observou precisamente isto: “Há um indiscutível renascimento do interesse público por Marx no mundo capitalista, com exceção, provavelmente, dos novos membros da União Europeia, do leste europeu. Este renascimento foi provavelmente acelerado pelo fato de que o 150º aniversário da publicação do Manifesto Comunista coincidiu com uma crise econômica internacional particularmente dramática em um período de uma ultra-rápida globalização do livre-mercado”. Disponível em: <<https://fdinarc.org.br/2012/10/01/entrevista-com-eric-hobsbawm-a-crise-do-capitalismo-e-a-Atualidade-de-marx/>>. Último acesso em: 25 jan. 2025.

<sup>8</sup> Nem toda a análise de Joseph Stiglitz – ganhador do Nobel de Economia em 2001 – pode ser taxada como “explicação fácil”. Embora ele identifique na escassez ética dos operadores do mercado financeiro estadunidense uma razão importante para a eclosão da crise de 2008, deve-se salientar que ele também a atribui à “existência de falhas fundamentais no sistema”, aproximando-se de uma explicação keynesiana mais robusta.

<sup>9</sup> Uma série de livros inspirados em Marx analisaram as causas e os desdobramentos da crise de 2008. Dentre eles, alguns se destacaram, por exemplo: *The crisis of neoliberalism* [2011], de Gérard Duménil e Dominique Lévy; *The failure of the capitalist production* [2011], de Andrew Kliman; e *The long depression* [2015], do economista e operador de longa data do centro financeiro londrino, Michael Roberts.

acontecimentos econômicos e políticos de princípios do século XXI<sup>10</sup>. Portanto, em poucas palavras: “Marx recupa interés. Su clarificación del funcionamiento del capitalismo contrasta con las simplificaciones neoclásicas y las ingenuidades heterodoxas” (Katz, 2018, p. 156).

Também a história mais longínqua da relação entre Estado e capital parece testemunhar atualmente em prol de Marx. Como se pode constatar, mesmo diante de um amplo e antigo histórico de políticas-econômicas destinadas a estabilizar o capitalismo, como políticas anticíclicas, de pleno emprego, monetárias etc. desenvolvidas por economistas e implementadas por governos e formuladores de políticas públicas em resposta às experiências mais diversas e traumáticas de crises econômicas e políticas; mesmo diante disso, crises econômicas, desemprego em massa e outras instabilidades continuam a afetar as sociedades capitalistas contemporâneas<sup>11</sup>. Isso é um forte indicativo de que há uma espécie de “força centrípeta” movendo continuamente a economia capitalista para um estado de instabilidade – embora com níveis de intensidade mais ou menos críticos a depender do contexto histórico-econômico vigente<sup>12</sup>.

Seria essa “força centrípeta” a contradição capitalista – ou, como se tentará caracterizá-la neste trabalho, a relação incoerente entre os momentos econômicos modernos<sup>13</sup>? Por enquanto, deixemos essa pergunta em estado retórico. Basicamente, o que se quer conjecturar aqui é: por um lado, fenômenos como crises econômicas e desemprego crônico não se revelam imediatamente como *manifestações* da contradição capitalista, no entanto, por outro lado, essa condição contraditória deve pelo menos ser considerada como uma *hipótese vigorosa* no estudo desses fenômenos. Assim sendo, mais uma vez, deve-se retornar à primeira pergunta: há relevância contemporânea em investigar o problema da *contradição capitalista*? Do que foi exposto até aqui, tudo indica que sim. Do reavivamento da crítica de Marx à economia política em parte da opinião pública, o que expressa a sua capacidade explicativa do capitalismo contemporâneo, e *principalmente* do fato de que a instabilidade da economia capitalista persiste apesar do conjunto de políticas de estabilização do capitalismo,

---

<sup>10</sup> Como observa Wolff, “enquanto a intensidade da disfunção do capitalismo em suas crises recorrentes motiva esse interesse [pela obra de Marx], a lógica da análise marxista faz do próprio sistema capitalista, dentro ou fora da crise, o objeto de crítica” (2012, p. 145 – tradução livre).

<sup>11</sup> De acordo com a datação de Marx, para quem a crise de 1825 marca o início do ciclo econômico moderno (cf. 2017a, p. 85), este completa duzentos anos em 2025.

<sup>12</sup> Mandel (1982), por exemplo, em sua teoria dos ciclos longos, argumenta que há menor desemprego, aceleração na acumulação de capital, crises com menor grau de destruição etc. nos períodos de vigência de ondas longas com tonalidade predominantemente ascendente. Pelo contrário, nos períodos de vigência de ondas longas com tonalidade predominantemente recessiva, há aumento do desemprego, menor investimento de capital e capacidade reduzida de realização do mais-valor produzido, crises com maior potencial destrutivo etc.

<sup>13</sup> Não darei maiores detalhes sobre o conceito de ‘contradição capitalista’ nesta introdução. Deixo essa tarefa para o momento que lhe concerne nesta dissertação.

converge-se em prol da hipótese do caráter contraditório da economia capitalista. Em última instância, trata-se de uma pergunta “rentável”, porque indica um caminho de investigação científica deveras frutífero, oferecendo uma potencial via de apreensão não apenas do capitalismo contemporâneo, mas também do seu desenvolvimento histórico por entre os séculos XIX e XX.

O objetivo deste trabalho é investigar o problema da contradição capitalista *na e a partir da* crítica de Marx à economia política. Essa tarefa será realizada em dois momentos:

(a) Em primeiro lugar, pretende-se realizar uma investigação da crítica de Marx a Jean-Baptiste Say, em especial a crítica à teoria dos três fatores de produção e à lei do equilíbrio entre produção e consumo (lei de Say).

(b) Em segundo lugar, parte-se da teoria marxiana das crises com o propósito de oferecer uma interpretação conceitual abstrata e sintética da contradição capitalista. Para tanto, baseia-se nos livros e manuscritos: *Grundrisse* [1857-1858], *Teorias do mais-valor* [1862] e *O capital* [1867 (1890<sup>14</sup>), 1885, 1894];

Do fato de que a contradição capitalista não é uma temática imediatamente acessível nos escritos marxianos, pelo motivo de que ela é constituída e mediada por um conjunto de processos e múltiplas problemáticas, deriva a necessidade da adoção de uma estratégia para delinear e investigá-la. Para tanto, seleciona-se a crise econômica como arquétipo representativo do problema da contradição capitalista. Outros arquétipos poderiam ter sido escolhidos com o mesmo propósito, como a lei da queda tendencial da taxa de lucro, em torno da qual existe um caloroso debate acerca da sua validade ou invalidade lógica e empírica, ou o problema do desemprego, intimamente relacionado ao problema das crises econômicas<sup>15</sup> mas que não se reduz a ele. Ou, quem sabe, o problema da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção capitalista.

---

<sup>14</sup> Publicado pela primeira vez em 1867, o primeiro livro de *O capital* obteve sucessivas edições, sendo a primeira delas publicada em 1873, a partir de revisões realizadas pelo próprio Marx. Neste trabalho, utiliza-se a quarta edição alemã, editada por Engels e publicada em 1890. Trata-se da edição traduzida e publicada no Brasil pela Boitempo.

<sup>15</sup> “A crise econômica é uma séria interrupção da reprodução econômica de uma sociedade. Isso significa que uma grande proporção das mercadorias produzidas não pode mais ser vendida: não porque não haja simplesmente demanda pelos produtos correspondentes, mas porque não há demanda efetiva. Desse modo, o capital-mercadoria encontra cada vez mais dificuldade para se transformar em capital monetário, o que acarreta não apenas valorização insatisfatória do capital, mas também diminuição da acumulação. Em virtude disso, ocorre redução da demanda das empresas capitalistas pelos elementos do capital produtivo, ou seja, meios de produção e força de trabalho. O resultado é o desemprego em massa e o declínio do consumo da classe trabalhadora, o que intensifica ainda mais a crise [itálico meu]” (Heinrich, 2024, p. 177).

Uma abordagem totalizadora realizaria uma tentativa de síntese a partir da análise desses e de outros problemas abrangidos pelo tema geral da contradição capitalista. Não duvido que uma abordagem desse tipo seja possível e proveitosa em razão da íntima relação entre cada um dos problemas<sup>16</sup> – não obstante a autonomia relativa revestida por cada um deles –, no entanto, contenta-se aqui em abordar o problema da contradição capitalista somente a partir do problema da crise econômica. Haja vista que, a crise econômica parece ser o arquétipo mais representativo da contradição capitalista porque é a sua manifestação cíclica e, mais importante, é a “manifestação de todas as contradições da economia burguesa” (Marx, 1980, p. 943), além de que a tematização mais explícita da contradição capitalista geralmente acompanha os momentos de desenvolvimento teórico da crise econômica nos escritos de Marx.

Há uma teoria da crise em Marx? Trata-se de uma questão polêmica no interior da tradição marxista. De acordo com intérpretes competentes da crítica da economia política, a crise econômica recebeu por Marx tão somente desenvolvimentos pontuais e espaçados que não constituem uma teoria sistemática. Rosdolsky, por exemplo, argumentou que os desenvolvimentos marxianos sobre as crises permaneceram em estado lacunar (cf. 2001, p. 37), o que aconteceu em razão de o livro sobre “o mercado mundial e as crises”, previsto por Marx no plano de seis livros planejado em 1857 e abandonado nos anos subsequentes, não ter sido incorporado plenamente em *O capital*. Mandel também argumentou à maneira de Rosdolsky, dizendo que em *O capital* não havia uma “análise sistemática da ocorrência periódica inevitável de crises”, mas tão somente “considerações parciais que se intercalam” (1985, p. 151 – tradução livre), encontradas principalmente nos livros dois e três de *O capital* e nas *Teorias do mais-valor*.

---

<sup>16</sup> Em torno da relação entre a “lei da queda tendencial da taxa de lucro” e as crises econômicas, no entanto, existem dúvidas. Heinrich, por exemplo, observa que, em *O capital* de Marx, na passagem da possibilidade da crise para a efetividade, essa lei “desempenhou um papel importante no marxismo tradicional: em razão da diminuição das taxas de lucro, a massa de lucro também cairia em algum momento, de modo que a acumulação continuaria a se desacelerar e, por fim, isso levaria a uma crise”. Contra essa ideia, Heinrich argumenta: “os argumentos marxianos decisivos sobre a teoria da crise são completamente independentes dessa suposta ligação” (2024, p. 179), entre os quais se insere o argumento da superprodução de mercadorias e da superacumulação de capital. Põe uma dúvida na relação entre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e as crises econômicas, no entanto, não conduz necessariamente a uma negação da importância das flutuações da taxa de lucro para a análise do capitalismo (até mesmo Heinrich não a nega) e da validade da lei da queda tendencial da taxa de lucro (a qual, agora sim, é negada por Heinrich [cf. 2024, p. 156-161]). Na verdade, põe tão somente uma dúvida na relação causal desta lei para com o fenômeno da crise econômica. Por outro lado, estudos empíricos têm demonstrado aumentos significativos na composição orgânica do capital e constância na ocorrência de quedas da taxa de lucro em períodos imediatamente anteriores a crises, o que *pode* demonstrar a existência de uma causalidade entre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e a ocorrência de crises econômicas (Carchedi, 2018; Carchedi e Roberts, 2018). Não obstante, a dúvida e o debate permanecem.

É possível contra-argumentar que Rosdolsky e Mandel equivalem a um único exemplo, dado que a proximidade político-teórica e pessoal entre ambos pôde ter incidido na formação de uma opinião comum acerca do estatuto da crise em Marx. No entanto, muitos outros intérpretes, pertencentes a outras correntes político-teóricas marxistas, compartilharam e compartilham a mesma opinião. Sweezy, por exemplo, depois de reconhecer que “Marx nunca perdeu de vista o problema das crises”, concluiu que, “não obstante, não se encontra em sua obra um tratamento completo ou sistemático do assunto” (1976, p. 163). De acordo com o economista estadunidense:

Há boas razões que justificam essa ausência. As crises, fenômenos extraordinariamente complicados, são condicionadas em proporções maiores ou menores por uma grande variedade de forças econômicas. [...] a crise como fenômeno complexo e concreto não podia ser totalmente analisada nos níveis de abstração a que O Capital está limitado. O que encontramos são todos os aspectos do problema da crise que surge nos níveis mais altos dessa abstração. Aparecem eles de tempos em tempos através da análise, embora não necessariamente em forma lógica, do ponto de vista de um tratamento generalizado da crise. Talvez possamos dizer que se Marx tivesse vivido o bastante para concluir a análise da concorrência e do crédito teria feito um tratamento completo e sistemático do problema. Como está, porém, a crise necessariamente permanece na lista de seus assuntos incompletos (1976, p. 164).

Para um último e mais recente exemplo, Heinrich também argumentou que a crise econômica recebeu um tratamento lacunar por Marx. De acordo com esse expoente da *Neue Marx-Lektüre* (Nova Leitura de Marx), “Marx tentou provar que as crises fazem parte do funcionamento do modo de produção capitalista e que um capitalismo sem crises não pode existir”. Não obstante, recusou reconhecer em Marx uma teoria desenvolvida da crise: “não há uma teoria coerente a esse respeito em sua obra, apenas observações dispersas, mais ou menos detalhadas, que depois foram transformadas pela tradição marxista em teorias com conteúdos completamente diferentes” (2024, p. 179).

O que expressa o fato dessa opinião comum compartilhada entre intérpretes competentes relacionados a diferentes correntes no interior da tradição marxista? De duas, uma: ou expressa que a teorização espaçada e incompleta da crise em Marx é uma coisa por si mesma evidente e, conseqüentemente, não pode ser senão um fato inegável; ou expressa que a teoria da crise em Marx é uma temática muito intrincada, sendo uma tarefa árdua acessá-la e apreendê-la em sua completude e sistematicidade. Grespan (2009; 2012), Benoit e Antunes (2016) argumentaram precisamente a favor da segunda posição. De acordo com eles, há uma *teoria da crise* completa e sistematizada em Marx ou, se não uma *teoria*, um *conceito* de crise. E a dificuldade em acessá-la e apreendê-la deriva do *locus* onde ela se desenvolve no decorrer

das milhares de páginas de *O capital*. Em seu processo de concreção, ela se localiza não em um capítulo ou trecho específico – embora se encontrem muitos trechos de análise mais direta da crise, principalmente no segundo livro de *O capital* –, mas no modo de exposição categorial.

É bem conhecida a distinção feita por Marx entre modo de investigação e modo de exposição (cf. 2017a, p. 90). Resumidamente, enquanto o modo de investigação diz respeito à maneira pela qual a apropriação intelectual ou teórica<sup>17</sup> do capital deve ocorrer, o modo de exposição trata da maneira pela qual as categorias<sup>18</sup> alcançadas pela investigação devem ser textualmente expostas. Para entender a teoria da crise em Marx, no entanto, é preciso aprofundar um pouco mais na questão do modo de exposição.

Em primeiro lugar, deve-se recusar a concepção errônea – em certa medida, promovida por Engels (cf. 2017, p. 42) – de que a ordem de aparecimento histórico das categorias orienta a ordem da apresentação categorial.

Seria impraticável e falso [...] deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de diferentes formas de sociedade. [...]. Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa” (Marx, 2011, p. 60)<sup>19</sup>.

Trata-se de uma ordem expositiva *lógica*: “una *exposición sistemática* en la que las categorías se siguen unas de otras según un *orden necesario*, que viene determinado por la relación que tienen éstas en el sistema capitalista desarrollado” (Sanjuán, 2010, p. 739). Em segundo lugar, o elemento propulsor que leva de uma categoria a outra são as contradições internas às categorias (Müller, 1982; Sanjuán, 2010). Por exemplo: a contradição própria ao duplo caráter da mercadoria (valor de uso e valor) orienta a exposição às categorias trabalho útil e trabalho abstrato e, em seguida, à categoria dinheiro. Não obstante, “para Marx, no se

---

<sup>17</sup> Para Marx, “a investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno” (2017a, p. 90). Especialmente importante é o momento de rastreio do nexos interno, dado que presume uma “negação temporária” das formas fenomênicas pelas quais os processos se apresentam na consciência dos indivíduos.

<sup>18</sup> Para Marx, a *categoria* representa idealmente o movimento real, portanto: “não se trata [...] de definições às quais as coisas são subsumidas. Trata-se de funções determinadas, que se expressam em categorias determinadas” (2014, p. 316).

<sup>19</sup> À primeira vista, parece se tratar de uma questão irrelevante e de uma escolha arbitrária, no entanto, elas se revelam importantes e necessárias quando aplicadas na prática. Por exemplo: historicamente, o capital portador de juros é muito anterior à emergência do capital industrial a partir do século XVI. No entanto, de acordo com a relação estabelecida entre os dois no interior da moderna sociedade burguesa, onde a existência do capital portador de juros é condicionada pela apropriação de uma parte do mais-valor produzido sob o comando do capital industrial (Marx, 2017b), *logicamente* o capital portador de juros deve ser analisado à luz das determinações previamente expostas do capital industrial.

trata de “resolver” contradicciones, sino de estudiar sus estructuras de movimiento” (Sanjuán, 2010, p. 742).

Em terceiro lugar, a exposição é continuamente enriquecida em um processo de concreção, determinação categorial e reconstituição da totalidade real em totalidade teórico-ideal. Como observa Marx, “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (2011, p. 54). Sendo assim, o nível de concreção de uma categoria é determinado pela sintetização das determinações de categorias prévias. O capital, por exemplo, pressupõe necessariamente as categorias mercadoria, valor, dinheiro etc., o que implica que essas categorias, quando aparecem no percurso expositivo, presumem a abstração da categoria capital, não obstante elas mesmas serem complexificadas a partir do momento em que a categoria capital emerge na exposição.

Em todo esse complexo percurso expositivo-categorial, que percorre integralmente a estrutura de *O capital*, a teoria da crise encontra o seu desenvolvimento (Antunes e Benoit, 2016; Grespan, 2009; 2012). Desde o início, a começar pelo duplo caráter da mercadoria – valor de uso e valor – e pela autonomização da forma-dinheiro, que estabelece a relação generalizada entre a mercadoria e o dinheiro, verifica-se a *possibilidade* de uma interrupção no processo de compra e venda, que se converterá, posteriormente na exposição, em uma interrupção generalizada *necessária* que ocorre de tempos em tempos a partir das determinações da acumulação de capital, da unidade contraditória entre produção e circulação, da concorrência etc.

Em síntese:

Se a apresentação das categorias foi idealizada como um desdobramento sucessivo das oposições internas constitutivas de cada figura, de cada forma que assume o valor e o capital na sociedade moderna, é essa oposição, essa negatividade, que contém, mesmo implicitamente, a crise. De acordo com cada nível de complexidade em que o conceito de valor e de capital é apresentado, também o de crise o é, com conteúdo correspondente (Grespan, 2009, p. 30).

Reconhecer o estatuto da crise na crítica de Marx à economia política é crucial para as argumentações desenvolvidas neste trabalho na medida em que a crise econômica é tomada como arquétipo representativo da contradição capitalista. De fato, há uma *teoria* marxiana da crise, e a partir dela se tenta delinear e investigar o problema da contradição capitalista. No entanto, não se propõe aqui perseguir a linha de desenvolvimento da teoria da crise no percurso categorial de *O capital*. Diferentemente, tomando-a como premissa, a estratégia inicial adotada para abordar o problema da contradição capitalista é a análise minuciosa da

crítica de Marx a Jean-Baptiste Say [1767-1832], economista francês autor da obra intitulada *Tratado de economia política* [1803].

Por que Say? Basicamente, trata-se de um economista que negou teoricamente a possibilidade de crises econômicas generalizadas e de superprodução, resultando em uma apresentação da economia moderna como tendente à harmonia e ao equilíbrio – o que é traduzido neste trabalho como ‘negação da contradição capitalista’. Além disso, Say não foi apenas aquele que negou teoricamente com clareza e de maneira sistematizada a contradição capitalista (lei de Say, “oferta gera a demanda”), mas aquele que, nessa condição, conquistou a adesão e a crítica de economistas e teóricos políticos das mais distintas tradições em toda a história madura do capital. Logo, a crítica de Marx a essa concepção teórica é o meio mais útil e interessante para delinear e investigar o problema da contradição capitalista, ainda mais porque a crise econômica é concebida como o seu principal arquétipo representativo.

Say conquistou, em primeiro lugar, a adesão e a crítica simultâneas de Ricardo<sup>20</sup> ainda em princípios do século XIX e a crítica de Marx na segunda metade do mesmo século, estando presente de maneira constante em sua crítica da economia política. Entre os economistas neoclássicos anteriores ao *crash* de 1929, reinou de maneira oculta e quase absoluta (Hansen, 1987; Keynes, 1983), oferecendo um entendimento harmônico ou da possibilidade de uma harmonia espontânea na “economia de mercado”, segundo a qual a oferta produz a demanda. Sob as consequências histórico-teóricas da crise de 1929-1933, mereceu um *locus* de destaque na crítica keynesiana, posicionando-se aí não apenas como ‘mais um a ser criticado’, mas como o ponto de partida da crítica. E, por fim, a partir das consequências histórico-teóricas produzidas pela crise de 1973-1975 e pelo descrédito da política-econômica keynesiana, retornou como um substrato teórico no pensamento monetarista-neoliberal dominante nas últimas cinco décadas.

---

<sup>20</sup> Em *On the Principles of Political Economy and Taxation* [Princípios de economia política e tributação], publicado em 1817, Ricardo escreve no prefácio: “a mesma observação [acerca da necessidade de criticar Smith e Malthus sem perder a admiração por eles] pode ser feita em relação aos excelentes trabalhos de Say, que, não apenas foi o primeiro, ou um dos primeiros autores continentais que corretamente examinaram e aplicaram os princípios de Smith, e que fez mais que todos os outros escritores continentais reunidos para recomendar às nações da Europa os princípios daquele esclarecido e benéfico sistema; mas que, além disso, conseguiu também ordenar a ciência de modo mais lógico e instrutivo, enriquecendo-a ainda com várias contribuições originais, precisas e profundas. No entanto, o respeito que inspiram ao autor os escritos desses cavalheiros não o impediu de comentar, com a liberdade que considera necessária aos interesses da ciência, as passagens da *Économie Politique* divergentes de suas ideias” (1982, p. 40). Foge ao escopo deste trabalho avaliar se a posição de Ricardo ante Say assumiu o caráter de uma *adesão*-crítica ou de uma *crítica*-adesiva, no entanto, dado a divergência inconciliável entre a teoria do valor-trabalho defendida pelo inglês e a teoria do valor-utilidade propagada pelo francês, pode-se intuir que a crítica ricardiana preponderou sobre a adesão. No entanto, a adesão acrítica do sistema ricardiano à lei de Say contra-arresta tal intuição. Soma-se a isso o fato de Ricardo, o teórico-ápice da economia política clássica, ter avaliado tão positivamente os “excelentes trabalhos de Say”, o “fundador da “economia vulgar” (Rubin, 2014, p. 369).

Prado (2014) escreveu um artigo cujas pretensões são, em parte, próximas às deste trabalho. Ele comparou textualmente Marx, Walras e Keynes de maneira a evidenciar três maneiras muito distintas pelas quais a problemática da contradição capitalista foi teorizada ou racionalizada. No entanto, a abordagem metodológica deste trabalho é mais ampla, dado que almeja não apenas focar a dimensão lógica dos textos, mas também elucidá-las nas contextualidades históricas em que a contradição capitalista fora teórica-politicamente racionalizada pelos autores em questão, ora ressaltada, ora “exorcizada”<sup>21</sup>. Em outras palavras, não se trata de uma comparação teórica, mas de um recorrer às teorias como “*formas específicas de consciência histórica*” (Mészáros, 2009, p. 17), que, cada uma à sua maneira, têm algo a dizer sobre a contradição capitalista na forma teórico-ideológica em que se apropria dela (negação, afirmação, controle, espontaneidade etc.).

Notoriamente, trata-se de um empreendimento difícil devido à sua pretensão dialeticamente dupla<sup>22</sup>: texto e contexto não enquanto identidade, mas enquanto unidade. Como se poderá constatar, esse empreendimento não é levado a cabo de maneira exaustiva e sem imperfeições, não obstante, ele indica um norte para o qual as investigações realizadas neste trabalho devem rumar. Para uma descrição mais detalhada dos preceitos metodológicos adotados, conferir principalmente Bianchi (2014), Lukács (2020), Mészáros (2009, p. 9-18) e Rubin (2014, p. 29-35).

Por fim, faz-se necessária uma apresentação da estrutura deste trabalho e da trama argumentativa nela desenvolvida. Começando pelo começo, o primeiro capítulo, intitulado *Karl Marx contra Jean-Baptiste Say*, consiste em uma investigação dos aspectos centrais da crítica de Marx a Say. Em primeiro lugar, procura-se demonstrar que a emergência da economia vulgar em princípios do século XIX, cuja primeira manifestação expressiva se encontra no *Tratado de economia política* de Say, relaciona-se com o afloramento do caráter contraditório da economia capitalista. Em segundo lugar, demonstra-se *como*, diante desse afloramento, Say reagiu teórica-politicamente negando-a por meio da proposição de que a produção ou a oferta engendra o consumo ou a demanda, o que se tornou conhecido na literatura econômica como ‘lei de Say’. Em terceiro lugar, pretende-se levantar e defender a hipótese de que há um duplo caráter anacrônico na forma pela qual a economia política

---

<sup>21</sup> Utilizando o termo em um sentido de negação intelectual, Marx escreve que “o *desígnio de exorcizar* [*Wegphantasierenwollen* – melhor traduzido como “desejo de fantasiar”] contradições é ao mesmo tempo a expressão de contradições realmente existentes, que de acordo com esse piedoso desejo não devem existir” (1980, p. 954 – itálico meu).

<sup>22</sup> “O que torna particularmente difícil um tratamento da história do pensamento econômico é [a] natureza dual [dessa] tarefa: a necessidade de fornecer ao leitor, a um só tempo, uma exposição, tanto das condições *históricas* a partir das quais as diferentes doutrinas econômicas surgiram e se desenvolveram, quanto de seu *significado teórico*, isto é, da relação lógica interna entre as ideias” (Rubin, 2014, p. 30).

apreende o capitalismo: por um lado, o anacronismo clássico, que representa o presente no passado, e, por outro, o anacronismo às avessas, que representa o passado no presente. Nesse ponto, argumenta-se que a lei de Say é o principal vetor de introdução do anacronismo às avessas na economia política.

O segundo capítulo, intitulado *Capitalismo e contradição*, tem como escopo conceituar a contradição capitalista. Para tanto, partindo da crítica de Marx à economia política, realiza-se, em primeiro lugar, uma exposição sobre a problemática da crise de superprodução, apresentando-a em três momentos: aparência, essência e gênese histórica. Em segundo lugar, apresenta-se, finalmente, um conceito de contradição capitalista. Trata-se do “momento crítico” deste trabalho, porque, embora alicerçado na crítica de Marx à economia política, o conceito apresentado não resulta de um exercício puramente exegético dos textos marxianos, mas de uma *interpretação* a partir desses textos. Ao final deste capítulo, realiza-se um excursus histórico sobre o problema da contradição capitalista nos contextos das crises econômicas de 1873-1896 e de 1929-1933 e os seus respectivos momentos de recuperação da acumulação acelerada de capital, enfatizando como determinadas formulações teórico-econômicas que marcaram época esboçaram reações a essas movimentações histórico-econômicas da contradição capitalista.

## 2. Karl Marx contra Jean-Baptiste Say

### 2.1 Say, economista vulgar

Embora não tenha assumido uma posição central na crítica de Marx a economia política – posição pertencente a David Ricardo e Adam Smith, para citar dois dos mais importantes –, Jean-Baptiste Say esteve aí presente de maneira constante, mesmo que na condição de uma “figura lastimável”<sup>23</sup>. Portanto, comecemos pela seguinte questão: quais são os motivos ou qual é o conteúdo da sua presença nos escritos marxianos?

- (a) Em primeiro lugar, a influência das suas ideias sobre o sistema teórico ricardiano<sup>24</sup>, especialmente sua lei dos mercados [*Say's law*], mas também a proposição segundo a qual produtos são trocados por produtos, cujas consequências são negativas ao desenvolvimento de uma teoria do dinheiro e, portanto, também ao aprofundamento de uma adequada apreensão teórica do modo de produção capitalista.
- (b) Em segundo lugar, trata-se de um espécime exemplar da economia vulgar, podendo mesmo ser considerado o seu fundador<sup>25</sup>. Enquanto tal, é um intérprete exotérico de Adam Smith: continuador e propagador dos seus elementos vulgares (Marx, 1980a; Rubin, 2014). Sob esse aspecto, não mais se reduz a uma influência negativa sobre Ricardo, mas assume centralidade na crítica de Marx à economia vulgar.

Poder-se-ia também considerar a forte influência pública de Say como um motivo pelo qual Marx lhe devotou atenção constante, afinal de contas, não somente a qualidade teórica de uma obra a qualifica como objeto de crítica, mas também e principalmente a inserção social obtida por ela, o que muitas vezes nada tem a ver com qualidade teórica. Nesse sentido, o seu *Tratado* [1803] não foi confinado às prateleiras de acadêmicos. Pelo contrário, “uma

---

<sup>23</sup> Marx, 1980, p. 929.

<sup>24</sup> Nos manuscritos coligidos e postumamente editados por Karl Kautsky sob o título de *Teorias do mais-valor*, pode-se verificar em diversos momentos essa afirmação. Por exemplo, há um conhecido excerto de crítica à teoria ricardiana da acumulação (cf. 1980, pp. 907-980) onde Say, apesar de ser recorrentemente referenciado, encontra-se submisso à elucidação crítica das ideias ricardianas: “uma vez que Ricardo se apoia em Say, criticaremos mais tarde as proposições de Say ao tratar desse próprio impostor” (Marx, 1980, p. 930). No entanto, como se pode ver no ponto *b*, a partir do qual as ideias do presente tópico são desenvolvidas, verifica-se que Say assume maior autonomia, luz própria nos momentos em que a economia vulgar obtém maior centralidade na crítica de Marx.

<sup>25</sup> “[...] Malthus substituiu a teoria do valor-trabalho pela teoria da oferta e da demanda (e a teoria dos custos de produção) e se empenhou em desenvolver a ideia equivocada de Smith sobre o trabalho – o trabalho comandado em troca de uma mercadoria – como a medida do valor. Mas as ideias [vulgares] de Malthus sobre o valor eram confusas e contraditórias demais para obter um sucesso geral. A honra de fundador da “economia vulgar” coube, não a ele, mas ao francês Jean-Baptiste Say (1767-1832)” (Rubin, 2014, p. 369).

superficialidade de ideias, clareza de construção e um estilo fluente tornavam o livro acessível a um amplo círculo de leitores” (Rubin, 2014, p. 369). Não obstante, esse não constitui um motivo particular da inserção de Say nos escritos marxianos, senão um motivo geral sob o qual vários dos economistas clássicos e vulgares criticados por Marx podem ser considerados.

Portanto, verifica-se que, por um lado, Say exerceu uma influência vulgar sobre a teoria ricardiana e, por outro, extraiu e elevou os elementos vulgares da teoria smithiana, o que o alçou à posição de economista vulgar. No entanto, *pele menos à primeira vista*, há uma contradição na caracterização de Say como economista vulgar, tal como exposta por Marx. Para examinar essa questão, iniciemos com uma pergunta: o que caracteriza um economista como vulgar *ou* o que é a economia vulgar e em que ela se distingue da economia política clássica?

Em primeiro lugar, a resignação diante do “modo de representação capitalista”<sup>26</sup> (Grespan, 2019) caracteriza o *comportamento teórico* típico do economista vulgar. Ele adere sem questionar ao senso comum produzido pelo próprio capital<sup>27</sup>, reveste-o em uma linguagem teórica e, portanto, reforça-o “cientificamente” em uma época em que a ideologia religiosa e a ideologia secular partilhavam cada vez mais a legitimidade das afirmações (cf. Hobsbawm, 2019, pp. 363-390). Nas palavras de Marx, “o economista vulgar não faz outra coisa senão traduzir numa linguagem aparentemente mais teórica e generalizante as curiosas ideias dos capitalistas prisioneiros da concorrência, esforçando-se em dar a essas concepções alguma exatidão” (2017b, p. 269). Portanto, o que deve ser explicado, ou seja, as formas fenomênicamente-econômicas que aparecem desorganizadas na consciência dos agentes da produção, é tomado por ele como ponto de partida da explicação: “em seu cérebro, não há nunca outra coisa que a *forma fenomênica* imediata das relações que nele se refletem e não as *relações internas*” (Marx, 2020, p. 209).

---

<sup>26</sup> Jorge Grespan apresenta a tese segundo a qual, na crítica da economia política, o substantivo *Darstellung*, comumente apreendido e traduzido como “modo de exposição” (categorial), ou seja, no sentido indicado pelo próprio Marx no posfácio à segunda edição do primeiro livro de *O capital* (cf. 2017a, p. 90), também assume o sentido de “modo de representação” (capitalista) em certos momentos dos escritos marxianos.

<sup>27</sup> Vários exemplos do capital como produtor de representações acerca de si próprio são expostos no terceiro livro de *O capital*, por exemplo: (a) a indistinção *qualitativa* entre o valor adiantado e o mais-valor objetivados no capital-mercadoria e no capital-dinheiro do empresário; (b) o excedente como produto do capital total (variável e constante), o que oculta a sua origem na exploração do trabalhador assalariado, pago tão somente pelo capital variável etc. Essas representações não devem ser entendidas como artimanhas do capital, porque ele não é uma pessoa que raciocina em termos de meios e fins, ao contrário, o capital é uma lógica econômica. O que produz a “representação capitalista” é o próprio processo do capital, de maneira natural-espontânea, ou seja, não opera aí nenhuma intencionalidade. O mesmo não pode ser dito acerca das representações acolhidas e defendidas pelos capitalistas individuais e das representações teóricas, artísticas, religiosas, políticas etc. que positivam a ordem social capitalista.

É relativamente simples identificar esse comportamento teórico em Say, embora ele tenha anunciado uma concepção de ciência distante do vulgarismo, sem jamais pô-la em prática<sup>28</sup> – aqui é válida a advertência lukacsiana: “tampouco em filosofia deve-se julgar a intenção, julgam-se fatos – a *expressão objetivada do pensamento* e sua eficácia historicamente necessária” (Lukács, 2020, p. 10 – itálico meu). Esse comportamento está contido, por exemplo, na recusa da teoria do valor-trabalho em favor da utilidade como fundamento do valor. Nessa recusa, que é basilar na teoria econômica de Say, nota-se a escolha por obviedades fenomênicas como pressuposto da análise da riqueza:

O valor que os homens atribuem às coisas tem seu primeiro fundamento no uso que delas podem fazer. Umas servem como alimento, outras como vestuário; algumas nos defendem dos rigores do clima, como as casas; outras, como os ornamentos, os produtos de beleza, satisfazem gostos que são uma espécie de necessidade. Seja como for, permanece sempre verdadeiro que os homens atribuem valor às coisas em virtude de seu uso: o que não serve para nada não tem preço nenhum. [...] É nesse sentido que devemos entender a palavra *produção* em Economia Política [...]. A produção não é em absoluto uma criação de matéria, mas uma criação de utilidade. [...] Só há, portanto, verdadeira produção de riqueza onde existe criação ou aumento de utilidade” (1983, p. 68-69).

Certamente que não são falsas certas obviedades fenomênicas, como a importância do valor de uso para a constituição do valor, e certas obviedades não apenas fenomênicas, mas *tout court* – abstratas, gerais, sem conteúdo histórico determinado –, como o fato de que as coisas têm valor de uso e de que a produção produz utilidade. No entanto, inflá-las e retirar delas de maneira imediata conclusões teóricas determinantes, como a de que a utilidade é o fundamento do valor, eis o que caracteriza um economista vulgar, eis o que caracteriza Say.

Em segundo lugar, deve-se reconhecer o *comportamento político* típico do economista vulgar. Diante do desenvolvimento das contradições e do antagonismo de classes na sociedade capitalista, ele não tergiversa em defendê-la a todo custo, mesmo que para isso seja necessário desviar o exercício teórico da sua função mais elementar, o conhecimento da realidade. Marx caracterizou esse *comportamento teórico-político* de “apologética”: uma defesa apaixonada, não objetiva, quase religiosa<sup>29</sup> dos interesses burgueses; uma “teorização”, “cientificação” do

<sup>28</sup> No ‘*Discurso preliminar*’ ao seu *Tratado*, Say enuncia duas ordens de fatos: “coisas que existem” e “coisas que acontecem”. Ele observa que o conhecimento que se pretende construir unilateralmente a partir da análise das “coisas que acontecem” é falho, dado que a infinitude desorganizada de fenômenos, acumulados sob a forma de fatos, não permite ao economista político realizar o nexo entre as causas e os efeitos do seu objeto, a riqueza. Então, conclui o economista francês: “para atingir a verdade [...] é necessário conhecer, não um grande número de fatos, mas apenas os fatos essenciais e verdadeiramente influentes, considerá-los sob todos os seus aspectos e, sobretudo, deles extrair as consequências corretas, estar seguro de que o efeito que lhes é atribuído procede realmente deles e não de outra coisa. Qualquer conhecimento de fatos é um amontoado do qual nada resulta, uma erudição de almanaque” (1983, p. 43-44).

<sup>29</sup> “[...] a felicidade de um escolástico com Deus-Pai, Deus-Filho e Deus-Espírito Santo é a mesma do economista vulgar com terra-renda, capital-juro e trabalho-salário” (Marx, 1980, p. 1540).

senso comum dos agentes da produção, das opiniões empresariais prático-cotidianas, com vistas a legitimá-las como verdades últimas. Portanto, vê-se que a teorização vulgar do economista vulgar fundamenta a sua política apologética<sup>30</sup>.

Também no que diz respeito ao comportamento político é relativamente simples identificá-lo em Say. Com consistência lógica, por exemplo, ele deriva da teoria dos três fatores de produção uma importante conclusão política com implicações à relação capital-trabalho: “em vez de concorrerem entre si para dividir a riqueza criada pelo trabalho (o que gera uma situação de conflito social), trabalhadores, capitalistas e proprietários de terras surgem, na construção de Say, em posição idêntica: os titulares de cada um dos fatores de produção recebem um rendimento que se forma *autonomamente*, sem qualquer relação com o rendimento que cabe aos titulares dos outros fatores de produção” (Nunes, 2013, p. 101-102). Nas palavras de Say, “cada um retira [...] sua parte dos valores produzidos e essa parte constitui sua renda” (1983, p. 299). Para fundamentar essa ideia, o economista francês chega mesmo ao ridículo da proposição de que não apenas o homem trabalha, mas também a natureza e as máquinas<sup>31</sup>. Logo (*logicamente*), reivindicações de salários maiores são impertinentes, pois interferem no que não lhes diz respeito, ou seja, a parcela do produto pertencente ao capitalista – com o qual o trabalhador se relaciona imediatamente, diferentemente do proprietário fundiário, o qual não contrata o trabalhador, mas aluga a sua propriedade espacial ao capitalista.

Consequentemente, nega-se um aspecto constitutivo da sociedade moderna: a *dominação* do capital sobre o trabalho assalariado, em outras palavras, a *exploração*. No entanto, como negar a exploração diante da miséria daqueles que vivem do trabalho? Say não podia simplesmente negar a existência de um fenômeno tão óbvio como a miséria. Em vez disso, ofereceu-lhe uma causa, uma explicação: a ingerência equivocada<sup>32</sup> do Estado nas relações de mercado.

---

<sup>30</sup> Em uma carta a Ludwig Kugelmann, Marx observa precisamente essa relação entre os comportamentos teórico e político do economista vulgar. Primeiramente, observa que o economista vulgar, quando se defronta com a “conexão interna das coisas”, recua imediatamente à aparência, ao “nexo externo das coisas”. Em seguida, conclui que, “em tudo isto, há algo mais implícito. Uma vez que se exponham claramente estas relações internas, toda a crença teórica na necessidade permanente do estado de coisas atual se exaure, antes que se produza o seu exaurimento na prática. *As classes dominantes têm, pois, neste caso, um interesse absoluto em perenizar esta confusão e este vazio de pensamento*” (2020, p. 269 – itálico meu).

<sup>31</sup> cf. Say, 1983, p. 91-95.

<sup>32</sup> Say é um crítico de determinadas formas de ingerência econômica governamental, como o protecionismo, mas não chega a ser um crítico do Estado e da política-econômica governamental em si. Antecipando Friedrich von Hayek (2022), Say entende que o Estado deve fornecer uma estrutura político-jurídica sobre a qual o mercado possa se realizar espontaneamente, resolvendo assim todos os problemas cujas causas são políticas: crises econômicas, miséria etc. Em matéria de tributação, por exemplo, ele advoga que o governo deve retirar os tributos das rendas de uma nação, por serem destinadas ao consumo improdutivo, e não os seus capitais, responsáveis pela elevação da riqueza (cf. 1983, p. 89).

É rigorosamente certo que sua [dos trabalhadores] parte nos produtos seja exatamente proporcional à parte que essa classe tem na produção? Nos países que consideramos como os mais ricos, quantos indivíduos vivem numa penúria perpétua! Quantos lares, nas cidades como nos campos, cuja vida inteira se compõe de privações e que, cercados de tudo o que pode excitar os desejos, estão reduzidos a poderem satisfazer somente suas necessidades mais grosseiras, como se vivessem numa época de barbárie, em meio às nações mais indigentes! [...]. [Qual a causa disso?] *Os impostos esmagam as empresas industriais que só podem sustentar-se diminuindo o salário dos operários* (1983, p. 118-119 – itálico meu).

Para Say, a dominação não é um atributo inexistente na história da humanidade – a relação de escravidão, por exemplo, é por ele caracterizada como um “infeliz direito do homem sobre o homem” (1983, p. 135). No entanto, se a relação de dominação-exploração é inerente à relação de escravidão, por outro lado, onde reina a propriedade *de facto* a exploração não é inerente à relação capital-trabalho, mas *pode* ser imposta a ela, como atributo exógeno, a partir de uma política tributária exacerbada – como se vê na proposição de que “os impostos esmagam as empresas industriais que só podem sustentar-se diminuindo o salário dos operários”. Trata-se de uma tese anti-rousseauiana<sup>33</sup> de que a propriedade (*de facto*<sup>34</sup>) é o reino da liberdade. Em síntese, da teoria dos três fatores de produção, conjugada sob os pontos de vista da produção e da distribuição, emerge a seguinte conclusão política: “uma visão harmoniosa da sociedade, afastando a ideia de conflitualidade social: os titulares de cada um dos fatores de produção recebem, pela sua *contribuição produtiva*, a remuneração adequada, não havendo lugar para qualquer discrepância entre a *distribuição natural* do rendimento e a *justiça social*” (Nunes, 2013, p. 102).<sup>35</sup>

No entanto, como nos adverte mais uma vez Lukács, “não há visão de mundo “inocente” (2020, p. 10). A economia política clássica também legitima e defende os interesses da burguesia – a tomada de posição de Adam Smith em favor da liberdade de comércio e indústria e contra a política mercantilista é um exemplo disso. Não obstante, há um vetor que distingue a defesa clássica da defesa vulgar-apologética da burguesia. Enquanto a

<sup>33</sup> Jean-Baptiste Say nutria por Jean-Jacques Rousseau uma opinião muito negativa, caracterizando o seu *Contrato social* [1762] como “uma obra pelo menos muito pouco útil” (1983, p. 51). Em relação ao *segundo discurso* [1755] rousseauiano, no qual se desenvolve a ideia de que a propriedade é a origem da desigualdade e da dominação (Rousseau, 1973), é ainda mais nítida a posição anti-rousseauiana de Say, para quem propriedade e dominação são antitéticos.

<sup>34</sup> Para Say, a propriedade existe e multiplica ao máximo a riqueza quando *de facto*: “só se pode dizer que a propriedade existe quando ela existe não somente de direito, mas de fato. É só então que a indústria obtém sua recompensa natural e que tira o maior partido possível de seus instrumentos: os capitais e as terras. [...]. Não há propriedade assegurada onde um déspota pode apoderar-se das propriedades de seus súditos sem seu consentimento” (1983, p. 133).

<sup>35</sup> Rubin observa o mesmo: “em termos práticos, a teoria de Say [dos três fatores de produção] prometia fornecer uma justificação para o lucro e a rena como rendimentos não adquiridos [*unearned*] e demonstrar a ilegitimidade das reivindicações dos trabalhadores por uma participação no produto além de seus salários (uma vez que o trabalho cria apenas o valor de seus salários e não a totalidade do valor do produto)” (2014, p. 371).

economia política clássica a defende realizando avanços científicos na apreensão da realidade – isto é, mesmo penetrada por elementos vulgares, como a adesão de Ricardo à proposição de que a oferta produz a sua própria demanda, prevalecem na economia política clássica tendências científicas, cujo elemento catalisador<sup>36</sup> é a teoria do valor-trabalho –, a economia vulgar a defende regredindo os avanços científicos alcançados pela economia política clássica, negando o “nexo interno das coisas” (essência), por entendê-lo como um “aspecto completamente distinto [da verdade]”<sup>37</sup>, em prol do “nexo externo das coisas” (aparência)<sup>38</sup>: a recusa de Say da teoria do valor-trabalho de Smith é o *primeiro* exemplo disso<sup>39</sup>.

Nenhuma contradição há até aqui em caracterizá-lo como economista vulgar. Tal como conceituada por Marx, a economia vulgar jaz de maneira vívida e identificável na letra de Say – no seu comportamento teórico-político. Mas a coisa toda se revela mais intrincada quando se tem em vista mais um aspecto: a *gênese histórica* da economia vulgar. E é na sua apreensão que a caracterização marxiana de Say como economista vulgar *parece* não fazer sentido. Para analisar essa questão, tenhamos em vista um dado inicial: o *Tratado de economia política* foi publicado por Say em 1803.

Marx constata que a competência científica da economia política clássica tem seu fundamento material na recepção da *Weltanschauung*<sup>40</sup> [visão de mundo] burguesa em uma época em que: (a) em luta contra a aristocracia fundiária e o poder político monárquico, a burguesia se constitui como uma classe ascendente e “progressista”; (b) a luta de classes entre a burguesia e o proletariado ainda permanecia em estado latente ou se manifestava apenas

---

<sup>36</sup> Em Marx, a linha divisória, a fronteira entre a economia política clássica e a economia vulgar parece ser a tomada de posição acerca da teoria do valor-trabalho. Basicamente, recusá-la garante ao economista uma posição entre os vulgares. Essa observação não é tão óbvia quando temos em vista economistas nos quais a recusa da teoria do valor-trabalho é um elemento vulgar entre outros (por exemplo, Say). No entanto, quando consideramos um economista que, como John Stuart Mill, adere a uma *quantidade* considerável de teses vulgares (teoria da população de Malthus, teoria da abstinência de Senior, doutrina das crises de Say etc. [cf. Rubin, 2014, p. 430-431]) sem, contudo, transformar-se na *qualidade* de economista vulgar, apenas podemos observar que ele não recusa totalmente a teoria do valor-trabalho (Rubin argumenta que, em Mill, a teoria do valor-trabalho é um subproduto ocasional da teoria dos custos de produção, tomada de empréstimo de Torrens [cf. 2014, p. 432-435]). Na hipótese de e em que medida a consideração do *economista* John Stuart Mill como clássico ao invés de vulgar é uma contradição na diferenciação marxiana entre a economia política clássica e a economia vulgar, ainda deve ser objeto de estudo. O que temos, inicialmente, é isto: (a) na crítica de Marx, Mill ingressa como um economista vulgar (nos *Grundrisse* e nas *Teorias do mais-valor*) e assume o posto de economista político clássico (n’*O capital*), embora muito aquém de Smith e Ricardo; (b) Mill formulou sua teoria da distribuição sem ignorar as exigências do proletariado.

<sup>37</sup> Marx, 2020, p. 269.

<sup>38</sup> “Os economistas vulgares – que é mister distinguir bem dos economistas pesquisadores que criticamos [economistas políticos clássicos] – na realidade traduzem as ideias, motivos etc. dos titulares da produção capitalista, prisioneiros do sistema e nos quais ela só se reflete em sua aparência superficial. *Efetuum essa tradução em linguagem doutrinária e segundo o prisma da camada dominante, os capitalistas, portanto, sem ingenuidade e sem objetividade, mas com finalidade apologética*” (Marx, 1980, p. 1494 – itálico meu).

<sup>39</sup> cf. Say, 1983, p. 52, 54, 80-81, 125-126.

<sup>40</sup> Sobre o conceito de *Weltanschauung* e a sua ampliação para “visão social de mundo”, cf. Löwy, 1987, p. 12-13.

isoladamente (cf. 2017a, p. 84-87). Ou seja, representando a *Weltanschauung* que, à época, abraçava a transformação revolucionária da ordem social e política vigente, a economia política clássica podia conciliar avanços científicos na apreensão da realidade com a tomada de posição em prol da burguesia, pois esses avanços *ainda* não contrastavam com os interesses do capital – a universalização smithiana da origem do valor e da riqueza para além da agricultura, ou seja, a crítica da “teoria do valor” fisiocrata é um exemplo disso (cf. Marx, 2014, p. 276).

Inversamente, para Marx, a incompetência científica da economia vulgar encontra seu fundamento material ou histórico na recepção da *Weltanschauung* burguesa em uma época em que: (a) ainda na primeira metade do século XIX, com o poder político do *ancien regime* sendo despojado pela burguesia, a sua luta contra a aristocracia vinha dando passos largos; (b) as relações de produção capitalistas davam mostras da sua maturidade, alçando a luta de classes entre a burguesia e os trabalhadores assalariados ao primeiro plano histórico. Trata-se, portanto, de um contexto histórico distinto daquele no qual a economia política clássica pôde desenvolver a sua vocação científica, embora muito próximo temporalmente: a *Weltanschauung* burguesa havia se concretizado, em larga medida, nas relações políticas e econômicas capitalistas, substituindo o ímpeto progressista-revolucionário da burguesia pelo conservadorismo. Em filosofia, as consequências teóricas disso resultaram, dentre outras coisas, na execração da dialética<sup>41</sup>, assim como, em economia política, na vulgarização do proceder teórico (“nexo externo entre as coisas” ou o fenomênico como *locus* da verdade) – execração da dialética, porque, como explica Marx, o movimento de negação do existente contrasta com o ímpeto de conservação das relações burguesas; vulgarização do proceder teórico, porque a apreensão científica da realidade começa a polemizar com os interesses do capital por lucratividade e de manutenção da ordem capitalista dominante.

Na primeira metade do século XIX, são identificáveis certos momentos decisivos para a emergência, a difusão e a consolidação da economia vulgar. O ano de 1848 certamente é o mais importante dentre eles no que diz respeito à *consolidação* do vulgarismo como prática predominante na teorização econômica. Por um lado, ainda que sob a forma de um “sincretismo desprovido de espírito”<sup>42</sup>, foi o ano em que a economia política clássica deu seu último suspiro com os *Princípios de economia política*, de John Stuart Mill. Por outro, as revoluções europeias de 1848-1849 varreram o continente europeu e transformaram de uma vez por todas o progressismo burguês em conservadorismo burguês (Hobsbawm, 2020;

---

<sup>41</sup> cf. Korsch, 2008, p. 150-151; Marx, 2017a, p. 91.

<sup>42</sup> Marx, 2017a, p. 86.

Lukács, 2017). Na França, por exemplo, a reação burguesa às revoluções assumiu a forma do bonapartismo, que expressou politicamente o abandono da sua força revolucionária e o seu recuo conservador (Marx, 2011). As consequências teóricas desse processo foram indicadas acima.

Por sua vez, a *difusão* da economia vulgar tem lugar entre as décadas de 1820 e 1840, com especial ênfase na década de 1830, em que a luta de classes entre a burguesia e o proletariado encontra grande desenvolvimento (Hobsbawm, 2019). A título de exemplo, trata-se da década de publicação de *An outline of the science of Political Economy* [1836], de Nassau W. Senior. Nessa obra, a insuficiência teórica de Say em apresentar uma explicação do que é o lucro (por ele conceituado como “juros do capital” por sua contribuição produtiva) e qual é a sua origem é tomada como ponto de partida para a formulação de uma “teoria do lucro” sob a forma da teoria da abstinência. Para tanto, Senior adultera a “composição original” da teoria dos três fatores de produção, ou seja, a fórmula trinitária ‘capital, trabalho e terra’, para ‘abstinência, trabalho e terra’, com vistas a afirmar que o sacrifício (*sacrifice*) de um consumo improdutivo no presente é premiado com um lucro no futuro (1965, p. 58-60). Como observa Rubin, “a doutrina de Senior carrega a inconfundível marca de uma apologética: servindo para *justificar* o lucro do capital, ela não *explica* minimamente sua origem” (2014, p. 393).

Posto de lado o exemplo, importa aqui apreender que se tratam das décadas em que as lutas sociais exercem significativa influência na metamorfose da economia política clássica em economia vulgar:

Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. *A partir de então, a luta de classes* [entre a burguesia e o proletariado] *assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas. Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa.* Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial. (Marx, 2017a, p. 86 – itálico meu).

Ambos os momentos, tanto as revoluções de 1848-1849 quanto o período entre as décadas de 1820 e 1840, remetem para o acirramento da luta de classes entre burguesia e proletariado como razão material/histórica da difusão e consolidação da vulgarização na teoria econômica. No entanto, há ainda um outro momento a considerar, dado que a economia vulgar é anterior a esses dois momentos: trata-se do momento de *emergência* – como se sabe, marcado pela publicação do *Tratado* de Say, em princípios do século XIX [1803]. Apreendê-lo

representa o maior desafio à periodização da *gênese histórica*<sup>43</sup> da economia vulgar na primeira metade do século XIX, pois o elemento em comum à sua difusão e consolidação (manifestação desenvolvida e generalizada da luta de classes moderna) não está nele presente – pelo menos não de maneira suficientemente ampla e determinante para fundamentá-lo.

Na França, por exemplo, em princípios do século XIX, a luta de classes entre a *bourgeoisie* e os trabalhadores assalariados ainda não havia se manifestado generalizadamente (em oposição à manifestação isolada ou ocasional<sup>44</sup>). E mesmo na Inglaterra, a nação capitalista *par excellence* no século XIX, ainda se verificava entre fins da década de 1830 e meados da década de 1840 uma luta relevante entre a burguesia e os aristocratas fundiários, expressada na *Anti-Corn Law League* [Liga Contra a Lei dos Cereais], união livre-cambista que combatia restrições governamentais à importação de trigo<sup>45</sup> – embora aí a classe dos trabalhadores assalariados já representasse uma “importunação política” aos interesses políticos e econômicos da burguesia. “Só a partir da década de 1840 é que o proletariado, rebento da revolução industrial, e o comunismo, que se achava agora ligado aos seus movimentos sociais [...], abriram caminho pelo continente [europeu]” (Hobsbawm, 2019, p. 58). Nada mais consistente, portanto, do que o fato de o último suspiro da economia política clássica ter sido em 1848, momento em que a classe trabalhadora europeia despertou o seu poder político e irrompeu as revoluções de 1848-1849 (Hobsbawm, 2020).

Era esse um contexto histórico propício ao surgimento da economia vulgar? Trata-se de um questionamento com certo teor a-histórico, pois uma teoria econômica, política etc. não emerge da metafísica, mas em resposta à história e aos interesses sociais existentes (Bianchi, 2014; Lukács, 2020; Mészáros, 2009; Rubin, 2014). Todavia, tomados certos cuidados, pode ser um questionamento útil a argumentação aqui desenvolvida.

No que diz respeito ao estado da luta de classes entre a burguesia e os trabalhadores assalariados em princípios do século XIX, argumentou-se que ela não parecia suficientemente madura para iniciar a crise científica da economia política clássica e dar vez à economia vulgar – prova adicional disso é que o ponto máximo de desenvolvimento da economia

---

<sup>43</sup> Dois adendos sobre os conceitos utilizados na exposição textual: (a) *gênese histórica* abrange não apenas o momento de emergência ou surgimento pontual de uma coisa, mas também o processo de desenvolvimento dessa coisa (difusão e consolidação), portanto, distingue-se do conceito de *emergência*, ao mesmo tempo em que o abrange. Em outras palavras, na gênese histórica da economia vulgar estão contidos os momentos de emergência, difusão e consolidação; (b) enquanto o termo *emergência* se refere temporalmente aos princípios do século XIX, mais especificamente, a data de publicação do *Tratado de economia política* [1803], o conceito mais amplo de *gênese histórica* se refere ao processo de desenvolvimento (emergência, difusão e consolidação) da economia vulgar durante toda a primeira metade do século XIX. Aqui, interessa especialmente a investigação da *emergência* da economia vulgar.

<sup>44</sup> cf. Marx, 2017a, p. 85.

<sup>45</sup> cf. Hobsbawm, 2019, p. 79.

política clássica ainda seria alcançado em 1818, com a publicação dos *Princípios* de David Ricardo. No entanto, há um outro determinante histórico da emergência (e da gênese) da economia vulgar: *o advento/desabrochamento do caráter contraditório da economia capitalista, cuja forma mais evidente é a crise econômica.*

É certo que a crise econômica como *memento mori*<sup>46</sup> do ciclo econômico moderno emergiu na história somente em 1825 (Hobsbawm, 2019, p. 77; Marx, 2017a, p. 85; Neal, 1998) – vinte e dois anos após a publicação do *Tratado* de Say. No entanto, nos primeiros anos do século XIX, o protótipo da crise econômica moderna, caracterizada pela superprodução de mercadorias em relação à capacidade de realização ou venda no mercado e com consequências negativas para os níveis de emprego (Marx, 1980a, 2014, 2017a, 2017b), já era um processo econômico conhecido ao menos na Inglaterra. Hobsbawm observa, por exemplo, que “as crises periódicas nos pequenos setores manufatureiros e financeiros da economia eram [...] conhecidas na Grã-Bretanha pelo menos desde 1793” (2019, p. 77). As razões para tanto residem mais imediatamente nas transformações produtivas provocadas pela revolução industrial inglesa a partir da segunda metade do século XVIII: com a grande elevação das forças produtivas do trabalho, a concomitante elevação na massa de mercadorias produzidas começou a inundar mercados que, apesar do processo de expansão nacional e mundial e da exportação para as colônias europeias, *podiam* se encontrar e *efetivamente* se encontravam saturados – de maneira cada vez menos ocasional e cada vez mais regular, prenunciando os ciclos econômicos<sup>47</sup>.

Causalidades exógenas, como guerras e casualidades climáticas, no entanto, podem ofuscar o conteúdo *moderno* (superprodução) que começava a caracterizar as crises ainda antes da emergência do ciclo econômico em 1825. Sobre a crise inglesa de 1793, a título de exemplo, é possível atribuir-lhe, com propriedade lógica, uma causa unilateral nos esforços

---

<sup>46</sup> Expressão latina que significa “lembre-se de que é mortal”. Para Marx e Engels, os momentos de crise são justamente os momentos para aproveitamento político-revolucionário. Em carta a Engels de 18 de dezembro de 1857, diante da crise econômica vigente no mesmo ano, por exemplo, Marx registra a sua crença na onda revolucionária porvir. No entanto, se a possibilidade de superação da organização social capitalista é tão somente uma possibilidade, em diferença à inevitabilidade, não deve haver nenhum determinismo histórico no tratamento dessa questão – aliás, nem mesmo Marx formulou qualquer tipo de determinismo (Heinrich, 2024, p. 183-186).

<sup>47</sup> Wesley Mitchell (1874-1948), economista institucionalista, realiza algumas interessantes observações a esse respeito: “se o termo crise econômica é aplicado para cobrir qualquer distúrbio sério do processo normal de produção e distribuição de mercadorias, então essas crises são, pelo menos, tão antigas quanto os registros econômicos. Os desastres “pela vontade de Deus” e a fúria destrutiva dos homens muitas vezes acarretaram as maiores desgraças nas comunidades de povos diligentes, muito antes da organização econômica ter assumido a sua forma atual, e dos ciclos econômicos terem começado a obedecer um curso regular. [...]. *À proporção que a Revolução Industrial e as modificações concomitantes na organização do comércio e transporte espalhavam-se para outros países, estes começavam a apresentar o fenômeno dos ciclos econômicos, já familiar na Inglaterra*” (1983, p. 150-151 – itálico meu).

monetários despendidos pela Inglaterra para subsidiar seus aliados continentais na guerra contra a França, apresentando-a como uma crise meramente monetária<sup>48</sup>.

No entanto, sem levar em conta no mínimo a expansão das transações monetárias como consequência da elevação das capacidades produtivas a níveis não mais artesanais e manufatureiros, mas industriais, corre-se o risco de cair em uma análise insuficiente e mistificadora da crise de 1793. A emergência do ciclo econômico moderno não apareceu na história-econômica moderna do dia para a noite, ela foi gestada durante anos no seio de uma economia que, sob a influência da revolução industrial, alcançava patamares de produtividade cada vez mais surpreendentes. Eis o contexto histórico-econômico do *Tratado* de Jean-Baptiste Say e, portanto, da emergência histórica da economia vulgar: anterior aos ciclos econômicos modernos, mas contemporâneo ao processo de emergência das crises capitalistas de superprodução, em negação às quais se concebeu a lei dos mercados ou a proposição do equilíbrio entre oferta e demanda, entre produção e consumo (cf. Say, 1983, p. 137-143).

Em Marx, o determinante histórico mais anunciado da gênese da economia vulgar é o amadurecimento da luta de classes moderna – é ela quem faz “soar o dobre fúnebre da economia política clássica”. No entanto, não é o único: o advento e o acirramento da contradição capitalista também é um determinante essencial – além de ser o determinante predominante na sua emergência. Eis alguns exemplos de como Marx concebe a questão:

- a) “A importância das frases apoloéticas destinadas a negar a crise reside apenas em provarem sempre o contrário do que pretendem. Para negar a crise, afirmam unidade onde existe oposição e contradição. Por conseguinte, sua importância, como se pode dizer, está somente em provarem que, se na realidade não existissem as contradições que suprimem na imaginação, também não existiria crise. Mas, de fato, existe a crise porque existem aquelas contradições. Toda razão que apresentam contra a crise é uma contradição esconjurada, portanto, uma contradição

---

<sup>48</sup> Como é o caso da seguinte explicação: “em 1793, uma crise monetária surgiu [na Inglaterra]. Quando a guerra começou, a Inglaterra não participou muito da Europa, mas se contentou em enviar grandes somas de dinheiro para seus aliados continentais. Isso levou a uma drenagem de ouro do país; um pânico se seguiu, e os comerciantes não conseguiram encontrar dinheiro para pagar suas dívidas. Isso levou à suspensão dos pagamentos em dinheiro no Banco da Inglaterra em 1797. Naquele ano, devido à situação política anormal, o Governo autorizou o Banco a suspender o pagamento de suas notas em dinheiro e, ao concordar em aceitá-las para todos os pagamentos, praticamente as tornou moeda legal” (p. 172 – tradução livre). [“In 1793 a monetary crisis appeared [in England]. When the war began England did not at first take much part in Europe, but contented herself with sending large sums of money to her Continental allies. This led to a drain of gold from the country; a panic ensued, and merchants could not find money to pay their debts. That led to the suspension of cash payments at the Bank of England in 1797. In that year, owing to the abnormal political situation, the Government authorised the Bank to suspend payment of its notes in cash, and by agreeing to accept them for all payments, practically made them legal tender” (p. 172 – texto original)].

real, uma razão da crise. O desígnio de exorcizar contradições é ao mesmo tempo a expressão de contradições realmente existentes, que de acordo com esse piedoso desejo *não devem* existir” (Marx, 1980a, p. 954).

- b) “Nas crises do mercado mundial as contradições e antagonismo da produção burguesa se revelam contundentes. Em vez de investigar em que consistem os elementos conflitantes que se patenteiam na catástrofe, os apologistas se contentam em negar a própria catástrofe e, em face de sua periodicidade regular, em insistir em que a produção, se acatasse as lições dos compêndios, nunca chegaria à crise. A apologética então consiste em falsificar as mais simples relações econômicas e especialmente em se aferrar à unidade em face da contradição” (Marx, 1980a, p. 936);
- c) “A economia [teórica], à medida que se aprofunda, apresenta ela mesma contradições, e a ela se contrapõe sua contradição como tal, junto com o desenvolvimento das contradições reais da vida econômica da sociedade. Na mesma medida, a economia vulgar se torna, de maneira consciente, mais *apologética* e procura, à força de charlas, exorcizar as ideias que encerram as contradições” (Marx, 1980a, p. 1539).

Em outras palavras, não um, mas dois vetores atuaram na *gênese histórica* da economia vulgar: por um lado, a manifestação generalizada e o desenvolvimento da *luta de classes moderna*, por outro, o advento/desabrochamento da *contradição capitalista*. Portanto, por um lado, dominação/exploração, por outro, contradição. Essa dupla determinação da gênese histórica da economia vulgar, que é também uma dupla condição [*Daseinformen*] da sociedade capitalista, será fundamental ao desenvolvimento argumentativo do presente capítulo.

## 2.2 Lei de Say, negação da contradição capitalista

As críticas de Say aos fisiocratas, ao protecionismo e aos direitos tradicionais-hereditários de grupos incrustados no Estado representam uma oposição às formas resquiciais do *ancien regime*. Contra a política-econômica protecionista, por exemplo, caracterizou-a como uma “velha política” cujos beneficiários são selecionados pela arbitrariedade, vontade e força política e não pelo mérito econômico; cujos resultados são “dívidas, abusos, tiranias e revoluções”; e cujo erro pode ser contornado pelo conhecimento dos princípios de Economia Política<sup>49</sup>. Por outro lado, ao contrário, a sua negação das crises

<sup>49</sup> Cf., por exemplo, Say, 1983, p. 61 e 108-109.

econômicas não tinha diante de si o passado, mas o futuro da nova ordem social que se desenvolvia com relativa intensidade não somente na França, mas principalmente na Inglaterra, alcançando a maturidade depois de três séculos de transição a partir dos processos de acumulação originária iniciados no século XVI (Hobsbawm, 2019; Marx, 2017a).

Da teoria dos três fatores de produção provém um movimento semelhante. Embora a crítica marxista tenha enfatizado nela a negação da exploração na relação capital-trabalho<sup>50</sup>, cujo interesse reside nas *modernas* relações de produção (i.e., interesse burguês), há um outro lado da moeda que não deve ser esquecido: a teoria dos três fatores de produção resguarda o rendimento do capitalista contra o aristocrata consumidor malthusiano. Sustentando que cada fator contribui produtivamente na formação e elevação da riqueza, ela isola o rendimento de cada classe de iniciativas redistributivas, aí consideradas as intromissões aristocratas em relação ao lucro do capital. No contexto em que foi formulada e publicada, portanto, a teoria dos três fatores de produção abarcava uma dupla oposição da burguesia: (a) burguesia industrial *versus* aristocracia fundiária; (b) burguesia industrial *versus* trabalhadores assalariados. Somente a segunda oposição permaneceu como elemento de utilidade ao mundo moderno, provendo a burguesia de justificativas teóricas contra as lutas do movimento operário por maiores salários e contra as políticas tributárias redistributivas.

Como um pêndulo, o *Tratado* de Say se equilibrou entre o *ancien regime* e a sociedade moderna *de facto*, à época em processo de maturação. No entanto, pendeu mais aos temas modernos do que aos antigos. Dentre esses temas modernos, perdurou na história do pensamento econômico nos dois últimos séculos a sua teorização da relação oferta-demanda, postumamente nomeada de “lei do equilíbrio entre oferta e demanda”, “teoria dos mercados” ou “lei de Say”. Traduzida em linguagem neoclássica como a identidade entre o preço da demanda agregada e o preço da oferta agregada, em sua formulação original pode ser sintetizada na proposição de que a produção produz o seu próprio consumo ou a oferta produz a demanda e, portanto, as crises generalizadas de superprodução são impossíveis (Say, 1983, p. 137-143).

Pressuposta a proposição de que a produção produz o próprio consumo<sup>51</sup>, torna-se lógica a impossibilidade das crises generalizadas de superprodução. No entanto, é necessário dar um passo analítico para trás: por que a produção produz o próprio consumo? De um reducionismo extremado, o tratamento teórico dado por Say a importantes temas econômicos

---

<sup>50</sup> Nunes, 2013, p. 101-102; Rubin, 2014.

<sup>51</sup> Como observa Marx, “entendida de maneira mais ampla e mais concreta, a relação entre oferta e procura abrange a relação entre *produção* e *consumo*” (Marx, 1980, p. 940). Nesta dissertação, opto pelos termos ‘produção’ e ‘consumo’ em detrimento de ‘oferta’ e ‘demanda’.

fundamenta essa proposição. Em especial, duas concepções podem ser exemplos úteis ao raciocínio que o balizou até a identidade entre produção e consumo como gerada pela própria produção/oferta.

Em primeiro lugar, Say considera a circulação simples de mercadorias (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria ou M-D-M) como a imagem representativa do processo econômico, afirmando o valor de uso como escopo da produção<sup>52</sup>. Tal concepção, ainda mais quando atrelada à proposição do equilíbrio entre produção e consumo, na mesma medida em que nega o lucro como o objetivo da produção moderna, resulta em que a busca pelo incremento da riqueza é desprovida de complexidades, dado que as novas mercadorias produzidas criam mercados para outras mercadorias<sup>53</sup> e se encerram espontaneamente no consumo dos indivíduos sem enfrentar obstáculos inerentes ao processo de circulação<sup>54</sup>.

Em segundo lugar, parte-se da circulação simples de mercadorias e simplifica-a ainda mais – através da redução do dinheiro (D) a mero intermediário conveniente (meio de circulação), com a função de ser “viatura do valor dos produtos” (1983, p. 138) –, chegando à fórmula M-M (Mercadoria-Mercadoria), expressão da concepção de que produtos são trocados e pagos por produtos.

Se um negociante de tecidos se permitisse dizer: *Não são outros produtos que peço em troca do meu, é dinheiro*, seria fácil provar-lhe que seu comprador só está em condições de pagá-lo em dinheiro pelas mercadorias que vende, por sua vez. “Tal agricultor, podemos responder-lhe, comprará seus tecidos se suas colheitas forem boas e comprará tanto mais quanto mais tiver produzido. Não poderá comprar nada se não produzir nada. [...]. Você pretende que é dinheiro que precisa: afirmo que são outros produtos. Com efeito, para que deseja esse dinheiro? Não é com o propósito de comprar matérias-primas para sua indústria ou comestíveis para sua boca? Veja que são produtos que você precisa e não dinheiro. A soma de dinheiro que for usada na venda de seus produtos e na compra que você fizer dos produtos de um outro servirá para o mesmo uso, pouco depois, entre dois outros contratantes; será em seguida usada por outros e por outros ainda, interminavelmente [...]. Pois bem, o dinheiro é apenas a viatura do valor dos produtos. Todo seu uso consiste em transportar até você o valor dos produtos que o comprador havia vendido para

<sup>52</sup> “Quando uma mercadoria muito abundante não encontra compradores, não é a falta de dinheiro que paralisa sua venda, pois, do contrário, os vendedores dessa mercadoria considerar-se-iam felizes em receber seu valor nesses gêneros que servem para seu consumo, avaliados ao curso do dia; *não procurariam numerário e não teriam nenhuma necessidade dele, pois só o desejavam para transformá-lo em artigos de seu consumo*” (Say, 1983, p. 138 – itálico meu).

<sup>53</sup> “[...] um produto acabado oferece, *a partir desse instante*, um mercado para outros produtos equivalente a todo o montante de seu valor. Com efeito, quando o último produtor acabou um produto, seu maior desejo é vendê-lo para que o valor desse produto não fique ocioso em suas mãos. Por outro lado, porém, ele tem igual pressa em desfazer-se do dinheiro que sua venda lhe propicia, para que o valor do dinheiro tampouco fique ocioso. Ora, não é possível desfazer-se de seu dinheiro, senão procurando comprar um produto qualquer. Vê-se, portanto, que só o fato da criação de um produto abre, a partir desse mesmo instante, um mercado para outros produtos” (Say, 1983, p. 139).

<sup>54</sup> Uma interessante crítica a Say no que concerne à representação do capitalismo na circulação simples de mercadorias pode ser encontrada em Sweezy (cf. 1976, p. 164-168).

comprar os seus; da mesma maneira, ele transportará para aquele de quem você fizer uma compra o valor dos produtos que você vender a outros (Say, 1983, p. 137-138).

Reduzindo assim a existência moderna do dinheiro a mero meio de circulação, Say obstrui a possibilidade de desenvolvimento de uma análise aprofundada da cisão entre os momentos de compra e venda como advinda do próprio processo econômico, onde M-D (venda) não necessariamente se completa em D-M (compra)<sup>55</sup>. Pelo contrário, para o economista francês, “o fato da criação de um produto abre, a partir desse mesmo instante, um mercado para outros produtos” (1983, p. 139).

Marx critica ambas as concepções exemplificadas. Em relação à primeira, isto é, a concepção de que o valor de uso é o escopo da produção moderna, contrapõe-se afirmando que “o objetivo direto da produção capitalista não é o valor de uso, mas o valor de troca e em especial incremento do mais-valor<sup>56</sup>”, o que pode ser expresso na fórmula da circulação do dinheiro como capital D-M-D’ (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro). E acrescenta observando: “este é o motivo que impulsiona a produção capitalista, e é um primor de concepção a que, *para escamotear as contradições da produção capitalista*, omite-lhe a base e faz dela uma produção dirigida para o consumo imediato dos produtores” (1980, p. 931 – itálico meu).

Pode-se identificar nessa contraposição pelo menos dois sentidos diferentes, mas complementares: (a) o reconhecimento da particularidade econômica moderna, onde a elevação da riqueza, sob a forma historicamente muito específica da valorização do valor e da acumulação de capital, explica-se por si mesma e não pela utilidade que a riqueza aumentada pode representar às necessidades humanas; (b) a indicação de que a produção capitalista é marcada por contradições – no trecho transcrito, Marx tem em mente as crises econômicas – advindas da sua própria lógica econômica.

Em relação à segunda concepção, de acordo com a qual produtos são trocados e pagos por produtos, e que redundam na diminuição da importância do dinheiro na conformação do

---

<sup>55</sup> “[...] os economistas que negam a crise insistem na unidade dessas duas fases. Se elas, sem serem uma unidade, fossem apenas separadas, seria impossível justamente uma restauração violenta de sua unidade, ou seja, uma crise. Se fossem apenas uma unidade, sem estarem separadas, não haveria a eventualidade de as dissociar à força, o que também é crise. Esta é a restauração violenta da unidade entre elementos guindados à independência e a afirmação violenta de independência de elementos que na essência formam uma unidade” (Marx, 1980, p. 949).

<sup>56</sup> No Brasil, há duas traduções para o substantivo alemão *Mehrwert*: ‘mais-valia’ e ‘mais-valor’. Nas traduções da Civilização Brasileira e da Abril Cultural de *O capital*, bem como na tradução da Civilização Brasileira de *Teorias da mais-valia*, optou-se pelo termo ‘mais-valia’, enquanto na tradução da Boitempo de *O capital* e das *Teorias do mais-valor* [a ser lançada em 2025], optou-se pelo termo ‘mais-valor’. Não há propriamente um problema conceitual em ‘mais-valia’, no entanto, por oferecer uma representação terminológica mais próxima ao conteúdo expressado pelo conceito, utilizar-se-á nesta dissertação exclusivamente o termo ‘mais-valor’ para *Mehrwert*, tal como traduzido pela Boitempo. No caso de citações de trechos de *Teorias da mais-valia*, traduzida e publicada pela Civilização Brasileira, alterar-se-á ‘mais-valia’ por ‘mais-valor’.

processo econômico moderno, Marx também a criticou. Ele observa que a bifurcação da mercadoria em mercadoria e dinheiro e a elevação do dinheiro à condição de equivalente universal é um imperativo na economia moderna (2017a, p. 124-146), de modo que a troca direta entre os produtos do trabalho, sem a intermediação do dinheiro como intermediação necessária, torna-se um “resquício arqueológico” de formas pretéritas de relações de troca<sup>57</sup>. Corolário lógico da proposição de que produtos são trocados e pagos por produtos, a negação teórica da crise econômica geral foi perseguida em seus rastros pela crítica marxiana: “o ponto de vista [...] de ser impossível superprodução ou pelo menos *pletora geral do mercado* baseia-se na proposição de se trocarem produtos por produtos ou, como diz [James] Mill, no “equilíbrio metafísico entre vendedores e compradores”, o que levou ao axioma de a procura ser determinada apenas pela produção ou de ser a procura idêntica à oferta” (1980, p. 929).

Tal como visto, no primeiro quarto do século XIX<sup>58</sup>, o contexto histórico-econômico do *Tratado* de Say precede aos ciclos econômicos modernos, o que provavelmente dificultava a identificação do conteúdo moderno (superprodução) e o reconhecimento da natureza generalizável das crises. Não obstante, diante da influência da grande elevação das forças produtivas sobre os mercados, produzida pela revolução industrial inglesa, não era impossível produzir avanços científicos na apreensão das crises. Prova disso foram os avanços produzidos por Sismonde de Sismondi (1773-1842) que, embora não tenha reconhecido o elemento em comum e a causa das crises modernas na superprodução, sob a influência das crises inglesas de 1815 e 1818, rompeu com o entendimento dominante da impossibilidade das crises generalizadas (cf. Rubin, 2014, p. 417-418).

Em Say, a lei do equilíbrio entre a produção e o consumo – que resulta na negação da crise econômica moderna como fenômeno generalizável e advindo da superprodução de mercadorias –, portanto, não pode ser criticada como um equívoco teórico resultante de um suposto estágio imaturo de desenvolvimento do capitalismo em princípios do século XIX. Pelo contrário, a partir do grau de desenvolvimento em que se encontrava à época de concepção do *Tratado*, a economia capitalista poderia *começar* a ser apreendida cientificamente no que diz

---

<sup>57</sup> “Ao analisar o dinheiro como meio de circulação, Marx já havia identificado a *possibilidade* geral das crises, notadamente na mediação da troca pelo dinheiro: pode-se vender a própria mercadoria sem comprar novas mercadorias com o dinheiro recebido e, desse modo, o dinheiro retido interrompe o processo de reprodução. A chamada *lei de Say*, que afirma que deve haver um equilíbrio necessário entre compras e vendas, isto é, que toda oferta exige uma demanda, só se aplica se a circulação (mediada pelo dinheiro) de mercadorias for equiparada à troca direta de produtos. Somente nesse caso, toda “venda” coincide com uma “compra” simultânea. Portanto, quando os economistas clássicos e neoclássicos usam a lei de Say para justificar que uma economia de mercado, por princípio, estaria livre de crises, eles estão pressupondo, basicamente, um capitalismo sem dinheiro” (Heinrich, 2024, p. 179).

<sup>58</sup> Embora publicado em 1803, o *Tratado* de Say obteve novas edições do próprio autor durante toda a primeira metade do século XIX, motivo pelo qual podemos aludir a esse recorte temporal como o contexto geral da obra.

respeito ao seu caráter contraditório, expresso não apenas nas crises econômicas, mas também no desemprego em massa. Em outras palavras, a *contradição capitalista* já era um aspecto pelo menos em parte cognoscível.

Como criticá-la, então? A crítica deve começar pela identificação da consciência histórica e política do *Tratado*, destacando a sua relação com a teorização em questão. Isso já foi realizado. Deve-se ressaltar, no entanto, que se trata mais do que uma mera relação contingente; trata-se de uma relação fundamental, no sentido em que a teorização não existe sem a consciência histórica e política a ela subjacente. É neste sentido que se pode apreender de fato o significado da lei do equilíbrio entre a produção e o consumo. O que a produziu foi a síntese entre a consciência histórica das crises modernas emergentes e a consciência política vulgar burguesa. Essa síntese foi iniciada pela consciência política vulgar que, intuindo defender a todo custo os interesses de classe e a visão de mundo [*Weltanschauung*] da burguesia, resultou em uma consciência histórica mistificada das crises econômicas e, em geral, na negação das características problemáticas do processo de produção e circulação capitalista. Em outras palavras, a consciência política vulgar determinou uma *recusa* da apreensão da realidade das crises.

Trata-se aqui de explicitar o sentido geral da lei do equilíbrio entre a produção e o consumo: um movimento teórico-político consciente de negação do caráter contraditório da economia capitalista. Todo o *Tratado* de Say converge para isso, a começar pela utilidade como fundamento do valor, passando pela redução da função do dinheiro a mero meio de circulação e pela concepção do valor de uso como escopo da produção, até a proposição de que a produção produz o consumo e de que as crises econômicas generalizadas e de superprodução são impossíveis. A imagem que se faz da economia capitalista é a de um todo harmônico onde a relação entre os momentos econômicos da produção, da distribuição, da circulação e do consumo é regida de maneira coerente<sup>59</sup> – a oposição ‘coerência’ *versus* ‘contradição’ será retomada e desenvolvida no tópico 1.4.

“Sendo assim, de onde vem [...] essa quantidade de mercadorias que, em determinadas épocas, obstruem a circulação, sem poder encontrar compradores?”. É o próprio Say (1983, p. 139) quem coloca a questão. Quando ele passa à exposição das causas dessa obstrução, observa-se que, em seu sistema teórico, elas se subdividem em dois tipos: (a) causas exógenas, produzidas por “desastres naturais ou políticos” (Say, 1983, p. 140); (b) causas endógenas,

---

<sup>59</sup> Embora em outras palavras, segundo o conteúdo trata-se precisamente da crítica realizada por Rubin, segundo a qual a “teoria [dos mercados de Say] era cega às contradições fundamentais da economia capitalista, descrevendo-a, em vez disso, como um todo unificado que se distingue por um perfeito ajustamento mútuo e um desenvolvimento harmonioso de todas as suas partes” (2014, p. 411).

produzidas por fricções entre as necessidades e a quantidade da produção de determinados produtos.

À primeira vista, nota-se que ele constata a possibilidade de uma obstrução da circulação e, portanto, de uma processualidade mais ou menos incoerente entre a produção e o consumo. No entanto, além do fato de que, para o economista francês, as únicas crises possíveis são as crises parciais<sup>60</sup>, soma-se a ideia de que ambas as causas de obstrução da circulação podem ser reduzidas e mesmo eliminadas: as primeiras, por meio da adoção de uma política-econômica adequada (*laissez-faire*); as segundas, por meio de avanços técnicos na organização do trabalho e dos mercados, o que tende a acontecer espontaneamente em uma situação de livre mercado.

Em relação às causas exógenas políticas, sujeitas a controle pelos ensinamentos da Economia Política – diferentemente das causas exógenas naturais, que dizem respeito aos ensinamentos e às previsões das ciências naturais –, Say as ataca como as causas mais significativas das crises econômicas:

- (a) “[...] observa-se, nas vicissitudes que as *tempestades políticas* apresentam, certa diminuição dos capitais, estagnação da indústria, ausência de lucros, mal-estar universal, quando o medo se apodera dos espíritos, e, ao contrário, no momento em que renasce a confiança, observa-se um movimento e uma atividade altamente favoráveis à prosperidade pública” (Say, 1983, p. 123 – itálico meu).
- (b) “Quando cessa essa *causa de doença política*, os meios de produção se voltam para as estradas em que a produção permaneceu atrasada; avançando por esses caminhos, ela favorece o avanço da produção em todos os outros. *Um tipo de produção raramente ultrapassaria os demais e seus produtos seriam raramente aviltados se sempre se deixassem todos à sua inteira liberdade*” (Say, 1983, p. 140 – itálicos meus).

No âmbito da política, portanto, Say encontrou um bode expiatório para as contradições do capitalismo, salvando-o delas. No entanto, foi uma salvação restrita ao âmbito das ideias, pois, “na realidade, a repetição regular das crises [e a emergência das crises de superprodução na totalidade ou quase totalidade dos setores do mercado] rebaixou as charlas de Say etc. a uma fraseologia empregada apenas em tempos de prosperidade e lançada ao mar

---

<sup>60</sup> “[...] as únicas crises possíveis [para Say] são *crises parciais*, que derivam de erros na administração da produção. *Crises generalizadas*, em que todos os ramos da produção sofrem simultaneamente uma escassez de demanda, são *impossíveis*” (Rubin, 2014, p. 411).

em tempos de crise” (Marx, 1980, p. 936) – ao que Marx acrescenta também a perspicaz observação de que “o desígnio de exorcizar contradições é ao mesmo tempo a expressão de contradições realmente existentes, que de acordo com esse piedoso desejo *não devem* existir” (1980, p. 954).

### 2.3 Duplo caráter anacrônico da economia política

Abstraindo da complexidade argumentativa, o ímpeto da economia política em naturalizar idealmente o que é histórico pode ser resumido no seguinte raciocínio: tanto em relação ao passado como em relação ao futuro, verifica-se mais do mesmo em relação ao presente. E, por sua vez, a crítica de Marx pode ser resumida na negação desse raciocínio em favor da particularidade do presente em relação ao passado e possivelmente ao futuro, passando pelo evidenciamento da determinação político-ideológica burguesa do ímpeto naturalizante da economia política. No entanto, uma investigação mais profunda, que prescinde de resumir os argumentos, revela que tanto o ímpeto naturalizante da economia política como a crítica de Marx são muito mais intrincadas e multifacetadas.

Por exemplo, a *lei do equilíbrio entre produção e consumo* parece ter produzido ou, pelo menos, evidenciado uma condição dúplice no anacronismo histórico – que consiste precisamente na indistinção entre presente e passado (naturalização ideal) – praticado pela economia política. Ao lado do anacronismo *clássico*, que representa o presente no passado e naturaliza idealmente categorias que são historicamente próprias à sociedade moderna<sup>61</sup>, parece haver uma outra forma de anacronismo, que representa o passado no presente e cumpre uma função diversa do anacronismo clássico. Referir-me-ei a ela como anacronismo *às avessas*, comparando-a com e diferenciando-a da forma clássica pela qual a economia política pratica o anacronismo histórico.

Nos escritos econômicos de Marx, é bem conhecida a crítica ao anacronismo clássico: seu *modus operandi* teórico-argumentativo, suas motivações políticas e as consequências dele advindas para a conservação da ordem social estabelecida. No entanto, em relação ao anacronismo às avessas, não obstante importantes aspectos que lhe constituem terem sido expostos por estudiosos da crítica da economia política, não foram percebidos como uma forma específica de anacronismo – este é o caso, por exemplo, da representação da circulação simples de mercadorias (M-D-M) como processo econômico predominante na economia moderna, em detrimento da circulação do dinheiro como capital (D-M-D’).

---

<sup>61</sup> Como observa Marx, “os economistas [políticos] exprimem as relações da produção burguesa [...] como categorias fixas, imutáveis, eternas”.

Entre uma e outra forma de anacronismo há uma diferença tênue, dado que exercem uma mesma função *geral*: produzir uma indistinção entre presente e passado. Elas em muito se assemelham e até podem exercer, em certa medida, a função *particular* uma da outra: a representação de M-D-M como processo econômico predominante na economia moderna, que é um caso de anacronismo às avessas, por exemplo, tem a capacidade de naturalizar idealmente (função própria ao anacronismo clássico) as categorias econômicas modernas, pois subentende que não há nenhuma diferença essencial entre as sociedades pré-capitalistas e capitalista no que concerne ao processo econômico predominante. No entanto, cada uma representa predominantemente diferentes casos de anacronismo, com conteúdos e funções específicas.

### 2.3.1 *Anacronismo clássico*

Dizer sobre a história é um empreendimento complexo. Na profusão dos acontecimentos, pinçar processos e características, apreendê-las como relevantes e retirar delas conclusões representantes de um todo são ações suscetíveis ao erro. No entanto, dizer sobre a história nunca é apenas um procedimento técnico, senão também um empreendimento político, o que implica que o erro “historiográfico” é mais do que mero equívoco, pois tem a capacidade discursiva de construir uma imagem acerca do passado – com implicações essenciais ao entendimento do presente e do futuro – no interesse de determinados segmentos ou classes sociais.

Dentre os interesses disponíveis, de um modo ou de outro, de maneira direta ou indireta, quem diz sobre a história inevitavelmente expressa uma posição (Bianchi, 2014; Mészáros, 2009). Como observa Lukács, sem levar em consideração o desdobramento das lutas de classe, o desenvolvimento social etc., “os traços fundamentais e decisivos de qualquer filosofia [ou teoria econômica, no caso desta dissertação] não podem jamais ser revelados” (2020, p. 9). O que significa que “os discursos particulares não são inteligíveis sem que sejam apreendidos como *formas específicas de consciência histórica*” (Mészáros, 2009, p. 17) nos contextos históricos nos quais os interesses fazem sentido, são praticados e defendidos.

Não fogem à regra os economistas políticos<sup>62</sup> de finais do século XVIII e da primeira metade do século XIX. No afã de legitimar a sociedade capitalista, também eles construíram

---

<sup>62</sup> Neste tópico, suspenso a diferenciação entre economia política clássica e economia vulgar, reunindo ambas sob o termo ‘economia política’. Não se trata de uma arbitrariedade argumentativa, dado que: (a) as especificidades da assunção e da defesa dos interesses burgueses de classe entre uma e outra não são relevantes no momento; (b) o duplo caráter anacrônico, na medida em que a lei do equilíbrio entre produção e consumo é um postulado largamente compartilhado na economia política, está presente tanto nos clássicos como nos vulgares.

uma imagem da história: ou por meio da diluição da história humana na imagem e semelhança da economia capitalista ou por meio da apresentação do desenvolvimento histórico da humanidade como uma tendência natural à organização econômica da época em que escreviam – cuja nomeação como “capitalismo” ainda era, se não inexistente<sup>63</sup>, pelo menos inusual.

Adam Smith, por exemplo, justificou a organização econômica de sua época e os seus interesses dominantes – em que uma parte da população trabalha para outrem, a qual emprega trabalho com um capital privado acumulado – a partir da imagética histórica da *previous accumulation* (acumulação prévia). De acordo com o liberal escocês, enquanto a parcimônia de determinados indivíduos possibilitou a eles acumular um capital com o qual puderam empregar mão de obra e receber um lucro<sup>64</sup>, a irresponsabilidade econômica de outros, que utilizavam como renda a totalidade da sua riqueza, destinou-lhes a trabalhar para aqueles que acumularam capital. Quando isso começou? Em termos histórico-temporais reais, nada diz Smith, que se limitou a indicar que em um estado originário da sociedade as coisas eram diferentes: “naquele estado original de coisas que precede tanto a apropriação da terra quanto o acúmulo de capital, o produto integral do trabalho pertence ao trabalhador. Este não tem nem proprietário fundiário nem patrão com quem deva repartir o fruto de seu trabalho” (1983, p. 91).

Para Marx:

---

<sup>63</sup> Em uma genealogia do conceito de capitalismo, Musto (2024) argumentou que a palavra começou a ser usada somente a partir de meados do século XIX, estando ausente nos escritos dos primeiros clássicos de economia política, como Adam Smith e David Ricardo. Não obstante, na condição de observador do século XXI, isto é, sabendo que aqueles economistas políticos estavam inseridos em uma organização social capitalista, opto por relacionar a eles o termo ‘capitalismo’.

<sup>64</sup> “Os capitais são aumentados pela parcimônia e diminuídos pelo esbanjamento e pela má administração. [...]. Tudo aquilo que uma pessoa economiza de sua renda, ela o acrescenta a seu capital: quer empregando-o ela mesma para manter um contingente adicional de mão de obra produtiva, quer dando possibilidade a outra pessoa de fazê-lo, emprestando-lhe o capital com juros, vale dizer, em troca de uma participação nos lucros. Assim como o capital de um indivíduo só pode ser aumentado por aquilo que poupa de sua renda anual ou de seus ganhos anuais, da mesma forma o capital de uma sociedade, que é equivalente à soma dos capitais de todos os indivíduos que a compõem, só pode ser aumentado dessa maneira. [...]. A parcimônia, e não o trabalho, é a causa imediata do aumento de capital. Com efeito, o trabalho fornece o objeto que a parcimônia acumula. Com tudo o que o trabalho consegue adquirir, se a parcimônia não economizasse e não acumulasse, o capital nunca seria maior. [...]. O que [o rico] economiza anualmente é consumido com a mesma regularidade que aquilo que se gasta anualmente, e também quase ao mesmo tempo; todavia, o consumo é feito por uma categoria diferente de pessoas. A parte da renda do rico que este gasta anualmente, na maioria dos casos é consumida por hóspedes ociosos e criados domésticos, que nada deixam atrás de si em troca de si em troca de seu consumo. Aquela parte da renda que ele economiza anualmente, já que é imediatamente empregada como capital em função do lucro, é igualmente consumida, e quase simultaneamente, mas por uma categoria diferente de pessoas: trabalhadores, fabricantes e artífices, que reproduzem com lucro o valor de que consomem anualmente” (Smith, 1983, p. 290-291).

Essa acumulação originária<sup>65</sup> desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a legenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. [Para ela,] direito e “trabalho” foram, *desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, “este ano”* (2017a, p. 785-786 – itálico meu).

Com a imagética histórica da *previous accumulation*, portanto, Adam Smith diluiu o processo de acumulação de capital na história humana<sup>66</sup>, quase que confundindo a sua gênese com a origem da humanidade. O resultado desse discurso “histórico” é multifacetado: por um lado, naturalizou-se idealmente as formas econômicas típicas da sociedade capitalista, de modo a apresentá-las como politicamente indiscutíveis, dado que são orgânicas ou inescapáveis a qualquer organização econômica humana; por outro, como observado por Marx, omitiu-se o caráter violento da emergência do modo de produção capitalista, marcado por processos de expropriação da terra, colonização e leis sanguinárias por parte dos Estados monárquicos europeus (cf. 2017a, p. 785-833).

Outros exemplos de naturalização das relações de produção capitalista podem ser encontrados na teoria da abstinência de Nassau W. Senior e em determinadas visões da história de Jean-Baptiste Say. Em relação ao primeiro, a sua justificação<sup>67</sup> do lucro reside em uma prática sem pressupostos históricos, i. e., a abstinência<sup>68</sup> – assim como a ‘parcimônia’ de

<sup>65</sup> Traduzido como ‘acumulação primitiva’ nas edições brasileiras da Civilização Brasileira, da Abril Cultural e da Boitempo, o conceito alemão de ‘*ursprüngliche Akkumulation*’ pode ser melhor traduzido por ‘acumulação originária’, entre outras razões (cf. Pazello, 2016, p. 67-69), por fazer referência ao pecado originário bíblico.

<sup>66</sup> É certo que o capital a juros e o capital comercial, bem como a acumulação desses tipos de capital são anteriores ao modo de produção capitalista. No entanto, o capital industrial, produzido e acumulado a partir da exploração do trabalho assalariado, é uma particularidade capitalista, que emergiu na história há não mais do que cinco séculos, contados a partir dos processos de acumulação originária iniciados no século XVI (Marx, 2017a).

<sup>67</sup> Como observa Rubin (2014, p. 393), não há em Senior nenhuma explicação da origem do lucro, mas tão somente a sua justificação perante os interesses sociais conflitantes entre capital e trabalho. Portanto, não sem razão, Rubin denuncia que, “além de ser inútil como *explicação* dos fenômenos econômicos, a teoria da abstinência [de Senior] *descreve* falsamente tanto como o capitalismo passou a existir quanto as características básicas desse sistema econômico” (2014, p. 394).

<sup>68</sup> Nunes apresenta da seguinte maneira a ideia da abstinência em Senior: “[...] (a renúncia a consumir no presente para economizar e capitalizar) [...]. É este, simplifadamente, o seu raciocínio: todo o capital provém de dinheiro que poderia ter sido consumido. Para poupar o seu dinheiro, o capitalista *sacrifica*, pois, o seu consumo imediato, e é esta *abstinência*, este *sacrifício* (subjetivo) que lhe permite adquirir os instrumentos de

Adam Smith –, além de que apresenta, em segundo plano, a contratação de trabalhadores produtivos e o “direito à remuneração” sob a forma de lucro como possibilidades também desprovidas de pressupostos históricos e, portanto, realizáveis em qualquer época, constituindo-se como possibilidades a-históricas. Da mesma forma, se a esperança de lucro estimula os indivíduos educados<sup>69</sup> à abstinência em qualquer tempo e lugar, também a racionalidade capitalista é alçada à condição de constante na história humana: se o capitalista é o abstinente *par excellence*, ele o é em qualquer época – consuma-se, desta forma, a figuração inexorável e eterna do capitalista. “Que estranha ilusão óptica a de ver por toda parte um estado de coisas que, até agora, só predomina na Terra como exceção!” (Marx, 2017a, p. 586).

Em relação a Say, pode-se encontrar diversos momentos argumentativos de naturalização das relações de produção capitalista. A sua teoria dos três fatores de produção, por exemplo, anuncia como verdade atemporal que a terra, o trabalho e os meios de produção (capital) são fatores de produção separados uns dos outros e pertencentes a diferentes segmentos da população – proprietários fundiários, trabalhadores assalariados e capitalistas, respectivamente. No entanto, alguns trechos contidos no seu *Tratado* expressam a ideia da naturalização de maneira mais direta, como é o caso do seguinte trecho:

Não se deve imaginar [...] que a diferença entre os sistemas econômicos dos Estados antigos [entre os quais Say exemplifica Tiro, Cartago e Alexandria] e os dos Estados modernos seja tão grande quanto seríamos tentados a acreditar. [...]. *Em todos os lugares, as mesmas causas produziram os mesmos efeitos* (Say, 1983, p. 119 – itálico meu).

De acordo com esse raciocínio, por exemplo, os “serviços produtivos”<sup>70</sup> do capital e do trabalho são premiados, respectivamente, com um lucro e um salário tanto na Inglaterra do século XIX como na Antiga cidade de Alexandria três séculos a.C. Evidentemente, trata-se de um raciocínio anacrônico em seu estado mais manifesto, onde a especificidade da organização econômica de uma importante cidade comercial surgida há mais de dois milênios tende a ser apagada em prol da representação da especificidade histórica da organização econômica capitalista como organização econômica geral, existente desde sempre e para sempre.

Desses *constructos* histórico-econômicos que naturalizam as relações capitalistas de produção resulta uma omissão da gênese histórica do modo de produção capitalista, pois para a economia política nenhum grande processo histórico fundamenta a contratação salarial de

---

produção. [...] este *sacrifício*, esta *abstinência* devem ser recompensados, tal como o trabalho e o sacrifício que ele representa” (2013, p. 103).

<sup>69</sup> “Entre as diferentes classes [...] aqueles que são os menos educados são sempre os mais improvidentes e, por conseguinte, os menos abstinentes” (Senior *apud* Rubin, 2014, p. 393).

<sup>70</sup> No *Tratado* de Say, “serviço produtivo” é um conceito central. Ele é uma chave lógica na crítica à teoria do valor-trabalho de Adam Smith, retirando a centralidade-especificidade do trabalho na produção de valor em prol do entendimento de que, ao lado do trabalho, a terra e o capital também produzem valor.

trabalhadores produtivos, o “direito à remuneração” sob a forma de lucro etc. Categorias sociais que emergiram na história a partir de processos violentos de expropriação da terra, como é o caso do capitalista, do trabalhador assalariado e do lucro a partir das consequências econômicas advindas da acumulação originária de capital, são apresentadas como categorias naturais e espontâneas, meramente prontas ao cumprimento de suas funções assim que a “mente do capitalista” (Mill, 1983, p. 70) desperte em um indivíduo que, prontamente, resolva reduzir o seu consumo improdutivo (abstinência ou parcimônia), acumular um estoque de produtos do trabalho prévio e aplicá-los na produção.

O economista político não visualiza, por exemplo, que os primeiros requisitos universais e primários da produção – o *trabalho* e os *agentes naturais*<sup>71</sup> – devem estar socialmente e historicamente cindidos para que o trabalhador não tenha a possibilidade de subsistência senão vendendo a sua força de trabalho ao capitalista. Sendo assim, o economista político ignora a razão rousseauiana de que “é impossível subjugar um homem sem antes tê-lo colocado na situação de não viver sem o outro” (Rousseau, 1973, p. 264).

Em síntese, anacronismo clássico é a representação do presente no passado, do moderno no antigo, de modo a apresentar como naturais as categorias historicamente específicas à sociedade capitalista. Em outras palavras, trata-se de uma representação das especificidades capitalistas e do homem moderno (*homo economicus*) nas sociedades pré-capitalistas, de modo a apresentar o presente (capitalista) como natural, dado que existente desde sempre. As “robinsonadas” da economia política são, em certa medida, um exemplo disso, pois, fora de relações sociais capitalistas, Robinson Crusoe<sup>72</sup> continua a se portar como um inglês moderno, ou seja, como um egoísta smithiano e um utilitarista benthamiano, reproduzindo na ilha ou onde quer que seja o comportamento humano *par excellence*. Parte-se do pressuposto de que “o filisteu moderno, e especialmente o inglês [no século XIX], é o homem normal. O que é útil para esse homem exemplar e seu mundo é útil em si e para si” (Marx, 2017a, p. 685).

Além do mais, como observa Mészáros, “[...] ignorando a *gênese histórica* do sistema [capitalista] existente, cumpre[-se uma] função ideológica ao obliterar a dimensão histórica da ordem estabelecida também na direção do *futuro*”. Ao que o filósofo húngaro acrescenta: “é isso que Marx denomina “eternização das relações burguesas de produção” que desempenha um papel muito importante nas conceituações correspondentes à época do capital” (2009, p.

---

<sup>71</sup> “[...] o trabalho não é a única fonte dos *valores de uso* que ele produz, a única fonte da *riqueza material*. Como diz William Petty: o trabalho é o pai, e a terra é a mãe da *riqueza material*” (Marx, 2017a, p. 121 – itálicos meus).

<sup>72</sup> Robinson Crusoe é o personagem de um livro homônimo [1719] de Daniel Defoe.

82). Neste sentido, para legitimar os interesses sociais dominantes da sociedade capitalista, i.e. os interesses do capital, apresentando-os como naturais e insuperáveis, não é caro para a economia política o preço do anacronismo histórico.

### 2.3.2 *Anacronismo às avessas*

Embora a locução adverbial *às avessas* expresse uma ideia de contraposição, não se deve entender aqui uma oposição substantiva ou “política” do anacronismo às avessas para com o anacronismo clássico. Pelo contrário, a partir de conteúdos e funções distintas, ambos complementam-se em uma indistinção entre presente e passado, constituindo assim o discurso característico da economia política no que se refere à história. Portanto, *às avessas* pretende tão somente evidenciar um outro modo pelo qual a economia política pratica o anacronismo histórico.

Trata-se de um sentido de inversão. Enquanto o anacronismo clássico, como visto anteriormente, representa as especificidades históricas das relações capitalistas de produção em formas pretéritas de organização econômica (passado ← presente), o anacronismo às avessas representa a lógica econômica de sociedades pré-capitalistas na moderna sociedade capitalista (passado → presente). Por sua vez, a direcionalidade anacrônica do anacronismo às avessas (passado → presente) é a própria forma do seu conteúdo, que, para ser efetivamente apreendido, deve ser analisado de maneira mais meticulosa.

D-M-D' é a representação formulaica do processo econômico do capital. De uma quantidade de capital-dinheiro resulta uma quantidade aumentada do mesmo por meio da valorização do valor pela exploração do trabalho no processo de produção (Marx, 2014; 2017a). Para que esse processo possa se realizar, o detentor de capital-dinheiro precisa encontrar no mercado dois tipos de mercadorias muito específicas: meios de produção e força de trabalho. No entanto, tais mercadorias não são naturalmente ou espontaneamente mercadorias, elas foram postas nessa condição por meio de um processo histórico de separação dos meios de objetivação do trabalho (meios de produção) em relação ao trabalhador, o qual passou a depender da venda da sua força de trabalho para aquela classe de pessoas que se apossou socialmente dos meios de produção. Trata-se de um processo econômico muito recente na história humana, existente há não mais do que cinco séculos, contados a partir dos processos de acumulação originária iniciados na Inglaterra do século XVI (Marx, 2017a).

Por sua vez, em sociedades pré-capitalistas, a lógica da reprodução econômica dominante, no que concerne às trocas, é representada pela circulação simples de mercadorias (M-D-M) ou, nas formações sociais em que a categoria dinheiro não se desenvolveu, pela troca direta de mercadorias (M-M). Em ambos os casos, o processo de troca se encerra em M, considerada não mais como uma mercadoria a ser trocada, mas como um produto a ser consumido. Toda essa lógica econômica, portanto, converge para o valor de uso como escopo da produção e da troca do que excedeu em relação às necessidades do produtor – em relações feudais, por exemplo, em relação ao que o camponês produz para si e para a sua família, a corveia é um excedente, embora definida por relações políticas de dominação<sup>73</sup> –, ao contrário da lógica econômica capitalista, que se encerra em D' (valor valorizado em forma monetária) e converge para a acumulação de capital como escopo da produção.

Certamente que a circulação simples de mercadorias (M-D-M) integra o processo econômico capitalista, sendo imprescindível, em primeiro lugar, para a reprodução da força de trabalho enquanto mercadoria:

Uma parte do dinheiro que em  $D-M \xrightarrow{M_p}$  [transformação de capital-dinheiro em capital-mercadoria por meio da compra de meios de produção e força de trabalho] exerce a função de capital monetário passa, por meio da própria consumação dessa circulação, a uma função em que seu caráter de capital desaparece e seu caráter de dinheiro permanece constante. A circulação do capital monetário D se decompõe em D-M<sub>p</sub> [compra de meios de produção] e D-T [...]. D-T é compra de força de trabalho da parte do capitalista e venda da força de trabalho – podemos aqui dizer “trabalho”, pois a forma do salário está aí pressuposta – da parte do trabalhador, o detentor da força de trabalho. Como em toda compra, o que para o comprador é D-M (= D-T), para o vendedor (o trabalhador) é T-D (= M-D), venda de sua força de trabalho. Esse é o primeiro estágio da circulação, ou a primeira metamorfose da mercadoria [...]; do lado do vendedor do trabalho, é a transformação de sua mercadoria em sua forma-dinheiro. *O dinheiro assim obtido é gasto pelo trabalhador numa dada quantidade de mercadorias, de artigos de consumo que satisfazem suas necessidades. A circulação inteira de sua mercadoria se apresenta, portanto, como T-D-M, isto é, em primeiro lugar, T-D (= M-D) e, em segundo lugar, D-M, portanto, sob a forma geral da circulação simples de mercadoria M-D-M, em que o dinheiro figura como simples forma transitória do meio de circulação, como simples mediador da troca de uma mercadoria por outra* (Marx, 2014, p. 111 – itálico meu).

Em segundo lugar, também a circulação simples de mercadorias é imprescindível para a realização do mais-valor objetivado nos capitais-mercadoria que constituem os bens de consumo. Principalmente por meio da demanda por consumo da massa populacional de trabalhadores, mas também por meio da renda individual (consumo improdutivo) do capitalista e da sua família. Realizando abstração dos momentos de demanda solvente

<sup>73</sup> Como observa Wood, “nas sociedades pré-capitalistas, em que os camponeses eram a principal classe produtora, a apropriação – seja pelo proprietário, seja por meio do Estado – assumia a forma do que se poderia chamar de propriedade politicamente constituída, ou seja, a apropriação conquistada por vários mecanismos de dependência política e jurídica, por coação direta – trabalho imposto sob a forma de dívida, escravidão, servidão, relações tributárias, impostos, *corveia* e outras” (2011, p. 162 – itálico meu).

insuficiente, isso não constitui um problema, dado que “a produção capitalista desenvolvida pressupõe [...] que o trabalhador seja pago em dinheiro, pois tem como premissa geral o processo de produção através do processo de circulação, ou seja, a economia monetária” (Marx, 2014, p. 310). No entanto, embora participe dela como momento imprescindível, a circulação simples de mercadorias não caracteriza a lógica da economia capitalista.

Não obstante, para a economia política a circulação do dinheiro como capital enquanto lógica econômica dominante na sociedade capitalista não existe. No lugar dela (D-M-D’), a economia política julgou identificar a circulação simples de mercadorias, isto é, M-D-M como processo econômico representativo da lógica econômica moderna. O que isso implicou para a apreensão teórica da economia moderna pela economia política?

De maneira geral, implicou em uma incompreensão da particularidade histórica capitalista, dado que: (a) em M-D-M o dinheiro é reduzido a mero meio de circulação e o resultado do processo é quantitativamente equivalente ao valor objetivado na mercadoria inicial; (b) como observado anteriormente, em M-D-M o escopo do processo é o valor de uso, a efetivação da utilidade do produto no consumo dos indivíduos. Tanto uma como outra concepção resultam em uma negação das crises econômicas como momento constitutivo do processo econômico moderno. Por um lado, a consideração do dinheiro como mero meio de circulação é incapaz de reconhecer a crise econômica como processo intrínseco necessário à economia capitalista<sup>74</sup> porque oculta a totalidade das funções do dinheiro no processo de acumulação de capital. Por outro, a concepção de que o escopo da produção é o valor de uso (consumo) também implica em uma negação teórica da crise como momento intrínseco à economia capitalista, porque cria uma imagem de identidade entre produção e consumo e desconhece o papel desempenhado pela acumulação de capital no processo de reprodução de mercadorias.

No que se refere a essa imagem de identidade entre produção e consumo, ela sintetiza o anacronismo às avessas, justamente porque ela contém como premissas a função do dinheiro como mero meio de circulação (M-D-M) e o escopo da produção no valor de uso. Por sua vez, porque ela representa a lógica econômica de sociedades pré-capitalistas, representá-la na sociedade capitalista consiste no anacronismo às avessas.

Como observa Mendras, em relação à lógica econômica das sociedades camponesas pré-capitalistas, tudo se resolve na prática de “trabalhar para se nutrir”:

---

<sup>74</sup> “A circulação simples do dinheiro e mesmo a circulação do dinheiro como meio de pagamento – e ambas já existiam *antes* da produção capitalista sem terem sucedido crises – podem realizar-se e se realizam sem crises. Assim, essas formas sozinhas não podem explicar por que desvelam sua face crítica, por que a contradição potencial nelas contida se patenteia contradição em ato” (Marx, 1980, p. 947).

*Um sistema de autoconsumo supõe uma estreita correspondência entre o que se produz e o que é consumido, entre o sistema agrário e o regime alimentar. Essa correspondência pode ser estável durante grandes períodos e transformar-se rapidamente em outros, seja porque a introdução de novos cultivos agrega novos produtos à dieta tradicional, seja porque um novo refinamento da dieta impulsiona novos cultivos. Mas em todos os casos cada produção se faz para responder a um consumo preciso. O que é verdadeiro para a alimentação também o é para outras necessidades [...]. Cada produto tem seu destino particular e nenhum é substituível por outro: a erva nutre os animais, o trigo os homens, o linho e o cânhamo servem para fabricar vestidos ou cordas. De cada um dos produtos, a família consome uma quantidade definida por suas necessidades. Dispor de mais cânhamo [por exemplo] não tratá mais pão nem mais forragem: é preciso que cada colheita forneça ao menos o necessário, e o excedente corre o risco de não encontrar utilidade e ser desperdiçado (Mendras, 1978, p. 45 – itálicos meus).*

Também Marx identifica a mesma lógica econômica – isto é, a mesma subordinação da produção em relação ao consumo – na produção artesanal urbana pré-capitalista:

No artesanato urbana, muito embora baseado essencialmente na troca e na criação de valores de troca, a finalidade principal e imediata dessa produção é *a subsistência como artesão, como mestre artesão*, logo, valor de uso; não é o *enriquecimento*, não é o *valor de troca como valor de troca*. Por isso, a produção em todos os lugares está subordinada a um consumo pressuposto, a oferta está subordinada à demanda, e a produção se amplia apenas lentamente (Marx, 2011, p. 422).

Nas sociedades regidas por essa lógica econômica, porque a produção se encontra subordinada ao consumo, não há espaço para crises de superprodução:

*Em condições em que os seres humanos produzem para si mesmo, não há na realidade crises, mas tampouco há produção capitalista. Nunca ouvimos dizer que os antigos, com sua produção escravista, conhecessem jamais crises, embora, entre eles, também falassem produtores isolados (Marx, 1980, p. 938 – itálico meu).*

Não obstante, a economia política clássica, como visto, representa essa lógica na sociedade capitalista:

Para se mostrar que a produção capitalista não pode conduzir a crises gerais, negam-se todas as condições e formas distintivas, todos os princípios e diferenças específicas, em suma, a própria *produção capitalista*, e na realidade se demonstra que, se o modo capitalista de produção, em vez de ser uma forma especificamente desenvolvida, peculiar, da produção social, *fosse um modo de produção anterior a suas manifestações iniciais mais rudimentares, não existiriam os conflitos e contradições que o caracterizam, nem portanto sua eclosão nas crises* [itálico meu] (Marx, 1980, p. 936).

Por sua vez, a função dessa representação da lógica econômica das sociedades pré-capitalistas na sociedade capitalista consiste, por meio da negação das crises econômicas, na negação da contradição capitalista:

[...] o objetivo direto da produção capitalista não é o valor de uso, mas o valor de troca e em especial incremento do mais-valor. Este é o motivo que impulsiona a produção capitalista, e *é um primor de concepção a que, para escamotear as contradições da produção capitalista, omite-lhe a base e faz dela uma produção dirigida para o consumo imediato dos produtores* (Marx, 1980, p. 931 – itálico meu).

*Recua-se à era anterior à produção capitalista e mesmo à anterior à produção simples de mercadorias, e nega-se o fenômeno mais intrincado da produção capitalista – a crise do mercado mundial – escamoteando-se a primeira condição da produção capitalista, a saber, que o produto tem de ser mercadoria, de se representar por isso em dinheiro e passar pelo processo de metamorfose (Marx, 1980, p. 937 – itálico meu).*

Por fim, a lei do equilíbrio entre produção e consumo (lei de Say), na medida em que caracteriza a economia moderna justamente como uma identidade entre produção e consumo, introduz essa forma de anacronismo às avessas na economia política.

### **Resumo**

A crítica de Marx apresenta duas formas pelas quais a economia política, em suas vertentes clássica e vulgar, pratica o anacronismo histórico, sendo elas:

- (a) *Anacronismo clássico*: representação do presente no passado, do moderno no antigo, com o intuito de naturalizar idealmente as relações capitalistas de produção;
- (b) *Anacronismo às avessas*: representação do passado no presente, do antigo no moderno, com o intuito de negar idealmente a contradição capitalista. A lei do equilíbrio entre produção e consumo (lei de Say) é o principal vetor de introdução dessa forma de anacronismo na economia política.

### 3. Capitalismo e crise

#### 3.1 Capital e crise

Nos manuscritos postumamente intitulados *Teorias do mais-valor*, redigidos em princípios da década de 1860, Marx caracteriza “a crise como manifestação de todas as contradições da economia burguesa”<sup>75</sup>. Posteriormente, em *O capital*, há a aparência de que essa caracterização tenha sido abandonada, dado que a estrutura planejada para a obra em 1865-1866 prescindiu de um livro específico sobre as crises econômicas (cf. Rosdolsky, 2001, p. 28-37), que constava na estrutura planejada em 1857 (cf. Marx, 2011, p. 61). No entanto, na medida em que a conceito de crise em *O capital* acompanha o desdobramento contraditório das categorias (Müller, 1982; Sanjuán, 2010), que é, ao mesmo tempo, um desvelamento crítico da realidade contraditória do modo de produção capitalista, também aí a crise é apreendida como a “manifestação de todas as contradições da economia burguesa”.

Não obstante, a *manifestação* ou a *forma de aparição* da crise econômica não se revela imediatamente como “manifestação de todas as contradições da economia burguesa”. Para apreendê-la enquanto tal, ou seja, em sua totalidade, faz-se necessária uma investigação científica profunda o suficiente para se “apropriar [teoricamente] da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno” (Marx, 2017a, p. 90). Em poucas palavras, faz-se necessária uma investigação científica do movimento *essencial* da crise econômica – que, por sua vez, possibilita apreender a sua forma de aparição, manifestação.

Em Marx, é bem conhecida a máxima de que “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (2017b, p. 880). Tomando-a por base, para uma exposição dos fundamentos da crise econômica é útil começar pela sua *forma de aparição* (aparência) para, em seguida, distingui-la do seu movimento *essencial* e, por fim, indicar a *gênese histórica* desse processo econômico moderno. Realizar-se-á, portanto, uma “descida analítica aos fundamentos” (Grespan, 2009, p. 37).

##### 3.1.1 Aparência

Em um período de crescimento econômico, precisar o momento exato de emergência da crise econômica é uma empreitada exigente, devido à manifestação ainda incipiente das suas consequências. Por exemplo, porque “a produção em massa só pode ter como comprador direto, excluindo-se outros capitalistas industriais, o comerciante por atacado” (Marx, 2014, p.

---

<sup>75</sup> 1967, p. 508 – tradução livre, itálico retirado. No original: “*Die Krise als Erscheinung aller Widersprüche der bürgerlichen Ökonomie*”.

155), as mercadorias produzidas não ingressam de imediato no consumo individual da população ou no consumo produtivo de outros capitalistas. Elas constituem um estoque de mercadorias que devem ser compradas e consumidas, mas que ainda se encontram irrealizadas (cf. Marx, 2014, p. 217-228). No entanto, porque, com a venda ao comerciante, transformou o seu capital-mercadoria em capital-dinheiro, o capitalista industrial dá continuidade ao processo produtivo de uma nova leva de mercadorias.

Pressupondo que a demanda será renovada para absorver essa nova leva de mercadorias, o capitalista industrial a lança no mercado, inundando-o ao lado daquela “enorme massa de mercadorias que só *aparentemente* ingressou na esfera do consumo, mas, na realidade, permaneceu não vendida, estocada nas mãos dos intermediários” (Marx, 2014, p. 155<sup>76</sup> – itálico meu). O que começa a se apresentar para o comerciante por atacado como um problema de excesso de capitais-mercadoria disputando entre si um lugar no mercado, tarda um pouco mais a incomodar o capitalista industrial, que continua a produzir novas levas de mercadorias. No entanto, quando a demanda do comerciante por atacado é reduzida ou eliminada, o capitalista industrial começa a sentir um mau presságio. “Deflagra-se, então, a crise. Ela se mostra não na diminuição imediata da demanda consumptiva, da demanda por consumo individual, mas na diminuição da troca de capital por capital, do processo de reprodução do capital” (2014, p. 155).

Não obstante as percepções intermitentes da crise em seu estado inicial, ela se revela um fato inegável quando se encontra em sua plena manifestação. Por um lado, o crescimento do desemprego e as pressões de redução salarial tornam a classe trabalhadora consciente da crise. Por outro, a dificuldade ou impossibilidade de realizar o mais-valor no mercado e a queda nas cotações dos ativos financeiros tornam conscientes da crise também os diferentes segmentos da classe capitalista. E, embora existam explicações antagônicas sobre a natureza e a causa da crise econômica, há um elemento em comum compartilhado por todas elas: o fenômeno da interrupção das transações de compra e venda, incluída aí a compra e venda da mercadoria força de trabalho e dos capitais-mercadoria.

Porque é a *forma de aparição* da crise econômica, a interrupção das transações de compra e venda não pode deixar de integrar as explicações da crise, por mais antagônicas que sejam. No entanto, o que importa é o que se teoriza a partir disso, ou seja, o que se identifica como *motivo* para a interrupção das transações de compra e venda.

---

<sup>76</sup> Fez-se aqui uma pequena alteração no tempo verbal do trecho citado, sem resultar em uma adulteração do seu conteúdo. De acordo com a tradução da Boitempo, segue o trecho original: “[...] uma enorme massa de mercadorias que só aparentemente ingressam na esfera do consumo, mas, na realidade, permanecem não vendidas, estocadas nas mãos dos intermediários”.

Na história do pensamento econômico, há uma miríade de motivos apresentados por diferentes tradições teórico-políticas, por exemplo: a explicação keynesiana da insuficiência da demanda em razão da psicologia de subconsumo das massas, a explicação liberal-monetarista da ingerência governamental no processo econômico naturalmente espontâneo e tendente ao equilíbrio, a explicação marxiana do excesso de oferta em relação à demanda solvente em decorrência da disfuncionalidade produzida pelo processo de acumulação de capital etc. Como será discutido mais adiante, longe de serem meras tentativas de elucidação teórica da crise econômica, essas explicações também são *políticas*, porque dizem respeito às possibilidades ou à impossibilidade de equilíbrio da economia e das condições materiais de vida na sociedade capitalista.

Determinadas explicações, ao invés de se distanciarem da forma de aparição da crise para explicá-la, permanecem teoricamente confinadas ao nível fenomênico da interrupção entre compra e venda. É o caso da explicação anunciada pela tradição liberal-monetarista, para a qual as crises econômicas são processos politicamente produzidos na *esfera da circulação*:

[Para os monetaristas] as crises teriam [...] a sua origem na esfera da circulação e não na dinâmica do próprio processo de produção. Mais: parece que as crises cíclicas não são tanto um problema econômico como um problema político, na medida em que elas decorrem – segundo os monetaristas – não de fatores econômicos mas de fatores não-econômicos, nomeadamente da prossecução de ações inadequadas por parte das autoridades estatais responsáveis pela política monetária. Para Friedman e os monetaristas em geral, a história mostraria (a história dos EUA) que a *economia real* é fundamentalmente sã, funciona bem: as eventuais perturbações que se verifiquem têm sempre a sua origem na esfera monetária (Nunes, 1991, p. 37).

Esse estratagema teórico por parte dos monetaristas não é inocente. Pelo contrário, confinar a explicação da crise econômica à sua aparência denota uma dupla determinação política. Em primeiro lugar, traz consigo uma certa concepção do que é o capitalismo ou a assim chamada “economia de mercado”. Dado que, com propriedade lógico-teórica, apresenta a origem da crise na esfera da circulação, produz indireta e efetivamente uma imagem harmônica e equilibrada da esfera da produção, postulando que a relação capital-trabalho *em si* nada tem a ver com o equacionamento do problema. Em segundo lugar, resulta de si um raciocínio “governamental” para a promoção de políticas-econômicas no interesse imediato ou a curto prazo do capital em seu processo de acumulação. Por exemplo, se se aceita a tese monetarista de que um “sistema de preços livre” é o responsável pela distribuição do rendimento em uma sociedade (Friedman, 2015, p. 46-52), as políticas *welfaristas* redistributivas viabilizadas pela tributação do capital se veem desautorizadas a prosseguir os seus objetivos, o que “liberta” o capital de obrigações socialmente impostas em determinados contextos históricos. Em síntese, trata-se de uma concepção teórica politicamente determinada

e determinante, embora se apresente como neutra, como ciência técnica e matemática (Walras, Pareto etc.).

Há ainda uma outra dimensão do problema: explicar a crise econômica confinando a investigação à esfera da circulação, onde a crise aparece tão somente como uma interrupção das transações de compra e venda, permite apresentá-la com propriedade lógica como mera *possibilidade* – com propriedade lógica porque a esfera da circulação em si mesma não é suficiente para determinar a crise econômica como *necessidade*. De acordo com isso, as transações de compra e venda podem ser um movimento contínuo e inabalável se a *possibilidade* da crise não se realizar, o que demanda a eliminação política de ingerências governamentais na “economia de mercado”. No entanto, a própria regularidade cíclica das crises econômicas – que é uma aparência histórica, por assim dizer – sugere que as suas ocorrências são *necessárias*, inerentes à economia capitalista – caso contrário, é curioso que uma mera possibilidade tenha produzido regularidades há duzentos anos.

Em poucas palavras:

[...] não são mais felizes os economistas [...] que procuram explicar as crises com [...] meras *possibilidades* da crise, encerradas na metamorfose das mercadorias, como a dissociação entre compra e venda. Esses elementos que explicam a possibilidade da crise nem de longe elucidam sua realidade; deixam de elucidar *por que* as fases do processo entram em conflito tal que sua unidade interna só pode impor-se por meio de uma crise, de um processo violento. *Explicar* a crise por essa forma elementar significa explicar a existência da crise, expressando-a na mais abstrata forma de sua existência, isto é, explicar a crise pela crise (Marx, 1980, p. 937).

### 3.1.2 *Essência*

Como a crise econômica, fenomenicamente expressada pela interrupção das transações de compra e venda, deve ser *essencialmente* apreendida? Poder-se-ia começar justificando *por que* a crise econômica deve ser apreendida em sua essência, no entanto, na medida em que se expôs a limitação intelectual da explicação confinada à forma de aparição da crise, indicou-se indiretamente a justificativa para tanto.

Para apreender o movimento essencial da crise econômica, deve-se primeiramente apreender a produção como *übergreifende Moment*<sup>77</sup> [momento predominante]. Como observa Marx, “uma produção determinada [...] determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como *relações determinadas desses diferentes momentos entre si*” (2011, p. 53). Contudo, isso não significa que os demais momentos econômicos não exercem determinações sobre a produção. Marx evita precisamente esse tipo de erro unilateralista

<sup>77</sup> Cf. Marx, 1983, p. 29; 2011, p. 49.

quando observa que “a produção, por sua vez, certamente é também determinada, *em sua forma unilateral*, pelos outros momentos”.

P. ex., quando o mercado se expande, *i.e.*, a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente. Com mudança na distribuição, modifica-se a produção; p. ex., com a concentração do capital, com diferente distribuição da produção entre cidade e campo etc. Finalmente, as necessidades de consumo determinam a produção. *Há uma interação entre os diferentes momentos*. Esse é o caso em qualquer todo orgânico” (2011, p. 53 – itálico meu).

Não obstante, porque a produção determina os conteúdos particulares desses outros momentos econômicos e “as relações determinadas desses diferentes momentos entre si”, ela assume a posição de momento predominante. No entanto, por que, em vez da produção, o momento predominante não é assumido pelos outros momentos econômicos?

Para analisar essa questão, tomemos como exemplo a circulação e por que ela não exerce uma determinação predominante sobre a produção. De acordo com o exemplo contido no trecho supracitado, “quando o mercado se expande, *i.e.*, a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente”. Nesse exemplo, percebe-se que o mercado retroage sobre a produção de maneira quantitativa (“quando o mercado se expande [...] a produção cresce em extensão”) e técnica (“quando o mercado se expande [...] a produção [...] subdivide-se mais profundamente”), mas não de maneira qualitativa, entendida como a organização social da produção ou como relação antagônica de classes envolvidas na produção. Pelo contrário, a produção exerce determinações tanto quantitativas, como a variação na massa de mercadorias resultante do desenvolvimento das forças produtivas – que, é verdade, é impulsionado pelas determinações concorrenciais advindas da circulação –, e técnicas, como os desenvolvimentos da indústria de transportes que permitem uma circulação mais efetiva dos capitais-mercadoria, quanto qualitativas sobre o mercado (circulação).

É essa determinação qualitativa que encerra o segredo da produção como momento predominante sobre os outros momentos econômicos. Baseada na separação entre produtores e meios de produção, a produção capitalista engendra uma massa de trabalhadores assalariados apta<sup>78</sup> e compelida pela força das circunstâncias a contrair relações monetárias de compra e venda, instituindo, assim, o mercado como instância necessária e universal da reprodução social. Em síntese, a produção capitalista produz a circulação capitalista, enquanto a circulação capitalista reproduz a produção capitalista, mas não a produz.

---

<sup>78</sup> “[...] assim como sua [modo de produção capitalista] base é o trabalho assalariado, *também o é o pagamento do trabalhador em dinheiro* e, em geral, a transformação das prestações *in natura* em prestações monetárias” (Marx, 2014, p. 440 – itálico meu).

Soma-se a isso o fato de que, na circulação, os indivíduos se relacionam entre si como compradores e vendedores. Embora a compra e venda de força de trabalho e meios de produção indique as posições de classe dos indivíduos aí envolvidos, não é a generalidade das transações de compra e venda que determina qualitativamente a produção, porque ela não *institui* a inserção produtiva dos indivíduos envolvidos nas transações de compra e venda – ao contrário, a posição no processo de produção determina, por meio da distribuição da riqueza produzida (determinada pelas posições de classe no interior da produção), a inserção dos indivíduos no processo de circulação não apenas segundo a quantidade, mas fundamentalmente segundo o que se pode comprar: por um lado, trabalhadores não compram meios de produção, mas vendem força de trabalho para comprar meios de subsistência; por outro, capitalistas compram meios de produção e força de trabalho e vendem as mercadorias que resultam do processo de produção. Desse modo, “por lo que se refiere a su objeto de investigación, lo que Marx entiende por esencia es la estructura profunda del sistema capitalista, en la que tienen lugar las relaciones determinadas por el proceso de producción” (Sanjuán, 2010, p. 752)<sup>79</sup>.

Imersa na lógica do capital, a produção capitalista é pautada pela valorização do valor e pela acumulação de capital (cf. Marx, 2017a, p. 223-275 e p. 655-784). Nenhum capitalista investe capital sem a expectativa de que o dinheiro adiantado em meios de produção e força de trabalho ( $D-M <^T_{Mp}$ ) resulte em uma representação maior de riqueza ( $D'$ ) e, portanto, sem a expectativa de condições propícias à realização dos capitais-mercadoria no mercado ( $M'-D'$ ), movimento imprescindível para a acumulação de capital. É o que a expressão ‘*profits first, investments later*’<sup>80</sup> [lucros primeiro, investimentos depois] evidencia: sem perspectiva de lucro, pouco ou nenhum capital adicional é adiantado; pelo contrário, verifica-se muitas das vezes que a indústria passa a operar aquém da sua capacidade produtiva (Mandel, 1990).

<sup>79</sup> Do mesmo modo que há uma determinação política em confinar a explicação da crise econômica em sua forma de aparição, também há uma determinação política em explicá-la pelo seu movimento essencial. Porque na essência se encontra a própria forma de organização da produção, identificar aí a razão de ser da crise implica em reconhecer que o problema está na forma das relações *capitalistas* de produção. Como reitera a ironia de Marx contra Carey, para quem alguns dos problemas associados ao capitalismo teriam origem no âmbito da intervenção estatal no comércio (circulação), “um passo a mais e ele talvez descubra que o único defeito da produção capitalista é o próprio capital” (2017a, p. 635). Neste sentido, na medida que conhecimento e crítica constituem um mesmo movimento, ciência e política se encontram umbilicalmente ligadas sem se encontrar uma subjugada a outra. De certa forma, a crítica ao capital é produzida pelo próprio desvelamento das suas processualidades justamente porque a investigação do capital revela a sua disfuncionalidade, a sua contradição. Assim, não se trata de um conhecimento que deve obrigatoriamente compatibilizar com a vontade política de seu autor, mas de uma apreensão ideal do movimento do real (objetividade) que conduz a uma crítica do capitalismo.

<sup>80</sup> Expressão formulada pela revista *The Economist* para se referir às “hesitações da indústria britânica em “relançar” investimentos produtivos” diante da flutuação negativa da taxa média de lucro a partir da segunda metade da década de 1960 (cf. Mandel, 1990, p. 24).

Isso parece demonstrar que a sobreprodução como processo originador da crise não passa de um mero equívoco teórico, dado que a produção retrai em condições desfavoráveis à realização de lucro e à acumulação de capital. No entanto, quando a crise se manifesta com veemência, a sobreprodução já se encontra em um nível avançado de desenvolvimento. Como observa Marx: “as épocas em que a produção capitalista desenvolve todas as suas potencialidades mostram-se regularmente como épocas de superprodução, porquanto as potências produtivas jamais podem ser empregadas a ponto de, com isso, um valor maior poder não só ser produzido como realizado” (2014, p. 412). Isso implica que a produção retrai *a posteriori*, ou seja, não antes, mas quando não há demanda solvente suficiente para absorver a massa de mercadorias lançada no mercado – *post festum, pestum* [depois da festa, a peste]<sup>81</sup>.

Como observa Marx:

Com o desenvolvimento da produção capitalista, *a escala da produção é determinada em grau cada vez menor pela demanda direta pelo produto e em grau cada vez maior pelo volume de capital de que dispõe o capitalista individual, pelo impulso de valorização de seu capital e a necessidade de continuidade e ampliação de seu processo de produção*. Com isso, cresce necessariamente, em cada ramo específico de produção, a massa de produtos que se encontram no mercado como mercadorias ou que procuram comprador. Cresce a massa de capital fixada por mais ou menos tempo na forma de capital-mercadoria” (Marx, 2014, p. 224 – itálico meu).

Com o crescimento da composição orgânica do capital, que provoca uma diminuição relativa da sua parte variável à medida em que avança a acumulação de capital e, atrelada a ela, o aumento das forças produtivas do trabalho, tem-se o crescimento de um exército industrial de reserva<sup>82</sup>. Por sua vez, essa parte da classe trabalhadora excedente em relação às necessidades de valorização do capital tem a sua capacidade de demanda reduzida, dado que não consegue trocar a sua força de trabalho por salário. Em decorrência disso, o resultado é o que segue: à medida em que aumenta a massa de mercadorias lançada no mercado, o processo de acumulação de capital limita a capacidade de demanda solvente da classe trabalhadora, o que retroage sobre o capital como uma diminuição da capacidade de realização do mais-valor (M'-D'). A disfuncionalidade do processo é patente. Dado que a distribuição da riqueza produzida não acompanha o crescimento da riqueza e a entrada de mercadorias no mercado, que precisam ser compradas para que o processo todo possa se reproduzir de maneira harmônica e coerente, emerge um processo de sobreprodução de mercadorias, que *não* é uma

---

<sup>81</sup> “Na sociedade capitalista, [...] na qual o entendimento social se afirma apenas e invariavelmente *post festum*, grandes perturbações podem e têm de ocorrer constantemente” (Marx, 2014, p. 410).

<sup>82</sup> “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (Marx, 2017a, p. 705).

sobreprodução em relação às necessidades da sociedade, mas em relação à sua demanda *solvente*<sup>83</sup>.

Contradição no modo de produção capitalista: os trabalhadores, como compradores de mercadorias, são importantes para o mercado. Mas como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho –, a sociedade capitalista tem a tendência de reduzi-los ao mínimo do preço. [...]. Contradição adicional: as épocas em que a produção capitalista desenvolve todas as suas potencialidades mostram-se regularmente como épocas de superprodução, porquanto as potências produtivas jamais podem ser empregadas a ponto de, com isso, um valor maior poder não só ser produzido como realizado; mas a venda das mercadorias, a realização do capital-mercadoria e, assim, também a do mais-valor, está limitada não pelas necessidades de consumo da sociedade em geral, mas pelas necessidades de consumo de uma sociedade cuja grande maioria é sempre pobre e tem de permanecer pobre (Marx, 2014, p. 412).

Em síntese, conclui-se que a produção, como momento predominante em relação aos momentos da circulação, da distribuição etc., determina como *contraditórias* as “relações determinadas desses diferentes momentos entre si” (2011, p. 53 – itálico retirado). Por um lado, a produção exige da circulação mais do que ela consegue realizar, por outro, determina uma distribuição da riqueza aquém da grandeza da riqueza produzida e lançada no mercado, o que também determina uma relação contraditória entre a distribuição e a circulação. Portanto, embora seja imprescindível reconhecer o papel predominante desempenhado pelo momento da produção na crise de superprodução, não se trata de afirmar um ou outro momento econômico como contraditório, mas a totalidade das “relações determinadas desses diferentes momentos entre si” como totalidade contraditória.

Por fim, pode-se agora explicar por que a crise econômica *aparece* como uma interrupção em larga escala nas transações de compra e venda. Com o aumento do exército industrial de reserva, há uma redução da capacidade de demanda solvente da classe trabalhadora, que compõe a maior parte da população. Consequentemente, diminui-se a capacidade de realização dos capitais-mercadoria e, portanto, do mais-valor dos setores produtores de bens de consumo. Por sua vez, esse processo afeta as relações de compra e venda entre capitais, porque, em razão de não conseguirem realizar no mercado as mercadorias produzidas, diversos capitais, principalmente os menores e de pouca capacidade competitiva, tornam-se insolventes – verificam-se interrupções nos pagamentos de empréstimos a juros tomados por muitos capitais, na compra e venda de meios de produção e nas transações entre o capital industrial e o capital comercial.

---

<sup>83</sup> “O que é que a sobreprodução tem a ver com as necessidades absolutas [– isto é, o total das necessidades de consumo da sociedade]? Só tem a ver com necessidades solventes [com poder aquisitivo]. Não se trata de sobreprodução absoluta – sobreprodução em si mesma em relação à necessidade ou desejo absoluto de posse de bens. Nesse sentido, não existe sobreprodução parcial nem geral. E elas não formam uma contradição entre si” (Marx, 1967, p. 507 – tradução livre).

### 3.1.3 *Gênese histórica*

Negar o caráter historicamente específico do modo de produção capitalista é o principal pressuposto para a negação da crise como processo inerente ao modo de produção capitalista e para a negação da contradição capitalista. Inversamente, reconhecê-las pressupõe apreender a gênese histórica do capitalismo e a sua especificidade.

Já foi observado que, para a economia política, nenhuma grande transformação histórica (por exemplo, expropriação generalizada da terra) fundamenta a emergência da sociedade capitalista, o que resulta, por um lado, em uma diluição ideal das categorias particulares a essa sociedade na história da humanidade e, por outro, em uma representação da especificidade da organização econômica de sociedades pré-capitalistas na sociedade capitalista (cf. tópico 2.3). Diferentemente, em um exercício de crítica à economia política, pretende-se aqui expor resumidamente e em linhas gerais como a gênese histórica do modo de produção capitalista estabeleceu as condições para o surgimento da crise de superprodução.

Com os processos de acumulação originária de capital – expropriação dos meios de produção em relação aos produtores (cf. Marx, 2017a, p. 785-788) – ocorridos nos últimos cinco séculos mundo afora, abriu-se uma cisão generalizada até então desconhecida na história da humanidade entre produção e consumo. Essa cisão marca o surgimento da circulação como momento generalizado e imprescindível à reprodução social, trazendo consigo a universalização da forma-mercadoria e da forma-dinheiro. Como observa Mészáros:

Primeiro, os produtores são [...] *separados* do material e dos instrumentos de sua atividade produtiva, tornando-lhes impossível produzir para o seu próprio uso, já que nem sequer parcialmente estão no controle do próprio processo de produção. [...] E, segundo, as mercadorias produzidas com base em tal separação e alienação não podem emergir diretamente do processo de produção como *valores de uso relacionados à necessidade* [ao consumo]. Elas requerem a intervenção de um momento *estranho* [circulação] para suas metamorfoses em valores de uso e para tornar possível a continuidade da produção e reprodução global do sistema do capital. Em outras palavras, já que a grande massa das mercadorias produzidas não pode constituir valores de uso para os seus *proprietários* (o número comparativamente insignificante de capitalistas), deve entrar na *relação de troca* do capital – por meio da qual pode funcionar como valor de uso para seus *não-proprietários* (isto é, majoritariamente os trabalhadores) – para se realizar como *valor* em benefício da reprodução ampliada do capital (2002, p. 624).

Por sua vez, a emergência do trabalho assalariado, resultante dessa cisão, assegurou a viabilidade da circulação como um ferrolho entre a produção e o consumo, dado que a sua forma monetária possibilitou a universalização das relações monetárias de troca. No entanto, essa viabilidade não elimina o caráter contraditório das relações entre os momentos econômicos. Mais uma vez, a análise meszariana pontua precisamente isso:

[...] o trabalho mercantilizado [relação de assalariamento] [...] satisfaz a importantíssima condição de integrar [...] o momento *estranho* da *troca* [circulação como momento generalizado entre a produção e o consumo] com as exigências reprodutivas vitais do processo de *produção*. [...] é o próprio trabalho mercantilizado que auxilia a suspensão da contradição entre produção e troca [circulação], que ajuda a assegurar a necessária *continuidade de produção* – ao participar da *unidade peculiar* dos dois momentos objetivamente contraditórios e se submeter a ela. Esse modo de reprodução societária pode prosseguir sem distúrbios até que a crise da *acumulação malograda* e a *superprodução* rompam periodicamente todo o conjunto de relações e determinem a sua reconstituição sintonizada com as novas circunstâncias (Mészáros, 2002, p. 627-628).

Na medida em que as forças produtivas do trabalho aumentaram nos últimos cinco séculos, com especial ênfase ao período da revolução industrial inglesa de finais do século XVIII, o que implicou também um aumento da parte constante do capital em relação à parte variável, imensas massas de mercadoria foram lançadas no mercado, ultrapassando cada vez mais a capacidade de demanda solvente da sociedade. Em decorrência disso, processos de superprodução *emergiram* na economia capitalista e inauguraram o ciclo econômico moderno no século XIX<sup>84</sup>.

### 3.2 O que é a contradição capitalista, afinal?

Em linhas gerais, a contradição capitalista é a relação incoerente entre os momentos econômicos modernos da produção [oferta], da distribuição, da *circulação* e do consumo [demanda]. Entre eles não há uma relação de complementaridade harmônica. Pelo contrário, a produção constantemente ultrapassa as capacidades de demanda solvente (consumo) da sociedade, porque engendra uma distribuição da riqueza aquém da grandeza de riqueza lançada na circulação, que, por sua vez, não consegue realizar todas as mercadorias pela escassez de demanda solvente etc.

Por que não uma contradição feudal ou antiga? Ou mesmo a contradição própria a um *Produktionsweise schlechthin*<sup>85</sup> [modo de produção por excelência, universal]? Primeiramente, como foi exposto no tópico do anacronismo às avessas [2.3.2], em sociedades pré-capitalistas, aí incluídas as sociedades feudais e antigas, porque a lógica econômica é regida pela subordinação da produção ao consumo, ao que se soma a inexistência de uma circulação generalizada e imprescindível à reprodução social, não há espaço para uma relação incoerente entre os momentos econômicos. Diferentemente, nas sociedades capitalistas, “o volume das massas de mercadorias criadas pela produção capitalista é determinado pela escala dessa

<sup>84</sup> Cf. nota 11.

<sup>85</sup> Contra a pretensão da economia política de representar as categorias historicamente específicas ao modo de produção capitalista em uma imagética homogênea ou *tout court* da produção (*Produktionsweise schlechthin*), Marx reitera a particularidade própria ao modo de produção capitalista (cf. 1967, p. 505).

produção e pela necessidade de sua constante expansão, e não por um círculo predestinado de oferta e demanda, de necessidades a serem satisfeitas” (Marx, 2014, p. 155). No contexto em que essa lógica econômica domina a reprodução social, portanto, surge a caracterização contraditória da produção ou, em outras palavras, aquela relação incoerente entre os momentos econômicos.

Em segundo lugar, embora possam ser encontradas características compartilhadas [abstrações razoáveis<sup>86</sup>] entre as distintas épocas históricas da produção, o que existe são sempre modos de produção determinados, em que essas características assumem formas e funções específicas, e nos quais emergem categorias e processos originais, que não são comuns a outros modos de produção. Especular sobre a contradição própria a um modo de produção universal implica no entendimento de que produção e consumo se relacionam intrinsecamente de maneira disfuncional, não importando qual a forma histórica assumida por essa relação. Não obstante, porque tal modo de produção não existe, sequer faz sentido pensar em uma contradição universal intrínseca à produção em geral.

### 3.2.1 *Existe uma tendência ao acirramento da contradição capitalista?*

Para Marx, a coerência ou a harmonia não são linhas de chegada, momentos últimos aos quais tendem ou podem chegar as contradições. Müller (1982), por exemplo, observa que o desfecho hegeliano das figuras contraditórias da consciência em uma síntese não-contraditória é criticado por Marx como especulação: resolução conceitual de contradições reais insolúveis. Nas “sociedades onde reina o modo de produção capitalista” não há resolução possível: independentemente da política-econômica em vigor, as contradições continuam a ser contradições e, “em geral, o método com que se solucionam [*lösen*] contradições reais” consiste na criação de formas “em que elas podem se mover” (Marx, 2017a, p. 178).

Por exemplo, as crises. “Estas são sempre apenas violentas *soluções momentâneas* das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem *por um momento* o equilíbrio perturbado” (Marx, 2017b, p. 288 – itálicos meus). Basicamente, por que consistem na destruição de capitais e mercadorias excedentes em relação à capacidade de consumo social solvente, elas abrem margem para uma recuperação da atividade econômica, o que restabelece a acumulação de capital e reduz o desemprego – com maior ou menor intensidade a depender

---

<sup>86</sup> Como observa Marx, “a *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum [...]. Entretanto, esse *Universal*, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações” (2011, p. 41).

da taxa média de lucro vigente –, proporcionando nova base para o crescimento da demanda e, conseqüentemente, para a realização do mais-valor no mercado. Desse modo, a explosão da unidade contraditória entre os momentos econômicos da produção e da circulação viabiliza a restauração de um equilíbrio salutar, até que a crise, gestada nos períodos de crescimento e prosperidade econômica, reaparece mais uma vez no horizonte.

No entanto, no que diz respeito a intensidade, a crise que reaparece no horizonte tende não ser a mesma crise que apareceu outrora. Com a crise anterior, capitais menores com menor capacidade produtiva e competitiva são destruídos ou absorvidos (compra de empresas por empresas) por capitais maiores e mais competitivos, com capacidade de implementar processos de produção com maior poder produtivo. Em poucas palavras, a crise anterior intensifica a centralização do capital (Marx, 2017a), determinando as condições produtivas e competitivas a partir das quais a crise posterior emerge. Como observa Marx, “a produção capitalista tende constantemente a superar esses limites que lhes são imanentes, porém consegue isso apenas em virtude de meios que voltam a elevar diante dela esses mesmos limites, *em escala ainda mais formidável*” (2017b, p. 289 – itálico meu).

Sendo assim, pode-se concluir que *existe uma tendência ao acirramento da contradição capitalista?* Trata-se de uma questão complexa<sup>87</sup> e de fundamental importância para a tradição marxista, pois, por um lado, parece haver um ferrolho entre a teoria e a história do capital – em outras palavras, entre a lógica do capital e a sua realização no desenvolvimento histórico-econômico moderno –, e, por outro, como observa Mészáros, “Marx seria de fato refutado se fosse possível provar que os limites do capital são expansíveis *indefinidamente*, ou seja, que o poder do capital é, ele próprio, ilimitado” (2002, p. 587).

Para respondê-la, convém começar pela lógica do capital, sugerindo uma analogia entre a reprodução ampliada do capital e a contradição capitalista. Eis, em linhas gerais, a reprodução do capital: ela não se realiza enquanto reprodução simples, mas sim enquanto reprodução ampliada (Marx, 2017a, p. 655-663), ou seja, parte do mais-valor produzido se converte em capital e passa a percorrer seu ciclo de valor, “cuja finalidade e motivo propulsor [é] a valorização do valor, o ato de fazer dinheiro e a acumulação” (Marx, 2014, p. 138). O capital, portanto, considerado quantitativamente, é uma grandeza em contínuo crescimento.

Por sua vez, a contradição capitalista parece replicar esse modo de reprodução do capital. Em seu processo lógico, não se verifica uma *reprodução simples de contradições*,

---

<sup>87</sup> Como observa Mandel: “a relação entre as leis gerais de movimento do capital – como reveladas por Marx – e a história do modo de produção capitalista constitui um dos mais complexos problemas da teoria marxista” (1982, p. 7).

como se as mesmas contradições permanecessem no mesmo patamar problemático sempre. Pelo contrário, verifica-se uma *reprodução ampliada de contradições*, em que os processos contraditórios se manifestam com mais intensidade (em alguns casos, com uma intensidade *muito* maior, como é o caso das crises econômicas de 1929-1933 e de 2008) e tornam mais custosos os meios pelos quais o “equilíbrio” é restabelecido.

Para além do exemplo da centralização de capitais como vetor de acirramento das crises posteriores pelas crises anteriores, pode-se exemplificar a reprodução ampliada da contradição capitalista pela tendência à queda da taxa de lucro. Como observou Marx, na medida em que aumenta relativamente a parte constante do capital em relação à parte variável, responsável pela valorização do valor, a tendência ao crescimento da composição orgânica do capital ocasiona uma tendência à queda da taxa de lucro (cf. 2017b, p. 249-269).

Como a tendência ao crescimento da composição orgânica do capital é uma constante movida pela concorrência entre capitais, espera-se que a taxa de lucro caia constantemente até se aproximar de uma taxa nula de lucro. No entanto, existem influências contra-arrestantes que permitem um crescimento da taxa de lucro concomitante ao crescimento da composição orgânica do capital, cujo exemplo mais importante é o aumento do grau de exploração do trabalho ou da taxa de mais-valor (cf. Marx, 2017b, p. 271-279). De todo modo, essas influências contra-arrestantes não eliminam a tendência à queda, que continua a ser puxada pelo crescimento da composição orgânica do capital.

Não obstante, mais importante do que a taxa individual de lucro (i. e. a taxa de um capital particular) é a taxa média de lucro, referente à média de todas as taxas individuais de uma determinada nação (Marx, 2017b). Em relação a essa taxa média, também as influências contra-arrestantes que incidem sobre a taxa individual são válidas desde que vigentes nacionalmente – o que se torna possível, por exemplo, por meio de uma legislação trabalhista afeita aos interesses do capital.

Porém, uma outra influência decisiva entra em cena: a diferença das composições orgânicas dos capitais de diferentes setores econômicos. Aqui, os setores com maior composição orgânica de capital direcionam a taxa média de lucro para baixo, enquanto os setores com menor composição orgânica de capital a direcionam para cima. E, embora novos e relevantes setores econômicos surjam de tempos em tempos, geralmente com uma composição orgânica de capital menor do que a média existente, de início incidindo positivamente sobre a taxa média lucro, o julgo da concorrência impõe a esses setores a necessidade de aumentar a produtividade com vistas a reduzir o valor da mercadoria

individual no mercado, o que resulta em um aumento da composição orgânica do capital e em uma redução da taxa setorial de lucro, incidindo negativamente sobre a taxa média de lucro<sup>88</sup>.

Do que foi dito, é plausível concluir que a queda da taxa de lucro é um processo inerente à acumulação de capital, dado que as influências contra-arrestantes, tanto no caso da taxa individual como no caso da taxa média de lucro, não são suficientes para eliminar o seu caráter *tendencial*. Em relação ao problema da existência ou inexistência de uma tendência ao acirramento da contradição capitalista, o que se pode inferir disso? Engels, em suas modificações editoriais ao terceiro livro de *O capital*, inferiu a favor de um acirramento da contradição a ponto de possibilitar um “colapso da produção capitalista” (cf. Marx, 2017b, p. 286). No entanto, partindo da expressão original “momento decisivo”<sup>89</sup> – contida nos manuscritos marxianos e preterida por Engels –, que sugere uma visão mais indeterminada do resultado histórico do problema em questão, pode-se hipotetizar que a tendência à queda da taxa de lucro é um vetor de problemas exponencial à acumulação de capital, considerando-a em uma temporalidade longa que abrange o evoluir histórico do capitalismo a partir da revolução industrial inglesa.

O que sugerem os fatos históricos? Começando por um exemplo óbvio, a crise de 1929-1933 não foi seguida por uma outra crise econômica de mesma magnitude – embora tenha sido seguida de crises políticas, geopolíticas e humanitárias nas décadas de 1930 e 1940. Pelo contrário, posteriormente, na segunda metade da década de 1940 até princípios da década de 1970, verificou-se uma situação “estabilizada” do capitalismo europeu e estadunidense, cuja novidade foi descrita por Hobsbawm nos seguintes termos: “todos os problemas que perseguiram o capitalismo em sua era da catástrofe [1914-1945] pareceram dissolver-se e desaparecer. O terrível e inevitável ciclo de prosperidade e depressão, tão fatal entre as guerras, tornou-se uma sucessão de brandas flutuações, graças a – era o que pensavam os economistas keynesianos que agora assessoravam os governos – sua inteligente administração macroeconômica” (1995, p. 262).

---

<sup>88</sup> Certamente que os ramos monopolizados não são determinados pela concorrência na mesma intensidade como são determinados os setores oligopolistas, no entanto: (a) mesmo os monopólios tendem a aumentar a produtividade do trabalho para produzir mais em menos tempo mantendo praticamente o mesmo preço da mercadoria individual – atrelados a campanhas de *marketing* e à produção de um *status* social vinculado à posse do produto em questão –, o que resulta em um aumento da massa e da taxa de lucro; (b) o receio de que apareçam no mercado concorrentes com imensas massas de capitais fusionados ou deslocados de outros setores, produzindo mercadorias similares a partir de métodos de produção eficientes e não patenteados.

<sup>89</sup> No lugar da expressão “colapso da produção capitalista” (Engels), consta a expressão “momento decisivo” (Marx) (cf. Roth, 2015, p. 212-213).

Naquele contexto, com exceção da renitente tradição neoliberal, os pensadores da política e da economia precisavam escolher entre duas opções explicativas: o caráter contraditório da economia capitalista, manifesto principalmente em crises econômicas e em altas taxas de desemprego, ou havia sido superado pela expertise e competência do planejamento estatal ou estava dormente. Em geral, a maioria deles tomou a primeira via explicativa, compondo assim a tradição reformista social-democrata do pós-guerra<sup>90</sup>. No entanto, entre aqueles que se embasavam na crítica de Marx à economia política, reinava uma espécie de pessimismo científico: ‘se a lógica do capital é *de facto*, a assim chamada era de ouro do capitalismo se revelará ouro dos tolos’<sup>91</sup>.

Esse pessimismo não tardou em se revelar realista. Diante das dificuldades econômicas da década de 1960, que culminaram na crise de 1973-1975 (cf. Brenner, 2006, p. 37-40; Mandel, 1990, p. 9-31), o período de “estabilidade” deu lugar a uma época de crises – em vigor ainda nas primeiras décadas do século XXI (Nunes, 2011; Streeck, 2018).

No entanto, por que um sistema econômico “planejado” sucumbiu em uma época de crises? De acordo com Mandel (1991), além da sincronização internacional dos ciclos industriais nacionais, que impossibilitou aos países capitalistas neutralizarem suas crises cíclicas (naquele período pouco intensas) por meio do comércio internacional (exportação), como haviam feito nos trinta anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, também as intensas inovações tecnológicas, impulsionadas pela acumulação acelerada de capital – além das inovações tecnológicas produzidas no período das guerras e revertidas para uso industrial comum<sup>92</sup> –, determinaram um crescimento da composição orgânica do capital atrelado a uma redução do tempo de rotação do capital fixo, o que levou a uma queda da taxa de lucro a partir da segunda metade da década de 1960, tornando-se especialmente acentuada a

---

<sup>90</sup> “Os grandes textos do reformismo da Era de Ouro [do capitalismo, vigente no pós-guerra]: *The future of socialism* [O futuro do socialismo], de Crosland; *The affluent society* [A sociedade afluyente], de J. K. Galbraith; *Beyond the welfare State* [Para além do Estado de Bem-Estar], de Gunnar Myrdal; *The end of ideology* [O fim da ideologia], de Daniel Bell, todos escritos entre 1956 e 1960, baseiam-se na presunção da crescente harmonia interna de uma sociedade agora basicamente satisfatória, se bem que aperfeiçoável, ou seja, na confiança na economia de consenso social organizado. Esse consenso não sobreviveu à década de 1960” (Hobsbawm, 1995, p. 280).

<sup>91</sup> *Ouro dos tolos* é a denominação popular dos cristais de pirita (dissulfeto de ferro – FeS<sub>2</sub>), cuja aparência se assemelha ao ouro. No entanto, não apenas suas características materiais são distintas – a pirita, por ser um composto iônico, é dura e quebradiça, enquanto o ouro é maleável e duradouro. Quando inseridas em relações de troca monetária, também os seus preços são distintos, dado que o ouro é muito mais caro do que a pirita.

<sup>92</sup> “A guerra, com suas demandas de alta tecnologia, preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil [...]: radar, motor a jato e várias ideias e técnicas que prepararam o terreno para a eletrônica e a tecnologia de informação do pós-guerra. [...] Mais que qualquer período anterior, a Era de Ouro [do capitalismo] se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos. A indústria e mesmo a agricultura pela primeira vez ultrapassavam decididamente a tecnologia do século XIX” (Hobsbawm, 1995, p. 260).

partir de 1973<sup>93</sup>. E, como a lógica do capital é pautada pelo raciocínio ‘*profits first, investments later*’, diante de uma flutuação negativa da taxa de lucro os investimentos produtivos crescem em menor intensidade e o desemprego aumenta, o que reduz a demanda da sociedade e potencializa a superprodução de mercadorias. Portanto, a crise de 1973-1975 foi o resultado de processos engendrados pelo crescimento econômico do pós-guerra.

É preciso ressaltar, a propósito, que o período de intensa acumulação de capital e consenso social entre os interesses antagônicos de classe no pós-guerra não foi engendrado pela própria lógica do capital, como se se tratasse de um desenvolvimento lógico-histórico ou endógeno ao capitalismo. Pelo contrário, a imensa destruição de capitais representada pela Primeira Guerra Mundial, pela crise de 1929-1933 e, principalmente, pela Segunda Guerra Mundial, tornou o capital menos intolerante à sua tributação pelo Estado com vistas a redistribuir a riqueza produzida – o que tomou a forma de políticas públicas educacionais, de saúde, previdência etc. –, porque aquela imensa destruição abriu um enorme “espaço” para a acumulação de capital. Soma-se a isso o medo empresarial e governamental nos países capitalistas ocidentais diante da ameaça vermelha, representada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que também determinou a criação de um *welfare state* desenvolvido na Europa (Fiori, 1997; Huws, 2022).

De todo modo, voltando ao período inaugurado pela crise de 1973-1975, o capital retirou de si as amarras reformistas sociais-democratas – a crise de legitimidade do *welfare state* de que fala Streeck (2018) – ao mesmo tempo em que entrou em uma época de crises, caracterizada por desemprego crônico, taxas médias de lucro baixas e em declínio, financeirização e elevação das taxas de juros, crises econômicas mais intensas etc. (Mandel, 1991; Mészáros, 2002; Nunes, 2011; Streeck, 2018; Marques e Nakatani, 2020).

Em resumo, o movimento histórico-econômico é o que segue: (a) *segundo o seu conteúdo geral*: entre 1945-1973, acumulação acelerada de capital e caráter tênue das contradições capitalistas; a partir de 1973-1975, crescimento econômico reduzido, com parcelas massivas de capital-dinheiro saindo dos setores produtivos e assumindo a forma de capital portador de juros no sistema financeiro globalizado (especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990), e caráter explosivo das contradições capitalistas; (b) *segundo a sua forma geral*: um momento de estabilidade foi seguido por um momento de crise generalizada.

Também a crise de 1929-1933 foi precedida de um longo período favorável à acumulação de capital. Devido às depressões agudas europeias de 1873-1896, cuja razão girou

---

<sup>93</sup> Como observa Maito: “a taxa de lucro apresenta uma tendência de queda não porque a produtividade diminui, mas precisamente porque aumenta em termos históricos” (2018, p. 129 – tradução livre).

em torno da saturação do mercado europeu para a alocação lucrativa de capital (Lênin, 2021, p. 85-86; Mandel, 1982, p. 55-57), buscou-se expandir as exportações de capital, o que constituiu uma possibilidade à época devido ao patamar de desenvolvimento em que se encontrava o mercado mundial (Lênin, 2021, p. 86). Com isso, junto ao surgimento de grandes monopólios, o capitalismo assistiu a um período de acumulação acelerada de capital entre 1896-1914 (Mandel, 1982, p. 56-57).

Atrelado a esse *boom* econômico, o desenvolvimento do sistema de crédito deu seu primeiro grande passo histórico<sup>94</sup>, o que pavimentou a estrada para a eclosão da crise de 1929-1933 como uma *grande* crise, dado que o sistema de crédito em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, potencializando todo tipo de atividade econômica e desenvolvimentos tecnológicos e infraestruturais em larga escala e de risco<sup>95</sup>, carregava em suas costas o peso da economia mundial conectando parte expressiva dos capitais de todo o mundo em uma complexa rede de empréstimos a juros – o que significa que as possibilidades de uma insolvência generalizada entre os capitais se alastrar, a partir de um processo de insolvência localizado, são grandes.

É interessante observar que, embora a forma mais aperfeiçoada e perspicaz do pensamento político-econômico reformista social-democrata tenha sido elaborada na década de 1930 sob a influência da crise de 1929-1933 (a *Teoria Geral* de Keynes), foi no período de acumulação acelerada de capital na virada do século XIX para o XX que, pela primeira vez, o reformismo encontrou uma elaboração teórico-política *significativa*. Como observou Hobsbawm, “nesse ínterim, tornou-se evidente que aqueles que [no século XIX] haviam feito previsões sombrias acerca do futuro do capitalismo, ou mesmo acerca de seu colapso iminente, haviam errado. Entre os marxistas ocorreram discussões acaloradas sobre o que isso implicava para o futuro de seus movimentos e se a doutrina de Marx teria de ser “revista” (2015, p. 17).

Eduard Bernstein [1850-1932], um dos principais nomes da social-democracia alemã na virada do século, tomou a dianteira no processo teórico-político de revisão das “teses fundamentais do marxismo”, conhecido como revisionismo. Embora cabe destacar que o

---

<sup>94</sup> “Com o desenvolvimento do sistema de crédito, *que segue necessariamente um curso paralelo ao desenvolvimento da grande indústria e da produção capitalista*, esse dinheiro [fundo de amortização em prol da reposição do capital fixo] atua não como tesouro, mas como capital, porém não nas mãos de seu proprietário, e sim de outros capitalistas, a cuja disposição ele é colocado” (Marx, 2014, p. 264-265 – itálico meu).

<sup>95</sup> “A execução de obras que consomem um período significativamente longo de trabalho e se realizam em grande escala só passa a integrar plenamente a produção capitalista quando a concentração de capital já é bastante considerável e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento do sistema de crédito oferece ao capitalista o cômodo expediente de adiantar – e, desse modo, também arriscar – capital alheio, em vez de capital próprio” (Marx, 2014, p. 326).

marxismo criticado e revisado por Bernstein é muito mais um engelsismo, o que importa observar é que o revisionismo bernsteiniano tem uma forte tendência a negar o caráter contraditório da economia capitalista. Para Bernstein (1997), atrelado ao conhecimento obtido acerca das leis econômicas, o que possibilita controlar a economia capitalista<sup>96</sup>, o potencial de estabilização demonstrado pelo capitalismo na virada do século XIX para o século XX – com seu sistema de crédito em franco desenvolvimento, com seus cartéis empresariais e com o avanço dos sistemas de comunicação, que tornam viável administrar a relação oferta-demanda – estava enfraquecendo gradualmente os vetores das crises econômicas generalizadas de superprodução<sup>97</sup>, reduzindo a centralização de capitais, que estava se espalhando em pequenas e médias empresas.

Por sua vez, o revisionismo precede ao reformismo, possibilitando-o logicamente: é porque o revisionismo reduz o caráter contraditório da sociedade capitalista que ele concebe logicamente a sua administração reformista. Para Bernstein, portanto, o capitalismo poderia ser paulatinamente aperfeiçoado (reformado), apresentando ganhos para a classe trabalhadora – causa surpresa que nenhuma palavra tenha sido dita por Bernstein sobre o imperialismo, que permitia a apropriação *européia* do excedente produzido nos países para onde se exportava capital e que permitia maiores concessões por parte do capital *européu* no interesse dos trabalhadores *européus*.

Não se trata aqui de realizar uma exposição crítica completa do pensamento revisionista-reformista bernsteiniano, mas de tomá-lo como caso exemplar do espírito teórico-político otimista – que também influenciou a teorização neoclássica, herdeira da lei de Say – produzido pelo período de acumulação acelerada de capital entre 1896-1914, que causou a impressão de que as contradições ou as disfuncionalidades do capitalismo haviam finalmente sido superadas ou estavam em processo de superação. Não obstante, assim como ocorreu com os sociais-democratas “planejadores” do pós-guerra diante da crise de 1973-1975, a crise de 1929-1933 deitou por terra todo o otimismo reinante na social-democracia em finais do século XIX e em princípios do século XX.

Do que foi brevemente exposto acerca desse longo percurso histórico de períodos de crises e estabilidade, ainda não é possível concluir que o evoluir histórico do modo de

---

<sup>96</sup> “[...] surge-nos [na sociedade moderna] uma crescente penetração consciente no terreno das leis da evolução e, principalmente, da evolução econômica. Com esse conhecimento segue, de mãos dadas, [...] uma crescente capacidade para *dirigir* a evolução econômica. A força econômica natural, como a física, muda de condição de condutora da espécie humana para a de sua serva, segundo seja reconhecida a sua natureza (Bernstein, 1997, p. 39).

<sup>97</sup> Como observa Gustafsson: “en este punto [Bernstein] tuvo que modificar su interpretación, pues tras el cambio de siglo volvieron a presentarse crisis económicas generales sin que los cártels lo pudiesen evitar” (1975, p. 149)

produção capitalista é perpassado por um *acirramento* do seu caráter contraditório. Pelo contrário, pode-se apenas inferir com propriedade lógica que o capitalismo tem altos e baixos e que os períodos de estabilidade e acumulação acelerada de capital são temporários, sucumbindo necessariamente em períodos de instabilidade e crise generalizada, e vice-versa. No entanto, parece haver uma impotência no capitalismo contemporâneo (aquele que se desenvolve desde meados da década de 1970 e que assumiu a forma neoliberal) em encontrar um caminho para a “resolução” das suas instabilidades, o que pode indicar ou manifestar a existência de um *processo não-linear cumulativo de acirramento das contradições do capital no evolver histórico do modo de produção capitalista*.

Por um lado, a emergência do imperialismo colocou em curso um deslocamento expansionista-geográfico das contradições do capital (Lênin, 2021; Mészáros, 2002) manifestas no período entre 1873-1896, permitindo ao capital europeu obter mais e melhores alocações lucrativas<sup>98</sup> e fomentar uma maior demanda no interior do continente, o que era imprescindível para a realização daquela parte do mais-valor produzido destinado ao mercado interno. Por outro, como já foi observado, a Segunda Guerra Mundial provocou a destruição de uma imensa massa de capitais, incluindo infraestruturas públicas imprescindíveis para a reprodução do capital (rodovias e portos por onde são transportadas mercadorias, por exemplo) e infraestruturas privadas (capital fixo), abrindo um enorme “espaço” para a acumulação de capital nas décadas do pós-guerra, resolvendo assim o marasmo econômico produzido pela crise de 1929-1933. Sendo assim, cada um desses períodos de crise foram seguidos por processos históricos e novas configurações da relação Estado-capital, que estabeleceram condições propícias à retomada da acumulação acelerada de capital.

Diferentemente, à crise de 1973-1975 não se seguiram condições propícias à acumulação de capital (Brenner, 2006; Carchedi e Roberts, 2018; Roberts, 2022). Em primeiro lugar, a mobilização neoliberal de influências contra-arrestantes à queda da taxa de lucro, que se processava desde a segunda metade da década de 1960, como os ataques aos direitos trabalhistas – principalmente no que se refere ao nível salarial – e às políticas tributárias progressivas<sup>99</sup> destinadas à manutenção dos sistemas *welfaristas*, não foram suficientes para revertê-la aos patamares anteriores à crise (Carchedi e Roberts, 2018). Em segundo lugar, porque as taxas médias de lucro estavam aquém do esperado nos setores produtivos

---

<sup>98</sup> Hobsbawm observa que, “após o colapso [econômico] reconhecidamente drástico dos anos 1870 [...], o que estava em questão não era a produção, mas sua lucratividade” (2015, p. 30)

<sup>99</sup> “[...] a queda da taxa de lucro pode ser contida pela eliminação das deduções existentes sobre o lucro, p. ex., queda nos impostos, diminuição da renda da terra etc. [...] [há] relevância prática [na eliminação dessas deduções], pois se trata aí de porções do lucro sob outro nome e apropriadas por pessoas diferentes do próprio capitalista” (Marx, 2011, p. 628 – itálico meu).

industriais, o capital começa a migrar para os setores financeiros e especulativos (Brenner, 2006). Em terceiro lugar, por serem esses últimos setores improdutivos, a migração de capitais para eles provocou elevações nas taxas de desemprego, o que ocasionou uma redução na demanda da sociedade, potencializando crises de sobreprodução que, por sua vez, retroagiram negativamente sobre os níveis de desemprego, aumentando-os ainda mais, o que reforçou a migração de capitais dos setores industriais para os setores financeiros, dado que o mais-valor produzido tende a enfrentar dificuldades estruturais para se realizar no mercado e assim por diante. Portanto, o desenvolvimento histórico contemporâneo do modo de produção capitalista ingressou em uma espiral de contradições sem dela conseguir sair nas últimas cinco décadas.

Como observou Brenner:

[...] todas as medidas [...] de redução de custos, neoliberalização e globalização – desencadeadas com intensidade cada vez maior desde o início da década de 1970 pelas economias capitalistas avançadas – constituíram pouco mais ou menos do que uma tentativa cada vez mais frenética de lidar com o problema generalizado e persistente da lucratividade reduzida. Mas o fato predominante permanece: longe de restaurar o dinamismo econômico, essas medidas falharam em impedir que o desempenho das economias capitalistas avançadas piorasse com o passar do tempo. [...]. Em vez de uma crise que abalou o sistema, testemunhamos, portanto, a continuação, estendendo-se por três décadas [o recorte temporal de Brenner se estende até 2005, portanto, ele se refere ao período 1975-2005], de taxas de lucro persistentemente reduzidas que resultaram em vitalidade econômica cada vez menor em escala global, juntamente com bolhas de preços de ativos cada vez mais destrutivas e implosões financeiras, e recessões cíclicas cada vez mais severas (2006, p. xxii-xxiii – tradução livre).

Essa impotência do capitalismo contemporâneo em resolver a espiral de contradições em que se encontra imersa *pode* ser um indicativo de que a contradição capitalista se encontra em um patamar de desenvolvimento quantitativa e qualitativamente mais preocupante do que os patamares vigentes à época das crises de 1873-1896 e 1929-1933, dado que essas crises logo foram seguidas por períodos de acumulação estável de capital – o que não aconteceu posteriormente à crise de 1973-1975. Explicações diversas foram mobilizadas para dar conta dessa “jaula contraditória” (Kurz, 2004; Mészáros, 2002; Nunes, 1991<sup>100</sup>).

Deixando de lado a análise catastrofista de Kurz, no caso da explicação meszariana, por exemplo, identifica-se uma crise estrutural do capital, produzida por uma relativa saturação dos mecanismos de deslocamento expansionista das contradições do capital a partir da década de 1970, trazendo à luz do dia aquilo que o teórico húngaro denomina limites estruturais do capital (cf. Mészáros, 2002, p. 216-344 e p. 584-592). Por sua vez, Nunes (1991) sugere que essa “jaula contraditória” é um produto dos rumos neoliberais seguidos pelo desenvolvimento contemporâneo do modo de produção capitalista, podendo dela sair por vias

<sup>100</sup> Para uma comparação resumida entre as três explicações, cf. Netto, 2012, p. 89-92.

políticas e alcançar um período de estabilidade *welfarista* reciclando o modelo keynesiano de administração político-econômica<sup>101</sup>.

No entanto, em relação ao prognóstico de Nunes, há um porém: as condições histórico-econômicas contemporâneas da acumulação de capital se encontram deterioradas em relação às mesmas condições vigentes no pós-guerra, quando o *welfare state* alcançou o seu máximo desenvolvimento histórico. Por exemplo, uma tributação estatal do capital em dimensões suficientes para basilar um rearranjo contemporâneo do *welfare state* lidaria com a intolerância do capital (Netto, 2012) diante de taxas de lucro baixas e declinantes e uma alta evasão nacional dada a mobilidade global do capital etc. Certamente que não se trata de uma impossibilidade, não obstante, é razoável prognosticar que a conservação contemporânea de um eventual Estado *welfarista* demandaria das massas trabalhadoras um esforço político organizado digno de Sísifo.

Neste sentido, o juízo meszariano é preciso:

[...] mesmo que uma alteração conjuntural pudesse trazer de volta, pelo menos por algum tempo, uma tentativa de instituição de alguma forma keynesiana de administração financeira do Estado só poderia existir por um período muito curto, dada a falta de condições materiais para facilitar sua extensão por um período maior, mesmo nos países capitalistas dominantes (Mészáros, 2002, p. 26).

Embora o evoluir histórico do modo de produção capitalista tenha se realizado em um movimento pendular entre períodos de estabilidade e períodos de instabilidade, é possível que o atual momento de desenvolvimento do capitalismo tenha cronificado a instabilidade. Tudo isso – a espiral contraditória em que se encontra o capitalismo contemporâneo e a complexidade de readotar o arranjo estabilizado do pós-guerra entre o Estado e o mercado – converge a favor da hipótese de que há uma tendência ao acirramento da contradição no evoluir histórico do modo de produção capitalista e que essa tendência alcançou um ponto de não-retorno.

### 3.3 *Virtù e fortuna*<sup>102</sup> da política capitalista

A *virtù* da política capitalista – compreendida aqui como o desígnio e a capacidade política de administrar/estabilizar a economia capitalista – não é um conhecimento

<sup>101</sup> Para Nunes, “o capitalismo não pode admitir *a morte de Keynes* [...] porque não pode dispensar a permanência da *revolução keynesiana* como *revolução permanente*” (1991, p. 520).

<sup>102</sup> *Virtù* e *fortuna* são conceitos mobilizados e ressignificados por Nicolau Maquiavel [1469-1527]. Para o filósofo florentino, *virtù* é a astúcia de um líder de agir de forma eficaz para alcançar e manter o poder. Por sua vez, *fortuna* representa a imprevisibilidade e os eventos que fogem ao controle humano.

acumulável, como se se tratasse de uma questão técnica, indefinidamente aperfeiçoável. Em regra, as formas históricas que ela assume funcionam por um período limitado de tempo, até se revelarem impróprias para a continuidade da acumulação de capital em um patamar considerado *ótimo* pelo próprio capital<sup>103</sup>, que passa a demandar um outro ordenamento político-econômico (Wright, 2019).

Produzida em um contexto de *fortuna* (taxas médias de lucro favoráveis, abundância de “espaço” para acumular capital, demanda fomentada pelo investimento produtivo de capital etc.) legado pelo período de destruição de capitais na primeira metade do século XX – Primeira Guerra Mundial, crise de 1929-1933 e Segunda Guerra Mundial –, a *virtù* keynesiana e o Estado “planejador”, por exemplo, revelaram-se como uma “estrutura de comando político” (cf. Mészáros, 2002, p. 94-132) apta a proporcionar condições positivas para a reprodução expansiva do capital. Não obstante, diante do momento histórico inaugurado pela crise de 1973-1975, que trouxe consigo o fenômeno da estagflação, a *virtù* keynesiana deixou de atender às necessidades de acumulação do capital e foi por ele dispensada.

Caracterizando Keynes como um “grande inflacionista”<sup>104</sup> e culpando ele e as políticas keynesianas “de todos os males do mundo”<sup>105</sup>, o receituário monetarista-neoliberal ascendeu ao posto de política-econômica dominante (Nunes, 1991), atendendo às demandas do capital diante de novas condições de acumulação (queda da taxa de lucro, estagflação etc.). E a crise de 1973-1975, que havia deixado inerte a *virtù* keynesiana, revelou-se como uma *fortuna* para a tradição neoliberal<sup>106</sup>.

No centro da política-econômica neoliberal, que ganhou inserção decisiva nas décadas de 1980 e 1990, a política monetária foi apresentada como um momento primordial para a estabilização do capitalismo. De acordo com o equacionamento neoliberal, o sistema de

---

<sup>103</sup> Porque o capital não é uma pessoa, concebê-lo como um agente social pode parecer estranho. No entanto, porque a sua lógica é personificada pelos detentores de capital, o que lhes retira a liberdade de atuação autônoma enquanto indivíduos e lhes impõe a necessidade de assumir determinadas condutas enquanto capitalistas, o capital assume a condição de *agência*. Em *O capital*, por exemplo, podem ser encontradas diversas caracterizações dos capitalistas como personificações do capital e indivíduos que vestem máscaras econômicas. Contudo, isso não implica em uma redução da importância agencial dessas personificações, pois, assim como “as mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras” (Marx, 2017a, p. 159), também o capital não produz por si mesmo, por exemplo, legislações adequadas às condições mutáveis de acumulação, sendo papel das suas personificações econômicas, políticas e teóricas influenciar os rumos da luta política. De todo modo, o que se quer esclarecer aqui é que este trabalho reconhece a potência de agência do capital, levando a sério a advertência de Streeck: “uma teoria do capitalismo sem capital atuante e capaz de ação é, inevitavelmente, anêmica” (2018, p. 67).

<sup>104</sup> Hayek, 2011, p. 27.

<sup>105</sup> Nunes, 2011, p. 3.

<sup>106</sup> “Os neoliberais aproveitaram a ocasião [da crise de 1973-1975 e da desorientação e perplexidade dos keynesianos] e, numa operação relâmpago de propagando ideológica sem paralelo, colocaram Keynes, o ‘estado keynesiano’ e as políticas keynesianas no banco dos réus, culpando-os de todos os males do mundo [...]” (Nunes, 2011, p. 3).

preços deve ser deixado em um “funcionamento fluido” (Friedman), “espontâneo” (Hayek), caso contrário, produzir-se-iam crises devido à ingerência governamental (cf. Friedman, 2015, p. 115-141)<sup>107</sup>. Esse raciocínio, por sua vez, fundamentou a crítica monetarista à política keynesiana de juros baixos vigente no pós-guerra.

As experiências dos anos que se seguiram imediatamente a 1945 tinham propiciado um primeiro [e tímido] movimento de reação contra as teses dominantes desde a Grande Depressão, segundo as quais a moeda não tem importância. Com efeito, em muitos países pesou fortemente a influência dos princípios keynesianos, de acordo com os quais o papel (secundário) da moeda se reduziria a manter baixas as taxas de juro. Com esta *política de dinheiro barato* visavam-se objetivos bem definidos: manter a um nível baixo o montante dos juros a pagar pelo orçamento estadual; auxiliar a “eutanásia do rentista”; estimular o investimento privado, de modo a conseguir, com o complemento das despesas do governo, um nível elevado da procura global, capaz de compensar a tendência para a *estagnação secular*, que muitos consideravam então o problema maior das economias capitalistas. [...]. Esta *política de dinheiro barato* estaria na base das pressões inflacionistas que se fizeram sentir nos países que a adotaram, quer fossem positivos, quer fossem negativos os saldos do orçamento do estado. A inflação instalou-se assim na ordem do dia e os monetaristas sustentam que todas as tentativas no propósito de conter a inflação tiveram na sua base a adoção de uma política monetária restritiva (Nunes, 1991, p. 32).

Favorecido pela posição dominante do neoliberalismo e na condição de autoridade em matéria de economia<sup>108</sup>, Friedman (2015) pôs em curso uma revisão histórica da crise de 1929-1933. Contra a explicação comumente aceita a partir da década de 1930, de que o aspecto monetário pouco teve a ver com a explosão, profundidade e duração daquela crise, argumentou que as suas causas foram as flutuações excessivas na oferta de moeda artificialmente produzidas pelas autoridades monetárias estadunidenses do *Federal Reserve Board* [Sistema de Reserva Federal]. Longe de querer contribuir ao conhecimento histórico-econômico por si mesmo, a intenção de Friedman se concentrava em disseminar na opinião pública do último terço do século XX a ideia de que a política monetária e o controle inflacionário são objetivos decisivos para o equilíbrio econômico (taxas baixas de desemprego, ausência ou infrequência de processos inflacionários generalizados etc.).

Trata-se de um posicionamento teórico e político importante, porque diz respeito às possibilidades da “economia de mercado” em proporcionar condições materiais de vida ambicionadas por toda a sociedade. Friedman, portanto, não fala apenas para economistas

<sup>107</sup> Embora à primeira vista pareça ser uma adesão ao *laissez-faire*, Friedman e Hayek ambicionavam um sistema de preços e, em geral, uma economia de mercado *respaldada* pelo Estado. No entanto, evidentemente que não se trata de qualquer tipo de respaldo. Pelo contrário, os conselheiros de Margaret Thatcher e Ronald Reagan defendiam a necessidade de um “governo de leis contra um governo de homens” (cf. Hayek, 2010; 2022), no qual as leis mais adequadas ao correto funcionamento da economia de mercado estivessem resguardadas das ambições imediatistas de políticos – Hayek argumentava, por exemplo, que a política keynesiana de pleno emprego, promotora de processos inflacionários e crises no médio prazo, tem a capacidade de aumentar, no curto prazo, as chances de reeleição dos políticos que a promovem.

<sup>108</sup> Milton Friedman ganhou o prêmio Nobel de Economia em 1976.

profissionais, mas para todos que se dispõem a ouvi-lo. Em relação às crises econômicas, por exemplo, o argumento neoliberal não apenas sustenta que uma ingerência monetária governamental as produz, mas também, do outro lado da moeda, que uma política monetária adequada tem a capacidade de anulá-las ou, pelo menos, reduzir a quantidade e intensidade com que elas se manifestam. Examinemos em maiores detalhes essa questão.

Para Friedman:

Os preços desempenham três funções na organização da atividade econômica: em primeiro lugar, transmitem informação; em segundo, incentivam a adoção dos métodos de produção menos dispendiosos, fazendo com que os recursos disponíveis sirvam aos objetivos mais valiosos; em terceiro, determinam quem recebe quanto do produto – a distribuição da renda” (2015, p. 38-39).

Em particular, de acordo com o pensamento monetarista friedmaniano (e hayekiano), a transmissão de informações enquanto função de um sistema de preços *livre* – ou seja, em condições concorrenciais de mercado e sem interferências governamentais na oscilação dos preços<sup>109</sup> – desempenha um papel essencial contra as crises e, portanto, para a manutenção da estabilidade em uma “economia de mercado”. Ela assegura que empresários e consumidores tomem as melhores decisões sobre como e quanto produzir e consumir, proporciona um processo de geração de empregos eficiente e, principalmente, permite que a oferta e a demanda se adequem, com a oferta respondendo com a maior precisão possível aos estímulos da demanda. De acordo com a imagética hayekiana:

Ele [sistema de preços livre] permite aos empresários ajustar sua atividade à de seus concidadãos [consumidores e demais empresários] pela observação das oscilações de um certo número de preços, tal como o maquinista dirige o trem observando alguns mostradores (Hayek, 2010, p. 70).

Se, como afirma Friedman, “qualquer coisa que impeça os preços de exprimir livremente as condições de oferta e procura interfere na transmissão de informações precisas” (2015, p. 41), então, uma política monetária inflacionária inevitavelmente produz um desalinhamento entre a oferta e a demanda (crises econômicas), porque produz preços artificiais que não representam a realidade da oferta e da demanda<sup>110</sup>. Em um sistema de

---

<sup>109</sup> “Por mais importantes que sejam as distorções do sistema de preços com origem no setor privado, atualmente é o governo a fonte principal de interferência no sistema de economia de mercado – por meio de tarifas e outras restrições ao comércio internacional, da adoção de medidas de âmbito nacional, ou afetando os preços individuais, inclusive salários, da regulamentação governamental de setores específicos, de políticas monetárias e fiscais geradoras de inflação oscilante e de inúmeros outros canais” (Friedman, 2015, p. 42).

<sup>110</sup> “Um dos principais efeitos adversos da inflação oscilante é a introdução [...] de interferência na transmissão de informações por meio dos preços. [...]. A informação importante para a organização da produção está fundamentalmente relacionada com preços relativos – o preço de determinado artigo comparado com o preço de outro. A inflação elevada, e especialmente a inflação altamente variável, abafa essa informação com uma interferência desprovida de sentido” (Friedman, 2015, p. 42-43).

preços livre, a produção aumenta ou diminui se há demanda, e o que é ofertado é consumido sem maiores percalços: não há lugar para insuficiência da demanda solvente – o que remete à lei de Say.

Em um “governo de leis” (Hayek), no qual a economia de mercado e, em particular, o sistema de preços livre são conservados independentemente das pretensões político-econômicas dos políticos eleitos<sup>111</sup>, monetaristas-neoliberais argumentam que emerge espontânea e permanentemente aquela situação estabilizada ambicionada pela sociedade: crescimento econômico, taxas reduzidas de desemprego ou desemprego em sua “taxa natural” (Friedman), ausência ou infrequência de crises etc. Em suma, tudo pode ocorrer no interesse de todos a partir do interesse de cada um – como repetem frequentemente Hayek e Friedman, recuperando a imagem smithiana do indivíduo autointeressado (cf. Smith, p. 49-51, 1983).

No entanto, tendo em vista a forma de organização capitalista da produção, é possível que o mecanismo da transmissão de informações pelos preços de fato estabilize espontânea e permanentemente o capitalismo? Pelo menos três razões podem ser oferecidas contra a caracterização do “sistema de preços livre” como vetor de estabilização do capitalismo.

Em primeiro lugar, certamente que as oscilações nos preços das mercadorias desempenham um papel importante nas tomadas de decisão dos detentores de capital “na medida [em] que a circulação dos bens no mercado, *a elevação e queda de seus preços*, conduzem a modificações na distribuição da atividade de trabalho dos produtores de mercadorias isolados, à sua entrada em determinados ramos de produção ou saída deles, à redistribuição das forças produtivas da sociedade” (Rubin, 1987, p. 22 – itálico meu). Não obstante, porque a organização capitalista da produção pressupõe a propriedade privada dos meios de produção entre *muitos* capitais individuais concorrendo entre si, um hipotético “sistema de preços livre” não é capaz de conscientizar os capitalistas individuais acerca da quantidade máxima de mercadorias que ele deve produzir e, portanto, coordenar socialmente a quantidade da oferta em relação à demanda.

Como observa Rubin:

A característica distintiva da economia mercantil é a de os administradores e organizadores da produção serem produtores independentes de mercadorias (pequenos proprietários ou grandes empresários). Toda empresa isolada, privada, é autônoma, isto é, *seu proprietário é independente, está preocupado apenas com seus próprios interesses, e decide o tipo e a quantidade de bens que produzirá*. Sobre a base da propriedade privada, ele tem à sua disposição os equipamentos produtivos e

---

<sup>111</sup> Para Hayek, “há atividades estatais que vão contra o princípio em que se baseia um sistema livre [de mercado] e que, por isso, devem ser inteiramente excluídas para que esse sistema funcione” (2022, p. 223).

as matérias-primas necessárias e, como proprietário legalmente competente, dispõe dos produtos de seu negócio. *A produção é administrada diretamente pelos produtores de mercadorias isolados e não pela sociedade. A sociedade não regula diretamente a atividade de trabalho de seus membros, não determina o que vai ser produzido nem quanto* (1987, p. 21 – itálicos meus).

De acordo com isso, poder-se-ia esperar que o desalinhamento entre oferta e demanda resultasse aleatoriamente em três níveis: oferta aquém da demanda, oferta igual à demanda ou oferta excedente em relação à demanda. No primeiro caso, os produtores produziriam menos do que a sociedade demanda, gerando uma situação de penúria social. No segundo, conforme a lei de Say, a oferta produz o próprio consumo e, portanto, não há crises econômicas. No terceiro, crises de sobreprodução de mercadorias resultam da impossibilidade de se vender tudo ou a maior parte do que foi produzido. No entanto, na sociedade capitalista, apenas um desses casos ocorre: oferta excedente em relação à demanda.

Na condição de personificações do capital e, portanto, seguindo os imperativos da concorrência, os capitalistas precisam produzir incessantemente e em níveis de produtividade cada vez maiores para dar continuidade ao processo de acumulação de capital. Por sua vez, isso implica que o “autointeresse smithiano” dos detentores de capital, baseado na propriedade privada dos meios de produção e no ímpeto indeterminado de acumulação e lucratividade, determina que eles produzam muitas mercadorias e em condições tecnológicas cada vez mais produtivas, o que resulta em uma inundação de mercadorias no mercado que ultrapassa a capacidade da demanda solvente total da sociedade, gerando situações de crise de sobreprodução. De acordo com Rosa Luxemburgo:

O capitalista só pode acumular riqueza produzindo mercadorias, ou seja, objetos úteis. Porém, *ele deve produzir precisamente aqueles tipos e espécies de mercadorias de que a sociedade necessita – e na quantidade exata. Caso contrário, as mercadorias não serão vendidas nem será realizado o mais-valor que elas contêm. Mas como pode o capitalista individual saber de tudo isso? Ninguém lhe diz de quais e quantos objetos úteis a sociedade necessita, justamente porque ninguém sabe. A verdade é que vivemos numa sociedade não planejada, anárquica!* [...] Em sua fábrica, seu baluarte, ele [capitalista] era o senhor. Ali dominavam a organização, a disciplina e o planejamento mais severos. Em contrapartida, no mercado a que chega com suas mercadorias, domina a mais total anarquia, a chamada livre concorrência. Aqui ninguém se preocupa com o outro e ninguém se preocupa com o todo. No entanto, justamente no meio dessa anarquia, o capitalista sente a que ponto depende dos outros, a que ponto depende, em todos os sentidos, da sociedade (2017, p. 22 – itálico meu).

Soma-se a isso um problema posto pela lógica do ciclo econômico: como os capitalistas individuais poderiam receber estímulos no sentido da diminuição da produção a tempo de evitar um excesso de oferta se os momentos imediatamente anteriores às crises de sobreprodução são caracterizados por demanda elevada e acumulação acelerada de capital? Pelo contrário, tais momentos incentivam os capitalistas individuais a expandirem a produção

por meio da introdução de maquinarias e formas de organização do trabalho mais produtivas e da expansão do capital fixo, determinando um crescimento incessante da massa de mercadorias.

Em segundo lugar, os mesmos processos que aumentam a produtividade do trabalho e permitem produzir mais mercadorias em menos tempo reduzem a demanda solvente da sociedade. Isso ocorre em razão de que o aumento da produtividade determina um crescimento da composição orgânica do capital, reduzindo relativamente a parte variável do capital em relação à parte constante (Marx, 2017a). E, embora o crescimento absoluto da massa de capitais permite que a massa da força de trabalho empregada pelo capital variável permaneça no mesmo patamar ou mesmo cresça, a queda da taxa média de lucro, determinada pela crescimento da composição orgânica do capital, tende, por sua vez, a determinar uma redução dos adiantamentos produtivos de capital, produzindo um crescimento absoluto da massa de capitais insuficiente para manter o crescimento ou o patamar vigente da massa da força de trabalho empregada (Marx, 2017b). Portanto, todo esse imbróglio determina uma redução generalizada do emprego da força de trabalho – em outras palavras, uma redução do rendimento da classe trabalhadora – incompatível com o ingresso contínuo e massivo de mercadorias no mercado, que permanecem invendáveis.

Em terceiro lugar, condições que, no linguajar monetarista-neoliberal, ‘impedem a concorrência’ e ‘produzem preços artificiais’, são inevitavelmente formadas por processos imanentes à acumulação capitalista. Essas condições são a centralização de capitais (Marx, 2017a) e a formação de oligopólios e monopólios (Lênin, 2021), que são produzidas pela concorrência cada vez mais exigente entre capitais. Por um lado, as inovações tecnológicas impõe requisitos inalcançáveis aos pequenos e médios capitais, porque encarece e expande no interior do capital total o capital fixo necessário para produzir em um nível corrente de produtividade e à escala de produção mínima para alcançar os preços vigentes no mercado. Por outro, capitais com pouca capacidade concorrencial são destruídos ou comprados a preços baixos por capitais maiores em momentos de crise, o que intensifica os processos inter-relacionados de centralização de capitais e formação de monopólios.

Em síntese, a lógica monetarista-neoliberal de estabilização do capitalismo por meio de um “sistema de preços livre” esbarra na incapacidade da organização capitalista da produção em constituir uma relação coerente entre a oferta e a demanda. Portanto, a *virtù* monetarista-neoliberal, construída a partir da *fortuna* representada pela crise de 1973-1975 e

pela crise teórico-política do keynesianismo, não se revelou e nem pode se revelar competente para dar cabo ao caráter contraditório da economia capitalista.

Do mesmo modo, nenhuma forma anterior de política capitalista conseguiu realizar essa proeza, não obstante tenha sido o objetivo manifesto de todas elas. Pelo contrário, o próprio evoluir lógico e histórico da contradição capitalista, de tempos em tempos, satura a reprodução política e econômica das formas vigentes de política capitalista<sup>112</sup>. Como observou Wright, “mesmo que não haja uma tendência inerente para que as contradições capitalistas atinjam uma intensidade que torne o capitalismo insustentável, elas *repetidamente desestabilizam e minam as configurações institucionais existentes*” (2019, p. 800 – itálico meu).

Em um trecho escrito entre 1877 e 1881 – portanto, no contexto da crise econômica europeia de 1873-1896 –, Marx observa que “*a produção capitalista implica condições independentes da boa ou má vontade*, condições que somente de forma momentânea permitem [uma] prosperidade relativa da classe trabalhadora e, mesmo assim, somente como prenúncio de uma crise” (2014, p. 515 – itálico meu). Lógica e historicamente, a contradição capitalista é uma dessas “condições independentes da boa ou má vontade” política: não importa a maestria (*virtù*) e a profundidade com que uma ou outra política capitalista consiga implementar medidas de estabilização, o capitalismo permanece tendente à instabilidade porque a contradição lhe constitui.

---

<sup>112</sup> Para um interessante conjunto de análises da saturação da política capitalista keynesiana, cf. Nunes (1991; 2011), Carchedi e Roberts (2018), Hobsbawm (1995, p. 393-420) e Streeck (2018). Esse último, por exemplo, argumentou que, a partir da década de 1970, o capital “considerou o enquadramento institucional da “economia social de mercado” após 1945 uma jaula pequena demais e convenceu-se cada vez mais da urgência de se libertar dela” (Streeck, 2018, p. 67).

#### 4. Conclusão

Em uma época marcada pela intensificação da exploração do trabalho e pelo acirramento das crises econômicas, é pertinente rememorar a crítica de Karl Marx [1818-1883] a Jean-Baptiste Say [1767-1832], para dela extrair ensinamentos de crítica ao senso comum liberal e neoliberal

É razoável concluir que reconhecer a validade contemporânea da crítica de Marx à economia política equivale a reconhecer que o capitalismo continua a ser capitalismo, não obstante as suas transformações. Exploração do trabalho assalariado, acumulação de capital, circulação generalizada de mercadorias, entre outras categorias e processos investigados por Marx, permanecem organizando as sociedades no século XXI como sociedades capitalistas. Por sua vez, como se tentou demonstrar neste trabalho, na medida em que constitui a economia moderna, também a contradição capitalista permanece como uma realidade contemporânea, impondo reveses não apenas às relações econômicas, mas também à política e ao Estado. Não à toa, portanto, atravessou, de maneira direta ou indireta, explícita ou velada, importantes embates teóricos e político-econômicos nos últimos dois séculos.

Espera-se ter feito jus ao preceito anunciado na introdução deste trabalho, segundo o qual “entender o capitalismo atual deve ser o verdadeiro ponto de chegada de qualquer investigação sobre a obra de Marx” (Grespan, 2019, p. 17). Para tanto, tentou-se demonstrar que uma problemática clássica, desenvolvida no século XIX (crítica de Marx a Say), preserva a sua atualidade para a teorização crítica do capitalismo contemporâneo.

Em *Germinal*, obra literária naturalista<sup>113</sup> de Émile Zola, encontra-se uma representação literária exemplar da realidade social da qual tratamos. Em um cenário de crise econômica e desemprego que assolava a França no século XIX, Etienne, protagonista do enredo, vagava de uma cidade a outra em pleno inverno à procura de emprego. Quando finalmente encontrou, em uma mina de carvão no vilarejo de Montsou, emergiu em seus pensamentos uma dúvida perplexa: “então era possível que uma pessoa se matasse num trabalho de escravo, no fundo dessas trevas horrendas, e nem sequer conseguisse ganhar os parcos tostões para o pão de cada dia?”<sup>114</sup>

Talvez se atribua o baixo salário (“parcos tostões”) à baixa qualificação do trabalho de mineiro. No entanto, trata-se de uma explicação que não capta a complexidade do problema. Em momentos de crise econômica, encontrando-se os trabalhadores e trabalhadoras em

---

<sup>113</sup> Na medida em que se trata de uma obra naturalista, muito próxima à tradição realista e, por isso mesmo, fiel a uma captura da realidade social, o exemplo extraído de *Germinal* é concebido aqui como um relato literário e real das condições da classe trabalhadora em momentos de crise.

<sup>114</sup> Zola, 1979, p. 59.

processo de atomização devido a intensificação da concorrência no mercado de trabalho (aumento do exército industrial de reserva<sup>115</sup>), baixos salários e reduções salariais são a regra. Por sua vez, a razão para isso se encontra no impulso do capital de compressão salarial e “redução de custos” (demissão em massa) para elevar a taxa de mais-valor e a taxa de lucro.

Embora a contradição capitalista tenha sido analisada em um nível elevado de abstração, a consequência mais palpável da sua manifestação se encontra no deterioramento das condições materiais de vida de homens e mulheres trabalhadoras. Ao contrário do que julgaram os economistas políticos clássicos e vulgares, mesmo diante da exponencial capacidade produtiva das reorganizações da divisão do trabalho moderna e das inovações tecnológicas, que propiciam produzir mais em menos tempo, o escopo da produção capitalista não é a satisfação das necessidades humanas, mas a valorização do valor, a acumulação de capital e a elevação das taxas de lucro principalmente por meio do aumento da taxa de exploração do trabalho.

Prova disso é que existem “necessidades insatisfeitas para muitas mercadorias [inertes] que estão no mercado” (Marx, 1980, p. 942). Pela lógica do capital, tais mercadorias – aí incluídos os bens mais elementares para a reprodução biológica de homens e mulheres, como comida, vestuário e moradia – não entram na esfera do consumo sem antes circularem no mercado. E circulação significa troca monetária, por meio da qual o mais-valor – em uma linguagem fenomênica, o lucro – cristalizado nos capitais-mercadoria se realizam e assumem a forma de capital-dinheiro, possibilitando ao capital recomeçar o seu ciclo de valorização e acumulação. Mas como *comprar* se o desemprego e a redução salarial intensificados pela crise oprimem a capacidade de demanda (renda) da classe trabalhadora? Marx responde a essa questão com uma outra pergunta:

O que é que a sobreprodução tem a ver com as necessidades absolutas [– isto é, o total das necessidades de consumo da sociedade]? Só tem a ver com necessidades solventes [com poder aquisitivo]. Não se trata de sobreprodução absoluta – sobreprodução em si mesma em relação à necessidade ou desejo absoluto de posse de bens. Nesse sentido, não existe sobreprodução parcial nem geral. E elas não formam uma contradição entre si (Marx, 1967, p. 507 – tradução livre).

Tudo isso consiste no cerne da crítica de Marx à economia política, que é, ao mesmo tempo, uma crítica à irracionalidade das relações de produção capitalistas e da sua lógica.

---

<sup>115</sup> “*Grosso modo*, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contratação do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada” (Marx, 2017a, p. 712-713).

Basicamente, o “resumo da ópera” é o que segue: a contradição capitalista impacta negativamente o capital, que socializa as perdas para a sociedade como um todo enquanto continua, na medida do possível, a se apropriar privadamente dos ganhos. Por sua vez, esse *modus operandi* extrapola as reduções salariais, resultando em amplos ataques, dentre outros, aos direitos do trabalho, como redução de férias pagas, aumento da jornada de trabalho e outras desregulações diversas da atividade laboral, ataque ideológico e financeiro contra o movimento sindical etc.

## Referências bibliográficas

ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. **O problema da crise capitalista em *O Capital de Marx***. Jundiaí: Paco, 2016.

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BIANCHI, Álvaro. **Para uma história política do pensamento político: anotações preliminares**. *GPMPP Working Papers*, Campinas, n. 1, 2014.

BRENNER, Robert. **The Postwar economy from boom to stagnation**. In: *Economics of global turbulence*. New York: Verso, 2006. pp. 37-40.

CARCHEDI, Guglielmo; ROBERTS, Michael. **The long roots of the present crisis: keynesians, austrians, and Marx's law**. In: *World in crisis: a global analysis of Marx's law of profitability* (org. Carchedi; Roberts). Chicago: Haymarket Books, 2018. pp. 13-35.

CARCHEDI, Guglielmo. **The old is dying and the new cannot be born: on the exhaustion of Western Capitalism**. In: *World in crisis: a global analysis of Marx's law of profitability* (org. Carchedi; Roberts). Chicago: Haymarket Books, 2018. pp. 36-77.

ENGELS, Friedrich. **Prefácio**. In: *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FIORI, José Luís. **Estado de bem-estar social: padrões e crises**. *Physis*, Rio de Janeiro, n. 7, vol. 2, pp. 129-147, 1997.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para escolher: um depoimento pessoal**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GUIMARÃES, Juarez. **Por uma teoria crítica do neoliberalismo**. In: *A terra é redonda*. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/por-uma-teoria-critica-do-neoliberalismo/>>. Último acesso em: 25 jan. 2025.

GRESPLAN, Jorge. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRESPLAN, Jorge. **Uma teoria para as crises**. In: *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial* (org. Plínio Sampaio). São Paulo: Sundermann, 2009. pp. 29-44.

GUSTAFSSON, Bo. **Eduard Bernstein: del marxismo al revisionismo**. In: *Marxismo y revisionismo: la crítica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975. pp. 101-171.

HAYEK, Friedrich von. **A constituição da liberdade**. São Paulo: Avis Rara, 2022.

HAYEK, Friedrich von. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HEINRICH, Michael. **Introdução a O capital de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2024.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções – 1789-1848**. 42. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Uma economia mudando de marcha**. In: *A era dos impérios: 1875-1914*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **A primavera dos povos**. In: *A era do capital – 1848-1875*. 30. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. pp. 31-56.

HOLLOWAY, John; PICCIOTTO, Sol. **Introduction: towards a materialist theory of the state**. In: *State and capital: a marxist debate*. London: Edward Arnold, 1978. pp. 1-31.

HUWS, Ursula. **O que aconteceu com o Estado de bem-estar do século XX?**. In: *Reinventando o Estado de bem-estar: plataformas digitais e políticas públicas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022. pp. 25-42.

KATZ, Claudio. **La relevancia contemporánea de Marx**. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*. Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 156-176, abr./2018.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LUKÁCS, Georg. **Sobre o irracionalismo como fenômeno internacional do período imperialista**. In: *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020. pp. 9-35.

MAITO, Esteban. **The tendency of the rate of profit to fall since the nineteenth century and a world rate of profit**. In: *World in crisis: a global analysis of Marx's law of profitability* (org. Carchedi; Roberts). Chicago: Haymarket Books, 2018. pp. 129-156.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista**. São Paulo e Campinas: Ensaio e Editora da Unicamp, 1990.

MANDEL, Ernest. **El libro segundo de “El Capital” y la explicación por Marx de las crisis capitalistas de sobreproducción**. In: *El Capital: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. Madrid: Siglo XXI, 1985. pp. 151-156.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANN, Geoff. **Keynesianism**. *In*: In the long run we are all dead: keynesianism, political economy, and revolution. London and New York: Verso, 2017. pp. xx-xx.

MARQUES, Rosa; NAKATANI, Paulo. **O capitalismo em crise**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre “O capital”**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico: vol. I-III**. São Paulo: Civilização Brasileira/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980-1985.

MARX, Karl. **Ric[ardos] Akkumulationstheorie Kritik derselben (Entwicklung der Krisen aus der Grundform des Kapitals)**. *In*: Theorien über den Mehrwert. MEW 26.2. Berlin: Dietz, 1967. pp. 471-547.

MELLO, Gustavo. **A atualidade da crítica de Marx ao sistema de crédito**. *In*: Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito (org. Gustavo Mello e Paulo Nakatani). São Paulo: Expressão Popular, 2021. pp. 145-153.

MENDRAS, Henri. **Economia camponesa**. *In*: Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 43-64.

MÉSZÁROS, István. **A natureza da ideologia**. *In*: O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004. pp. 57-68.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. **Marxismo e política: modos de usar**. São Paulo: Boitempo, 2024.

MILL, John Stuart. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social: vol. I.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MITCHELL, Wesley. **Os ciclos econômicos e suas causas.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MÜLLER, Marcos. **Exposição e método dialético em “O Capital”.** *Boletim Seaf*, Belo Horizonte, n. 2, 1982.

NETTO, José Paulo. **A ofensiva neoliberal e seu significado.** *In:* Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012. pp. 73-104.

NUNES, António José Avelãs. **Noção e objeto da Economia Política.** 3. ed. Coimbra: Almedina, 2013.

NUNES, António José Avelãs. **O keynesianismo e a contra-revolução monetarista.** *In:* Boletim de Ciências Económicas, v. 34. Coimbra: 1991.

NUNES, António José Avelãs. **Uma leitura crítica da atual crise do capitalismo.** *In:* Boletim de Ciências Económicas, v. 54. Coimbra: 2011.

REIS, Fábio Wanderley. **Apresentação.** *In:* Uma teoria econômica da democracia (Anthony Downs). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. pp. 11-18.

ROBERTS, Michael. **A world rate of profit: important new evidence.** *The Next Recession.* 2022. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2022/01/22/a-world-rate-of-profit-important-new-evidence/>. Último acesso em: 10 fev. 2025.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ e Contraponto, 2001.

ROTH, Regina. **A publicação dos livros II e III d’O capital por Engels.** *Verinotio*, Rio das Ostras, n. 20, pp. 207-215, out. 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** *In:* Os Pensadores XXIV. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

RUBIN, Isaac. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Polis, 1987.

RUBIN, Isaac. **História do pensamento econômico.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SANJUÁN, César. **La dialéctica como forma de exposición científica.** *Pensamiento*, Madrid, v. 66, n. 249, pp. 731-753, 2010.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STIGLITZ, Joseph. **A formação da crise**. *In*: O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 35-68.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SWEEZY, Paul. **Crises e depressões**. *In*: Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. pp. 161-265.

WOLFF, Rick. **In capitalist crisis, rediscovering Marx**. *In*: Marx for today. Abingdon: Routledge, 2012. pp. 145-161.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

WRIGHT, Erik Olin. **The continuing relevance of the marxist tradition for transcending capitalism**. *In*: The Oxford Handbook of Karl Marx (org. VIDAL *et al.*). New York: Oxford University Press, 2019. pp. 793-807.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.